

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----
----- **Mandato 2013-2017** -----
**SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM DEZASSEIS DE DEZEMBRO DE
DOIS MIL E CATORZE** -----

----- **ATA NÚMERO CINQUENTA E TRÊS** -----

----- Aos dezasseis dias do mês de dezembro de dois mil e catorze, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, em sessão ordinária, quarta reunião, sob a presidência da Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano Almeida Leitão, Primeiro Secretário, e pela Excelentíssima Senhora Margarida Saavedra, Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Luisa Flores de Moura e Regedor, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel de Freitas Arruda, António José do Amaral Ferreira de Lemos, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Artur David Cunha Reis, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cândida Cavaleiro Madeira, Carla Sofia e Silva Rothes Ladeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando José da Siva e Nunes da Silva, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Igor Boal Roçadas, Isabel Cristina Rua Pires, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Manuel Marques Casimiro, José António de Figueiredo Costa, José Luís Sobreda Antunes, José Malheiro Portugal do Nascimento Lage, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Margarida Matos Mota, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Natacha Machado Amaro, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Nelson Pinto Antunes, Nuno Ricardo Dinis de Abreu, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Manuel Moreira Vidal Simões, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sandra Cristina Andrade, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves e Patrícia Caetano Barata. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Mafalda Ascensão Gambeta. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78º. da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, à *contrário sensu*, na linha d) do nº. 1, do artigo 3º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8º. Do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Miguel Afonso da Silva Ribeiro Lopes (BE), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Sandra Cristina Andrade. -----

----- Floresbela Mendes Pinto (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Rui Manuel Moreira Vidal Simões. -----

----- Miguel da Silva Graça (IND), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Regedor. -----

----- Ricardo Azevedo Saldanha (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Cândida Cavaleiro Madeira.-----

----- Miguel Tiago Martins Tiago (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Natacha Amaro.-----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Ricardo Dinis de Abreu. -----

----- Pedro Delgado Alves, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Artur David Cunha Reis. -----

----- Inês Drummond, Presidente da Junta de Freguesia de Benfica (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Carla Rothes. -----

----- Maria Luísa Aguiar Aldim (CDS-PP), entre 12 e 17 de dezembro de 2014, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal António Ferreira de Lemos. -----

----- Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Diogo Santos Moura. -----

----- José Moreno (PNPN), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Figueiredo Costa. -----

----- Tiago Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia Caetano Barata. -----

----- Carlos de Apoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes. -----

----- Simonetta Luz Afonso (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Margarida Mota. -----

----- Sandra Paulo (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Igor Roçadas. -----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Presidente da Junta de Freguesia de Santo António (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Manuel Bernardes Moreira. -----

----- Através da Ata número 9/2014, de dez de dezembro, foram justificadas as faltas aos seguintes Deputados Municipais: Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo na 50ª reunião da AML, de 25 de Novembro de 2014 e à Senhora Deputada Municipal Ana Rita Silva na 50ª reunião da AML, de 25 de Novembro de 2014; -----

----- Na 51ª. Reunião da AML, de 16 de dezembro de 2014, foi justificada a falta ao Senhor Deputado Municipal Tiago Albuquerque Teixeira; ao Senhor Deputado Municipal Luís Newton Parreira e à Senhora Deputada Municipal Lúcia Gomes. -----

----- Através da Ata número 10/2014, de dez de dezembro, foram justificadas na 52ª. Reunião da AML, a falta aos seguintes Deputados Municipais: Senhor Deputado Municipal David Amado e Senhora Deputada Municipal Natacha Amaro. -----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: Graça Fonseca; Fernando Medina; Jorge Máximo, Sá Fernandes, Duarte Cordeiro; Paula Marques; Manuel Salgado; Catarina Vaz Pinto; João Afonso e pelo Senhor Presidente da Câmara António Costa.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: António Prôa; Paulo Quaresma, João Gonçalves Pereira e Alexandra Duarte.-----

----- Às quinze horas e dezoito minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente** declarou aberta a reunião.-----

----- Seguidamente, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Hoje temos uma Sessão muito comprida e portanto vamos aproveitar bem o nosso tempo.-----

----- Queria começar por fazer vários avisos e pedia a vossa atenção, Senhores Deputados Municipais, para os vários avisos que tenho para dar e que são importantes quer para os Senhores Deputados Municipais, quer para quem nos esteja a seguir.-----

----- O primeiro aviso que eu queria dar e que é importante para todos é o seguinte: ontem na Conferência de Representantes foi colocada a possibilidade de discussão das matérias agendadas para hoje e que se deverão prolongar para amanhã poder terminar hoje, portanto, fazendo os Partidos os sacrifício de algum do tempo a fim de podermos fazer a discussão conjunta do Orçamento e Plano com as Taxas e não cinco horas para cada uma destas matérias, uma parte para as Taxas e a outra parte para o Orçamento e Plano.-----

----- Sendo assim a Sessão de hoje poderá prolongar-se excecionalmente até às 21 horas, pedia aos Senhores Deputados Municipais que tivessem isto em conta e que não se fossem embora, não nos deixassem ficar sem quórum porque se ficarmos sem quórum quando chegar a altura das votações naturalmente que perderão a senha de presença e teremos que continuar a Sessão amanhã, portanto, pedia para organizarem as vossas vidas para contarem com uma Sessão hoje que poderá ir até às 21 horas, que é a hora limite de trabalhos parlamentares, trabalhos da Assembleia Municipal.-----

----- Dizer também que dada esta tolerância de irmos até às 21 horas à grelha das 5 horas, com o tempo dado a cada Partido a Mesa vai dar uma tolerância de 3 minutos a Cada Grupo Municipal ou Independentes, se precisarem dessa tolerância, portanto, poderemos estender um bocadinho além do tempo que já têm poderão ter mais 3 minutos, se precisarem dele.-----

----- Naturalmente que se chegarmos às 21 horas e virmos que há muita gente ainda que quer falar e que a discussão não está terminada, a Sessão amanhã retoma como estava previsto, mas vamos ver como é que decorre a Sessão e se isto poderá ser assim! Portanto, o aviso mais importante é que precisamos da vossa presença hoje aqui até às 21 horas.-----

----- Depois temos avisos que têm a ver com os Trabalhos Parlamentares, os Trabalhos da Assembleia Municipal. Os Trabalhos da Assembleia Municipal terminarão hoje ou amanhã, este ano, e não há Comissões nem Sessões da Assembleia até ao dia 13 de janeiro, é a primeira Sessão de 2015 e não há Comissões até ao dia 5 de janeiro, portanto, este é um período de interregno que será necessário naturalmente para organizarmos e fazermos o balanço do trabalho do ano, mas em que não haverá atividades da Assembleia Municipal e pedia também para terem isso em conta nas vossas agendas.-----

----- No dia 13 de janeiro teremos a nova Sessão, a primeira Sessão de 2015 e serão agendadas para o dia 13 três Petições que temos pendentes, que aliás já passou o prazo regimental e já tivemos que prorrogar esse prazo, mas falámos com os peticionários a explicar a situação, as Comissões têm estado a aprofundar a matéria e, portanto, a 13 de

janeiro temos as três Petições e teremos a proposta de deliberação da 8ª. Comissão sobre o Debate Temático dos Transportes, que foi um debate que nós já realizámos mas que não está concluído, falta uma Deliberação final. -----

----- Queria dizer-vos também que há algumas atividades que vão decorrer aqui na Assembleia esta semana e que vos podem interessar, quer aos Senhores Deputados Municipais quer às pessoas que estão a assistir a esta Sessão. -----

----- Quinta-feira, 18 há um almoço dos trabalhadores da Assembleia Municipal, para o qual estão convidados todos os trabalhadores da Assembleia Municipal, está convidado um representante de cada Grupo Municipal ou dos Deputados Independentes e um membro da cada Gabinete de Apoio, portanto, pedia que confirmassem as vossas presenças junto dos Serviços. -----

----- Amanhã certamente o meu gabinete irá fazer a ronda para ver quem vem e quem não vem porque temos que realmente encomendar as refeições. Será à 1 hora da tarde de quinta-feira no foyer grande. -----

----- No sábado às 21 horas, não sei se é 21 horas ou 21h 30 minutos, mas creio que é às 21 horas, haverá um Concerto do Coro Gospel de Lisboa, portanto, se quiserem assistir ao Concerto, é um Coro muito bom, que já tem atuado em vários sítios e nomeadamente aqui na Assembleia Municipal e que cedemos a sala para esse Concerto de Natal que eles oferecem à comunidade e que é sábado à noite. -----

----- No domingo à tarde, por iniciativa da Associação dos Comerciantes da Avenida de Roma e Guerra Junqueiro vai haver uma *matiné* infantil, aqui nesta sala, que nós cedemos para o efeito, às 3 horas da tarde com o filme “A Música no Coração”, se algum dos Senhores Deputados Municipais ou alguém que estiver a assistir pretender bilhetes terão que os levantar aqui na Assembleia Municipal porque a sala tem uma lotação que temos que garantir que não seja ultrapassada por razões de segurança e, portanto, terão que levantar os bilhetes se o entenderem, levantam-nos junto do Doutor Paulo Braga ou aqui junto dos Serviços de Receção da assembleia Municipal. -----

----- Finalmente, da matéria que temos hoje para PAOD há uma Recomendação apresentada pela 6ª. Comissão, que é a Recomendação 3/53 e o Senhor Presidente da 6ª. Comissão pediu para adiar, a pedido de vários membros da Comissão e, portanto será adiada e será inscrita em Ordem do Dia da próxima Sessão, uma vez que a próxima poderá não ser uma Sessão Ordinária, portanto, poderá não ter PAOD, mas inscrevemos em Ordem do Dia, é um Parecer que a Comissão elaborou sobre o Plano de Ação da Câmara Municipal e, portanto, pode perfeitamente ser inscrito em Ordem do Dia.” -----

----- Seguidamente, a **Senhora Presidente** nos termos regimentais abriu o período destinado a Antes da Ordem do Dia. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **A Senhora Presidente** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em matéria de expediente o Senhor Primeiro Secretário tem aqui o resumo do expediente, dispensamos naturalmente a leitura do resumo do expediente, a lista com o resumo do expediente está no *site*, está disponível para quem o quiser consultar e a pasta do expediente está aqui se quiserem consultar alguma das matérias.” -----

----- **Apreciação e aprovação das Atas n.ºs. 38 (24-07-2014), n.º. 40 (09-09-2014) e n.º. 42 (23-09-2014);** -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra prosseguiu: -----

----- “Temos três Atas, cuja parte de discussão foi enviada a todos. A Mesa pedia aos Senhores Deputados Municipais atenção porque vamos votar. Vamos pôr à votação as **Atas 38, 40 e 42**, quem vota contra? Não há votos contra. Quem se abstém? Não há abstenções. Estão **aprovadas por unanimidade**.-----

----- Esperemos que agora neste período de intervalo entre o Natal e o Ano Novo e depois do Ano Novo que o Núcleo de Atas continue este extraordinário trabalho que consigamos fazer mais recuperação de Atas em atraso. Estamos neste momento a aprovar Atas de Setembro e, portanto, já não estamos numa situação complicada e penso que brevemente conseguiremos ter isto tudo em dia. -----

----- Vamos então agora dar a palavra aos Senhores Deputados Municipais que queiram intervir no período de Antes da Ordem do Dia.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente, Excelentíssimos Senhores Vereadores, caros Colegas.-----

----- O Partido da Terra coloca hoje à consideração do Plenário dois documentos sobre dois documentos já por nós abordados em intervenções recentes, designadamente no Debate do Estado da Cidade e na última Informação Escrita do Presidente.-----

----- No Debate do Estado da Cidade, em 14 de outubro, tivemos oportunidade de destacar positivamente o trabalho desenvolvido pela Galeria de Arte Urbana que contribui em muito para que a cidade de Lisboa se classificasse em 6º. lugar no Portal “Huffington Post” de entre 26 cidades do Mundo de *Street Art*.-----

----- Porém também tivemos a oportunidade de alertar para o crescimento de um conjunto de incivildades que podem colocar em causa a imagem e o sentimento de insegurança de todos os que vivem e sentem Lisboa, um pouco por toda a cidade vão surgindo autênticos ataques ao património da cidade, alguns podem chamar arte mas os rabiscos que vão surgindo nos prédios e monumentos, que não são mais do que autênticos ataques selvagens que influenciam negativamente a imagem da cidade.-----

----- Face ao exposto o Partido da Terra pretende com a Recomendação, por uma ação mais eficaz contra os grafitis e Tag’s ilegais, prestar a sua colaboração através de alguma fundamentos considerados essenciais para um tema que já vem a ser reconhecido como uma prioridade de intervenção.” -----

----- “Sobre o Orçamento Participativo tivemos oportunidade de reconhecer o sucesso da iniciativa e da tendência de crescimento da participação, contudo não podemos deixar de referir que estes investimentos têm sido decididos por um grupo reduzido de pessoas, mesmo dentro do universo de pessoas inscritas no *site*. -----

----- É fundamental continuar a apostar na campanha de incentivo à participação, tornando o processo de decisão mais democrático, desta forma apresenta-se a Recomendação por um Orçamento Participativo com mais informação e participação cujo intuito é contribuir para a continuidade do sucesso da referida iniciativa. Disse.”--

----- (A Recomendação nº. 1/53 é anexada à presente ata como anexo I e dela faz parte integrante); -----

----- (A Recomendação nº. 2/53 é anexada à presente ata como anexo II e dela faz parte integrante); -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, eu vinha aqui fazer algumas breves referências à Moção apresentada Pelo Bloco de Esquerda pelo reconhecimento da Palestina como um Estado Independente. -----

----- Portanto, o PCP considera que realmente a Palestina tem direito a ser um Estado Independente, a viver em paz na sua pátria e a acabar com a ocupação ilegal por parte de Israel, esta é uma exigência de respeito pelos mais elementares Direitos Humanos e pelas resoluções da ONU.-----

----- Sabemos, é público e notório que Israel não respeita as decisões da ONU no que respeita à criação do Estado da Palestina e que viola permanentemente os Direitos Humanos e a Convenção de Genebra. -----

----- Neste sentido esta Moção que nós vamos votar a favor obviamente, entendemos que se deve recomendar ao Governo que reconheça o Estado da Palestina nas fronteiras anteriores a 1967, com Jerusalém Oriental como a capital e a reclamar junto de Israel o cumprimento das resoluções da ONU, nomeadamente a 181 e a 194 e do Conselho de Segurança, a 242 e 338. A Palestina tem direito obviamente a ser um Estado onde os Direitos Humanos sejam reconhecidos. Obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Gama (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- A Câmara Municipal De Lisboa integra com a Universidade de Lisboa o Consórcio EIT Health, vencedor da nova comunidade de inovação e conhecimento para a área da vida saudável e do envelhecimento ativo. -----

----- O objetivo do novo consórcio EIT Health, promovido *pelo European Institute of Innovation and Technology*, que inclui mais de 140 parceiros em 14 países, é integrar o potencial existente na indústria, investigação e educação e criar soluções que promovam a qualidade de vida e a sustentabilidade dos cuidados da saúde na Europa. -----

----- O projeto envolve ainda o Centro Hospitalar Lisboa Norte, a Universidade de Évora, a empresa farmacêutica Hovione e a PT. -----

----- Lisboa marca assim uma presença forte numa área estratégica como a saúde respondendo de forma exemplar aos desafios da especialização inteligente que orienta o investimento comunitário para a investigação e desenvolvimento. -----

----- O EIT Health ambiciona avançar anualmente com a criação de 90 novos produtos e serviços, criar 70 novas start-ups e envolver um milhão de alunos nos programas de formação avançada relacionados com a vida saudável e o envelhecimento ativo. -----

----- Assim propõe o Grupo Municipal do Partido Socialista o seguinte: 1) Saudar a Câmara Municipal ed Lisboa e a Universidade de Lisboa pela iniciativa e capacidade de apresentar novos projetos dinâmicos e inovadores, que envolvam a comunidade, as universidades e parceiros empresariais com vista ao desenvolvimento da cidade e da melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes; 2) Dar conhecimento do presente voto à Câmara Municipal de Lisboa, bem como à Reitoria da Universidade de Lisboa. -

----- Tenho dito.” -----

----- (O Voto de Saudação nº. 1/53 é anexada à presente ata como anexo III e dela faz parte integrante); -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- No PAOD de hoje “Os Verdes” apresentam três documentos: duas moções e uma recomendação. -----

----- A Cruz Vermelha Portuguesa é uma instituição humanitária não governamental, de carácter voluntário e de interesse público, que tem primado pelo apoio às populações, em situações de crise/catástrofe e fora delas, contando para isso com um grupo de trabalhadores empenhados e voluntários dedicados. -----

----- No entanto, a CVP, que dispõe de um Centro Operacional de Emergência, no Prior Velho, prepara-se para realizar um despedimento coletivo, pondo em causa o futuro laboral de 7 trabalhadores deste Centro de Operações. -----

----- Assim, a moção sobre o Centro Operacional de Emergência da Cruz Vermelha Portuguesa visa apelar à Cruz Vermelha Portuguesa para que reavalie e suspenda os eventuais despedimentos em curso de funcionários do Centro Operacional de Emergência do Prior Velho e pugnar pela defesa dos postos de trabalho do referido grupo de trabalhadores.-----

----- A segunda moção é sobre a Cimeira do Clima organizada pelas Nações Unidas e que decorreu no Perú, de onde saiu uma decisão no sentido de todos os Estados terem que aprovar medidas urgentes para combater o aquecimento global.-----

----- Desta forma, todos os países terão de apresentar à ONU compromissos quantificáveis, ambiciosos e justos de redução de gases de efeito de estufa.-----

----- Portanto, propomos que a Assembleia Municipal de Lisboa apele para que o Estado português apresente, atempadamente, as medidas mínimas consideradas necessárias para uma redução eficaz de gases com efeito de estufa, válidas para todo o território nacional.-----

----- Por fim, apresentamos uma recomendação sobre o Centro de interpretação ambiental dedicado à observação de aves na Quinta das Conchas.-----

----- Em todo o mundo haverá cerca de 80 milhões de pessoas que têm como entretenimento observar as aves nos seus habitats naturais. Em Portugal, começam agora a surgir mais iniciativas para divulgar as potencialidades do país e da cidade de Lisboa para este tipo de turismo.-----

----- É, por isso, importante sensibilizar o público em geral para o elevado valor ornitológico que o rodeia e a observação de aves é uma atividade com forte potencial turístico na cidade de Lisboa.-----

----- É nesse sentido que propomos que a Câmara Municipal de Lisboa estude e viabilize a transformação do palacete degradado da Quinta das Conchas num centro de interpretação ambiental dedicado à observação de aves, promovendo o seu estudo e conservação e que promova iniciativas de observação de aves nesse local, enquanto atividade pedagógica, científica e de lazer, bem como a promoção e o fomento do turismo ornitológico naquela área da cidade de Lisboa.-----

----- Recordamos que a Quinta das Conchas tem um espaço verde com elevado valor paisagístico e de notável valor ecológico. No entanto, o antigo palacete desta quinta ainda não foi recuperado e está atualmente abandonado e desaproveitado, sendo um espaço que poderia ser aproveitado e usufruído pelos seus utilizadores assíduos, revitalizando assim a mata que o envolve.”-----

----- (A Moção nº. 1/53 é anexada à presente ata como anexo IV e dela faz parte integrante);-----

----- (A Moção nº. 2/53 é anexada à presente ata como anexo V e dela faz parte integrante);-----

----- (A Recomendação nº. 4/53 é anexada à presente ata como anexo VI e dela faz parte integrante);-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sandra Andrade (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa-tarde Senhora Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados Municipais, Público presente.-----

----- O Bloco de Esquerda apresenta nesta Sessão uma Moção pelo Reconhecimento do Estado da Palestina.-----

----- A 9 de Novembro de 2012 a Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu a Palestina como Estado observador não-membro. Com esta decisão, que mereceu um notório apoio maioritário, 138 países votaram favoravelmente, 9 contra e 41 abstiveram-

se, o povo palestino deu mais um importante passo na sua histórica e legítima aspiração pela autodeterminação. Apesar do novo estatuto, então adquirido, não atribuir plenos poderes, a ONU passou, desde então, a reconhecer formalmente a Palestina como país e não mais como “entidade”. -----

----- No fim de Outubro do presente ano, o governo sueco reconheceu a Palestina como Estado independente, à semelhança do que já haviam feito outros estados membro da União Europeia como a Bulgária, a Roménia, a Polónia, a República Checa e a Hungria. Seguiram-se-lhe os parlamentos do Reino Unido, Irlanda, Espanha e França, que aprovaram resoluções para o reconhecimento da Palestina como Estado independente. Ainda este mês de Dezembro, o Parlamento Europeu poderá avançar com um processo resolutivo similar. -----

----- Portugal não pode alhear-se deste processo e deve assumir um papel ativo na defesa do povo palestino reconhecendo nesta ocasião o Estado da Palestina nas fronteiras anteriores à Guerra dos Seis Dias de 1967, cumprindo assim as regras de Direito Internacional há muito clarificadas e sempre incumpridas. Existe, de facto, um consenso cada vez mais alargado favorável a uma solução do conflito no Médio Oriente assente em dois Estados em paz e segurança com as fronteiras anteriores à guerra de 1967.

----- Desde 1948, o conflito que opõe Israel e Palestina, originado pelo despojamento do povo palestino da sua terra e dos seus recursos, devasta a região com uma sucessão de guerras de ocupação e de controlo de território que fizeram centenas de milhares de pessoas refugiadas e causaram a morte a milhares de civis, mantendo o Médio Oriente e o mundo numa tensão constante. -----

----- O alienável direito à autodeterminação e à independência do Povo Palestino tem sido recorrentemente reafirmada na assembleia Geral das Nações Unidas, que desde 94 aprova anualmente uma resolução sobre o direito do Povo Palestino à autodeterminação. -----

----- Gostaríamos de recordar que por iniciativa do Bloco de Esquerda Lisboa é uma cidade geminada com Gaza. -----

----- Perante o exposto propomos que a Assembleia Municipal de Lisboa delibere recomendar ao Governo Português que sejam desencadeadas as ações tendentes a permitir o reconhecimento do Estado da Palestina nas fronteiras anteriores à da Guerra dos Seis Dias de 1967. -----

----- Relativamente às restantes propostas hoje em análise no PAOD acompanhamos as várias propostas apresentadas, à exceção de uma delas sobre a qual nos iremos pronunciar mais em particular, que é a proposta do MPT, que propõe uma ação mais eficaz contra os grafites e os Tag's ilegais. Dissociamo-nos desta Recomendação, rejeitamos a categorização dos grafites como sendo uma praga, rejeitamos a repressão higienista e punitiva. -----

----- Consideramos que este tipo de medidas se insere numa linha de repressão e de contestação e de protesto. cremos que nas pretensões normalizadoras não existe espaço para descobrir os significados que muitas pessoas atribuem ao ato de pintar um grafiti numa parede, geralmente abandonada, de uma casa ou de uma fábrica, ou de fazer inscrições desafiando a apatia dos dias iguais quando se diz “Tanta casa sem gente/Tanta gente sem casa” ou o “Despeçam-me desta desemprego”! Não! Não queremos entender nada sobre isso, é um pouco a proposta que aqui está e todavia permanecemos impenetráveis à violência da visualidade oficial, sobretudo aquela que porque paga ganha todos os dias uma respeitabilidade, sejam os letrados, os outdoors, os reclames luminosos ou a publicidade, bem como a omnipresença da publicidade paga e o apelo ao consumo. -----

----- Permanecemos ainda cegos ao sentido social e político das imagens das mensagens, elas significam tantas vezes uma declaração de uma existência identitária em contexto de precariedade, de anonimato, de incerteza e que por vezes acabam até por ser consagrados pelos circuitos de distribuição artística.-----

----- Consideramos que incomoda mais a arrogância de um poder que não escuta nem vislumbra mas antes exclui! Consideramos que incomoda muito mais a inércia de um patrimonialismo conservador ou a obsessão pela sagrada propriedade privada do que a ocupação de paredes por símbolos.-----

----- Nestes símbolos subsiste talvez a esperança, decerto utópica para alguns, de que as palavras e imagens proclamam através das paredes, contra todas as paredes e contra todos os muros. Obrigada.”-----

----- (A Moção nº. 3/53 é anexada à presente ata como anexo VII e dela faz parte integrante);-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Cara Senhora Presidente, Secretários, Presidente e Vice-Presidente, Vereadores, Caras e Caros Deputados Municipais.-----

----- Das propostas em apreço saliento naturalmente a Recomendação sobre o Plano de Ação 2014/2017 do Pelouro dos Direitos Sociais, este Plano para nós plasma através dos seus eixos: participação, coesão e intervenção. Uma estratégia bem estruturada, social, política contraciclo de *empowerment* dos cidadãos e das cidadãs, de todos, de todos nós.-----

----- Tendo por base naturalmente o programa do governo da cidade que como todos nos recordamos implicava mais pessoas, mais emprego e mais cidade.-----

----- Trata-se portanto de uma governação partilhada, a partilhar, a cidade apresenta-se pois coesa intergeracional e as políticas são políticas bem definidas no nosso parecer para os diferentes ciclos de vida.-----

----- Queria ainda relativamente à Recomendação do MPT relativa ao Orçamento Participativo salientar que se nos põem questões no ponto 3 que diz “Equaciono que na admissão dos projetos ao Orçamento Participativo sejam definidas as orientações estratégicas, como formas de diversificar os projetos.”. Aqui nós temos alguma dúvida porque parece-nos que o Orçamento Participativo nasceu assim, ou seja, de reuniões que já não são informais mas já o foram, em que os cidadãos e as cidadãs livremente projetam, fazem um projeto e pareceu-nos que algumas orientações estratégicas... Percebemos a intenção, mas se os projetos não são no nosso parecer mais diversificados é porque na *real life*, os cidadãos e as cidadãs não querem outros projetos, querem aqueles! A nós pode-nos parecer que são pouco diversificados, mas é de facto aquilo que eles querem e o que nós tememos, ao aceitar este ponto 3, vamos votar contra, é que com estas orientações estratégicas afunilássemos de facto de algum modo os projetos. -

----- Depois relativamente também à vossa Recomendação sobre os grafitis queria só de um modo culpado, se quiserem, sou mãe de um grafitar de há muitos anos, sou amiga do Wiles, que é um expoente mundial neste momento do grafiti, dizer-vos com toda a amizade que grafiti é por natureza arte ilegal, que não tem balizas, que é um pouco como o poema, não tem ordem não é? “O que será que será?” e, portanto, tudo o que seja para afunilar e ou para legalizar terá naturalmente dos seus autores, e não confundamos grafitis com Tag’s, Tag’s são apenas assinaturas que também teriam que ser bem feitas, não confundamos também isto com rascunhos, isto é uma outra coisa!--

----- Convido-vos, o Wiles está em Lisboa, faz exposições, convido-os a verem a exposição dele, esse expoente máximo do que é o grafiti para perceberem que a Arte Urbana é por definição não legal! Que é a que tem algo de clandestino, tem algo

daquela liberdade que todos nós tivemos aos 15 ou 16 anos e infelizmente já não podemos ter e, portanto, não poderemos votar esta Recomendação. Agradeço.” -----

----- (A Recomendação n.º. 3/53 é anexada à presente ata como anexo VIII e dela faz parte integrante); -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, boa-tarde a todos. -----

----- Muito rapidamente, é para dizer que o CDS não apresentou nenhuma proposta no âmbito do PAOD. -----

----- Dizer que nos congratulamos e nos associamos ao Voto de Saudação relativo à integração da Câmara no Consórcio EIT Health no âmbito da promoção da vida saudável e envelhecimento ativo. -----

----- Dizer também que iremos votar favoravelmente as Moções 1 e 2 e as Recomendações 1, 3 e 4, sendo que destacaria duas delas, uma delas a recomendação da 6ª. Comissão para que seja cumprido na integra o Plano de Ação 2014/2017 do Pelouro dos Direitos Sociais e também para a Recomendação apresentada pelo MPT, embora nos iremos abster, sobre os grafitis. -----

----- Dizer que o CDS no âmbito da discussão do Orçamento para 2015 apresenta uma proposta para aumento da verba no valor de 260 mil euros para limpeza de grafitis, agora não vou dizer muito mais sobre este assunto porque não vale a pena estar aqui a demorar mas para dizer que corroboro as palavras aqui deixadas pela Deputada Municipal Ana Gaspar, que identificou muito bem o que é que arte ilegal, o que é que são grafitis e o que é que são Tag’s. -----

----- Mas dizendo também relativamente à intervenção do Bloco de Esquerda que se quiserem legalizar aquilo que são grafitis, que são arte ilegal como foi dito, mas se quiserem legalizar grafitis feitos na propriedade privada nós seremos sempre contra. ---

----- Por fim e relativamente à Moção do Bloco de Esquerda sobre a Palestina, não vou tecer comentários sobre aquilo que tem sido a posição do Bloco de Esquerda sobre esta tema, sobre a Palestina e sobre Israel nesta Assembleia, dizer que por princípio, desde há dois Mandatos que pelo menos eu cá estou, temos sempre defendido que em matérias que não têm ligação quer direta quer indireta com a Assembleia Municipal nem sequer deviam ser aqui objeto de discussão e, portanto, temos tantos problemas em Lisboa para resolver e que temos uma agenda municipal tão grande que penso que não vale a pena estarmos aqui a perder o nosso tempo quando há tantos problemas com uma agenda internacional, independentemente da sua importância. -----

----- Depois dizer que o Governo já demonstrou abertura para discutir esta situação e avaliar o reconhecimento da Palestina como Estado e a própria Assembleia da República também através da aprovação de um projeto do PS, PSD e CDS e onde foi chumbado o Bloco de Esquerda -----

----- Portanto, da parte do CDS o trabalho vai ser feito em sede de Parlamento e através de uma Resolução que assenta em três princípios muito básicos: o primeiro de uma necessidade de coordenação com os parceiros Europeus; um segundo, uma aposta num processo de paz num calendário e metodologias credíveis e que superem o atual impasse naquela região; e por fim um terceiro princípio, que os Estados de Israel e Palestina possam viver lado a lado em paz e segurança. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra esclareceu: -----

----- “A Mesa informa que não registamos mais pedidos de palavra em sede de PAOD, portanto, se alguém quiser falar agradecia que avisassem o Senhor Primeiro Secretário porque passaremos às votações a seguir à intervenção do Senhor Deputado Fábio Sousa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio de Sousa PCP**), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa-tarde a todos, Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Deputados e Trabalhadores da Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Venho falar sobre o Fundo de Emergência Social na vertente de agregados familiares, como sabemos trata-se de um apoio municipal excecional e temporário a atribuir através das Juntas de Freguesia, agregados familiares em situação de emergência habitacional grave. -----

----- Como nesta Assembleia já aprovámos a celebração de contratos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia e Grupo Municipal do PCP gostaria de ser informado de quando estão previstas as transferências destas verbas para as Juntas de Freguesia. -----

----- A operacionalização desta verdadeira delegação de competências reveste-se de extrema importância para as famílias que se encontram em grande fragilidade social e em risco elevado e confirmado de perda eminente de habitação por impossibilidade de pagamento de renda ou de prestação da casa na sequência de desemprego ou diminuição súbita de rendimentos. -----

----- Assim sendo é fundamental que rapidamente o Município promova o acesso efetivo aos direitos sociais e a satisfação das necessidades de todos os que vivem e são muitos e cada vez são mais, em situações difíceis. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhores Vereadores, Senhor Presidente de Câmara.-----

----- Era só para fazer uma pequena nota simples sobre o Voto de Saudação promovido pelo PS em relação a um projeto europeu de vida saudável e envelhecimento. Sem retirar os méritos a este projeto, em que participa a Universidade a que eu pertenço, devo lembrar só que neste projeto de vida saudável e envelhecimento. -----

----- Há a Universidade, está situada hoje na Colina de Santana, uma colina que em matéria de saúde se prevê, se nada for alterado, que venha a ser esvaziada dos seus serviços de saúde, isto para dizer que nestes projetos às vezes é preciso estar atento para não cair na contradição de querer promover, em querendo promover uma vida saudável e um envelhecimento também saudável na cidade o estamos fazendo em sentido contrário!” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado Municipal. -----

----- Senhores Deputados Municipais, a Mesa não regista mais pedidos de palavra, vamos passar às votações. Também não vejo sinais de pedidos de palavra da Câmara relativamente à questão suscitada pelo Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa, tomei a devida nota e, portanto, irei solicitar a informação sobre as transferências do FES-Famílias para as Juntas e farei chegar ao Senhor Deputado Municipal essa informação uma vez que não vejo aqui sinal que ma possam dar já e, portanto, fá-la-ei chegar o mais cedo possível. -----

----- Vamos então votar o **Voto de Saudação nº. 1/53**, apresentado pelo Partido Socialista, Lisboa parceiro Europeu na vida saudável e envelhecimento ativo. Quem vota contra? Não há votos contra. Quem se abstém? Abstencões do PCP. Votos favoráveis do PS, PSD, BE, PEV, CDS-PP, MPT, PAN, PNP e 6 Independentes. Senhores Deputados Municipais, está **aprovado por maioria**.-----

----- A **Moção n.º 1/53**, apresentada pelo PEV, tem uma pequeníssima retificação que eu vou passar a dizer qual é. Na parte que diz respeito às entidades a enviar esta matéria acrescentar o SINTAP, é apenas um aditamento a expressão “SINTAP”. Portanto vamos pôr à votação a Moção 1/53 sobre o Centro Operacional de Emergência da Cruz Vermelha Portuguesa, apresentada pelo PEV. Quem vota contra? Não há votos contra. Quem se abstém? Abstencões do PSD e do CDS-PP. Votos favoráveis do PS, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNP e 6 Independentes. Está **aprovada por maioria**. -----

----- Vamos passar então para a **Moção n.º 2/53**, também do PEV, sobre a Cimeira do Clima e tem duas pequenas retificações que eu vou passar a dizer quais. Logo no primeiro parágrafo, quando fala do Protocolo de Quioto acrescentar a expressão “Lima Climate Change Conference”, que é o nome da conferência. Depois no terceiro parágrafo onde se estipulava o prazo até 30 de setembro, ficou “Considerando que todos os Países terão que apresentar à ONU até 30 de setembro” ficou “todos os Países terão que apresentar à ONU durante o ano de 2015”, presumo que isto já incorpora os resultados do que se passou efetivamente e, portanto, com estas retificações vamos pôr à votação a Moção do PEV sobre a Cimeira do Clima em Lima. Votos contra? Não há votos contra. Votos de abstenção? Abstenção do PSD. Votos favoráveis do PS, PCP, BE, PEV, CDS-PP, MPT, PAN, PNP e 6 Independentes. Está **aprovada por maioria**. -----

----- Vamos pôr à votação a **Moção n.º 3/53**, do Bloco de Esquerda, pelo Reconhecimento do Estado da Palestina. Quem vota contra? CDS-PP, PSD, MPT e 2 DM PS. Quem se abstém? Abstenção do PNP, 10 DM PS e 1 DM Independente. Votos favoráveis de 24 DM PS, PCP, BE, PEV, PAN e 5 DM Independentes. **Aprovada por maioria.** -----

----- **Os Senhores Deputados Municipais do PSD** apresentaram a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- *“O Grupo de Lista do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Lisboa, apresenta a seguinte Declaração relativamente ao Voto Contra na Moção n.º 3-53 submetida a Assembleia Municipal de Lisboa na sessão de 16 de Dezembro de 2014, intitulada Pelo Reconhecimento do Estado da Palestina.* -----

----- *1. O Grupo Municipal do PPD/PSD votou desfavoravelmente a Moção em epígrafe por verificar desadequados os termos integrados nos seus Considerandos e Deliberação.* -----

----- *2. Para este Grupo de Lista é evidente a necessidade e urgência do estabelecimento de dois Estados plenamente soberanos na região, Israel e Palestina, mutuamente reconhecidos no respeito pela sua individualidade, caminhando na via do progresso e trabalhando em paz pela prosperidade dos seus povos.* -----

----- *3. Subjaz na situação atual um importante escolho, representado pelo estatuto da cidade de Jerusalém e de outras zonas fronteiriças de relevo diferenciado, sendo claro que a magnitude do problema carece para uma mais rápida e completa solução, que seja assumida uma posição conjunta pelo bloco de nações onde Portugal se integra, especificamente a União Europeia.* -----

----- *4. De outro modo não se passará de uma mera expressão de posições díspares o que, longe de contribuir para a sua resolução, seria causa de ainda mais exacerbadas controvérsias, ao sabor das diferentes opiniões e ideologias.”* -----

----- **Os Senhores Deputados Municipais do CDS/PP** apresentaram a seguinte Declaração de Voto: -----

----- *“Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que votaram contra a Moção do Bloco de Esquerda, acima referenciada, que teve por objeto <<Pelo reconhecimento do Estado da Palestina>>, por considerarem que:*-----

----- 1. O reconhecimento de um Estado parcialmente governado pela organização terrorista Hamas, que não respeita os mais elementares Direitos Humanos, como a igualdade entre homens e mulheres, ou das minorias sexuais e religiosas é, para nós, um retrocesso nos valores civilizacionais e um atropelo aos Direitos Humanos, que não podemos calar. -----

----- Fica também demonstrado, sem surpresa, que para o Bloco de Esquerda, o valor destes Direitos varia consoante a latitude e os atores;-----

-----2. Ao contrário da OLP, o Hamas não quer um Estado palestino ao lado de Israel. O Hamas pretende um Estado islâmico sem Israel! E é com essa insuportável ideia criminosa que não pactuamos; No dia que chegar a esta assembleia - apesar de julgarmos que este fórum é desadequado - uma moção que seja um genuíno apelo a paz, ao reconhecimento mútuo, ao respeito entre todos os intervenientes e a constituição de um Estado palestino que aceite e viver em paz e harmonia com Israel, terá o nosso voto favorável; -----

----- 3. Assim deixamos expresso que não pactuamos com o politicamente correto e muito menos com o terrorismo;-----

----- 4. Contudo e em sede da Assembleia da República, o CDS-PP demonstrou abertura para trabalhar com os restantes grupos parlamentares para uma resolução o mais consensual possível de reconhecimento do Estado da Palestina, trabalho esse que deverá respeitar três princípios base: em primeiro lugar, a necessidade de coordenação com os parceiros europeus, em segundo lugar, a aposta num processo de paz com calendário e metodologia credíveis e que superem o atual impasse na região” e, em terceiro lugar o princípio de que “os Estados de Israel e da Palestina possam viver lado a lado, em paz e segurança”; -----

----- 5. Por fim e na continuidade daquela que tem sido a posição do CDS-PP nos últimos e atual mandatos, as matérias cuja competência ou impacto, direto ou indireto nos municípios, não devem ser discutidos no órgão deliberativo municipal, em que devem prevalecer a apresentação de documentos sobre os inúmeros problemas que assolam a cidade de Lisboa, respeitando urna agenda municipal e nacional quando essas medidas estejam ligadas aos municípios, trabalhadores e visitantes da Cidade, e não na prossecução de assuntos de cariz internacional ou externo ao Município.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção:-----

----- “Passamos à **Recomendação nº. 1/53**, apercebi-me que os Senhores Deputados Municipais Independentes pedem para o ponto terceiro ser autonomizado na votação. Ah, querem todos os pontos independentes, todos os pontos serão votados um a um, será então votada por pontos. É uma Recomendação do MPT que se chama “Por uma Orçamento Participativo com mais informação e participação” e tem três pontos, vamos pôr à votação o **Ponto 1**. Votos contra? Não há votos contra. Votos de abstenção? Do PSD e do PNP. Votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN e 6 Independentes. Está **aprovado por maioria**.-----

----- **Ponto 2** da Recomendação nº. 1/53. Quem vota contra? Votos contra do PS. Quem se abstém? Abstenção do PNP. Votos a favor do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN e 6 Independentes. Está **aprovada por maioria**.-----

----- **Ponto 3** da Recomendação nº. 1/53. Quem vota contra? Votos contra dos 6 Deputados Municipais Independentes e do PS. Abstenções? Abstenções do CDS-PP e do PNP. Votos favoráveis do PSD, PCP, BE, PEV, MPT e PAN. **Está rejeitado o Ponto 3**.-----

----- Vamos agora passar à **Recomendação nº. 2/53**, que é relacionada com os grafitis, será votada ponto por ponto, primeiro os Ponto 1 e 2, depois votamos o Ponto 3 e depois o Ponto 4.-----

----- A Mesa vai pôr à votação os **Pontos 1 e 2** da Recomendação 2/53 do MPT sobre graffitis. Quem vota contra? O PCP, BE, PAN e 6 DM Independentes. Quem se abstém? PEV. Votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, MPT e PNP. **Aprovados por maioria.**-----

----- Vamos passar agora ao **Ponto 3**. Quem vota contra? O PCP, BE, PEV, PAN e 6 DM Independentes. Quem se abstém? O CDS-PP. Votos favoráveis do PS, PSD, MPT e PNP. **Aprovado por maioria**-----

----- Vamos passar ao **Ponto 4**. Votos contra? Do PCP e do BE. Votos de abstenção? Abstenções dos 6 DM Independentes. Votos favoráveis do PS, PSD, PEV, CDS-PP, MPT, PAN e PNP. **Aprovado por maioria.**-----

----- Os **Deputados Municipais do CDS-PP** apresentaram a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- *“Os Deputados Municipais do CDS-PP, declara, que votaram favoravelmente os pontos 1/2/4 e se abstiveram no ponto 3 a Recomendação do MPT, acima referenciada, que teve por objeto “Por uma ação mais eficaz contra os graffitis e tags ilegais”, que consideram que:*-----

----- *1- Ao grafitti, como qualquer outra forma de arte, nunca deve estar associada a palavra “praga” pelo que nos dissociamos da nomenclatura referida na proposta; ----*

----- *2- Em nenhum momento compactuaremos com a aceitação de graffitis e tags, não autorizados, em propriedade privada;-----*

----- *3- Mantemos a intransigente defesa dos monumentos, estatuária e património edificado motivo pelo qual o CDS apresentou uma proposta orçamental, em sede da CML, para o aumento da verba de 260.0000 euros de reforço da rubrica de limpeza e remoção de graffitis; -----*

----- *4- Fazem falta um maior número de locais nobres para intervenção artística e a necessidade de conciliar locais e regulamentação em discussão e articulação com os artistas.”-----*

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção:-----

----- “Vamos agora passar à **Recomendação nº. 3/53**, que **foi adiada**. Eu tinha dado já a informação no princípio da Sessão mas agora retomo-a, é uma Recomendação da 6ª. Comissão, vários Deputados Municipais se pronunciaram sobre ela. O Presidente da 6ª. Comissão pediu-me para adiar a votação por pedido de vários Deputados Municipais desta Comissão que queriam estar presentes nesta discussão e, portanto, ela será agendada em próxima Sessão, provavelmente não em PAOD porque a próxima Sessão se não for Ordinária não tem PAOD, mas em Ordem do Dia agendaremos esta Recomendação.-----

----- Vamos passar à última Recomendação que temos para votar, que é a **Recomendação nº. 4/53**, do PEV, sobre o Centro de Interpretação Ambiental dedicada à observação de aves na Quinta das Conchas. Votos contra? Não há votos contra. Votos de abstenção? Abstenções do PSD. Votos favoráveis do PS, PCP, BE, PEV, CDS-PP, MPT, PAN, PNP e 6 DM Independentes. Está **aprovada por maioria**.-----

----- Senhores Deputados, terminámos o PAOD, vamos entrar na nossa Ordem do Dia hoje bem cheia e volto a lembrar o que foi dito aqui no princípio da Sessão. -----

----- Seguidamente entrou-se no período de:-----

----- **ORDEM DO DIA**-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Senhor Presidente ainda não estava, portanto, agora já com a presença do Senhor Presidente e do Executivo da Câmara lembrar que foi ontem em Conferência de Representantes sugerido que tentássemos fazer a discussão dos pontos 1 e dos pontos 2 a 5, ou seja, o ponto 1 que tem a ver com as Grandes Opções do Plano, do Orçamento, Mapa de Pessoal, e os pontos 2 a 5 têm a ver com as Taxas, que fizéssemos a discussão

em conjunto destes pontos todos, com a grelha de 5 horas e fizéssemos a votação destas matérias só no final e assim iremos fazer. -----

----- Se assim acontecer poderemos terminar hoje a discussão destas matérias para hoje agendadas não haverá Sessão amanhã, se chegando às 9 horas da noite não tivermos acabado teremos obviamente que prorrogar a Sessão para amanhã, portanto é uma discussão conjunta dos Pontos 1, 2, 3, 4 e 5 da Ordem de Trabalhos de hoje. Os Grupos Municipais têm a grelha de 5 horas, a Mesa acrescentou para cada Grupo Municipal mais três minutos de tolerância uma vez que estamos aqui a fazer uma junção de duas grelhas, mais três minutos de tolerância para cada Grupo Municipal e também para a Câmara.”-----

----- **Ponto 1- Proposta nº. 740/2014 – Grandes Opções do Plano pra o quadriênio 2015-2018, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2015, nos termos do ponto A da parte deliberativa da proposta e ao abrigo das alíneas a) e o) do nº. 1 do artigo 25º. e do nº. 2 do artigo 27º. do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro;** -----

----- (A Proposta nº. 740/2014 é anexada à presente ata como anexo IX e dela faz parte integrante); -----

----- (O Parecer da 1ª. Comissão Permanente é anexado à presente ata como anexo X e dela faz parte integrante); -----

----- **Ponto 2- Proposta nº. 741/2014 – Apreciar a proposta nº. 741/2014- Tarifário do Serviço de Águas Residuais e o Tarifário do Serviço de Gestão dos Resíduos Urbanos, que constituem, respetivamente, a Seção III e IV do Projeto de alteração do Regulamento Geral das Taxas, Preços e Outros Receitas do Município, nos termos da proposta e ao abrigo do artigo 8º. da Lei 73/2013, de 3 de setembro, e alíneas b), c) e g) do nº. 1 do artigo 25º. do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado em anexo à Lei 75/2013, de 12 de setembro;** -----

----- (A Proposta nº. 741/2014 é anexada à presente ata como anexo XI e dela faz parte integrante); -----

----- (O Parecer da 1ª. Comissão Permanente referente às propostas 726, 741,742 e 743 é anexado à presente ata como anexo XII e dela faz parte integrante); -----

----- **Ponto 3- Proposta nº. 742/2014 – Apreciar a proposta nº. 742/2014- Taxa Municipal de Proteção Civil, que constitui a Seção V do projeto de alteração do Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município, nos termos da proposta e ao abrigo do artigo 8º. da Lei 53-E/2006, de 29 de dezembro, na sua redação atual, nos artigos 20º. e 21º. Da Lei 73/2013, de 3 de setembro e alíneas b), c) e g) do nº. 1 do artigo 25º. do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado em anexo à Lei 75/2013, de 12 de setembro;** -----

----- (A Proposta nº. 742/2014 é anexada à presente ata como anexo XIII e dela faz parte integrante); -----

----- **Ponto 4- Proposta nº. 743/2014 – Apreciar a proposta nº. 743/2014 – Taxa Municipal Turística, que constitui a Seção VI do projeto de alteração do Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município nos termos da proposta e ao abrigo do artigo 8º. da Lei nº. 53-E/2006, de 29 de dezembro, na sua redação atual, dos artigos 20º. e 21º. Da lei 73/2013, de 3 de setembro e alíneas b), c) e g) do nº. 1, do artigo 25º. do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado em anexo à Lei 75/2013, de 12 de setembro;** -----

----- (A Proposta nº. 743/2014 é anexada à presente ata como anexo XIV e dela faz parte integrante); -----

----- **Ponto 5- Proposta nº. 726/2014 – Tabela de Taxas a vigorar para 2015, bem como a alteração ao Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do**

Município de Lisboa, à exceção das Secções III, IV, V e VI, e respetiva fundamentação económica, bem como a eliminação da Taxa Municipal de Conservação de Esgotos e a prorrogação do regime previsto no artigo 43º. do Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa, nos termos da proposta e ao abrigo das alíneas b), c) e g) do n.º 1 do artigo 25º. do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- A Proposta n.º. 726/2014 é anexada à presente ata como anexo XV e dela faz parte integrante);-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção:-----

-----“Portanto, neste momento a Câmara tem a palavra para fazer a apresentação conjunta de tudo isto, portanto, penso que é o Senhor Vice-Presidente que o irá fazer a apresentação das propostas dos pontos de 1 a 5, de todas.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais e Caros Colegas de Vereação.-----

----- Quero em primeiro lugar, na apresentação dos documentos que englobam os instrumentos do planeamento financeiro para o próximo ano deixar aqui uma palavra de agradecimento ao Senhor Diretor Municipal de Finanças e a toda a sua equipa, a Diretora Municipal de Recursos Humanos e também ao Diretor do Departamento do Património, pelo intenso trabalho realizado e que nos permitiu hoje estar aqui em condições de discutir de forma habilitada estes importantes documentos.-----

----- Permitam-me que os apresente em conjunto e que centre a apresentação sobre o Orçamento, dizer que este é em primeiro lugar um orçamento de resposta às preocupações da cidade, em tempos que são de crise no país e também em parte importante da cidade o orçamento para 2015 da Câmara Municipal de Lisboa mantém como prioridade o investimento nos direitos sociais, direitos sociais na sua mais ampla, moderna e abrangente visão de que são parte fundadora o direito à habitação, o direito à educação e o direito a uma vida digna para todos, é por isso que em 2015 será o ano de arranque da nova fase das obras no Bairro da Boavista, no Bairro Padre Cruz e nas Torres do Alto da Eira, requalificando algumas das partes mais degradadas do que é o património habitacional municipal.-----

----- É por isso que em 2015 teremos dotações importantes em políticas sociais, como o Subsídio Municipal de Arrendamento, mas também no Fundo de Emergência Social, no Programa de Emergência Social e nos Programas BIP/ZIP, é também por isto, é por isto e por esta convicção que manteremos uma importante verba para a construção e reabilitação de escolas, com intervenções planeadas em mais de 15 escolas, porque não desistimos da escola pública como um elemento central dos direitos sociais e um elemento central de uma política de promoção da igualdade de oportunidades na nossa cidade.-----

----- Este é em segundo lugar um orçamento de investimento no núcleo central do serviço público do Município, no fundo do que é a nossa responsabilidade primeira indelével, a manutenção das vias públicas, do saneamento e da higiene urbana, é por isso que em 2015, que 2015 será o ano de forte execução do plano de pavimentação que terá uma dotação que quase triplica na prática a dotação de 2014, é por isso também que agora que está clarificado o quadro relativamente à rede de saneamento que daremos um novo impulso na execução do plano geral de drenagem tendo em vista melhorar não só o funcionamento da rede de saneamento como reduzir os riscos de cheia. Trata-se de um esforço de investimento direto importante e significativo com apoio de Fundos

Comunitários, mas mais importante, um esforço financeiro a que se juntarão os esforços financeiros de outras fontes de financiamento por todas as execuções de investimento na via pública e no espaço público que o orçamento contempla, mas mais importante ainda é o esforço que faremos na organização, na concentração, na atenção e na prioridade tendo para isso a Câmara Municipal de Lisboa nomeado uma equipa de missão, aprovado a nomeação de uma equipa de missão, que tem como competência específica a execução do plano de drenagem, definir com exatidão o plano, os investimentos prioritários, assegurar que eles são levados a cabo. -----

----- É também por isso que na área dos serviços municipais este orçamento contempla uma prioridade na área da higiene urbana, quer ao nível dos investimentos, nas infraestruturas, certo, mas fundamentalmente pelo reforço da capacidade técnica e humana na contratação de novos operacionais, que será complementada com as alterações na reorganização da Câmara Municipal de Lisboa para uma melhor resposta, mais focada e centrada de resolver o que é claramente um dos pontos centrais identificado pelos munícipes de necessidade dos serviços municipais. -----

----- Este é em terceiro lugar um investimento no futuro da cidade, um investimento naquelas áreas que consideramos que são centrais para a manutenção de Lisboa, uma cidade aberta, cosmopolita, moderna!-----

----- Agora que teremos concluídas as obras em obras emblemáticas como o Terraço do Carmo, como o Museu do Aljube ou o Capitólio é tempo de darmos início a um novo ciclo de investimento, teremos pois o início do processo relativo às obras do Variedades, tentando completar, sarar uma ferida numa parte importante da nossa cidade, como daremos início ao arranque das obras emblemáticas do Projeto Uma Praça em Cada Bairro. -----

----- No fundo aquilo que corresponder porventura à ideia mais acabada, mais centrada do que é uma cidade de bairros, daquilo que é um passo em frente na política de valorização do espaço público enquanto elemento nuclear da cidade que pertencemos, estes investimentos da Praça em Cada Bairro serão completados e prosseguidas com importantes investimentos na Frente Ribeirinha que se estenderão, agora que está concluída a obra da Ribeira das Naus, ao Campo das Cebolas e ao Cais do Sodré e depois posteriormente também à zona de Belém. -----

----- Permitam-me também uma referência ao importante investimento no corredor verde de Alcântara que temos a dotação para 2015, para que se possa finalmente proceder a este arranque. Em síntese, num espaço público reabilitado, num espaço reabilitado para uma cidade moderna, atrativa, capaz de propiciar a todos os que residem, a habitam e a procuram, um espaço público à altura do que são as aspirações de todos!-----

----- Senhora Presidente, Senhor Presidente, este é pela terceira vez um orçamento que tem os impostos em baixo, em rigor este é um orçamento em que a Câmara Municipal de Lisboa apresenta os impostos mais baixos de toda a Área Metropolitana de Lisboa, é obviamente uma opção da conjuntura ditada pela necessidade de apoio às famílias numa época de crise e num momento tão difícil, mas é para todos uma opção de fundo estratégica de tentar contribuir para a recuperação da população residente na cidade. ---

----- É uma política de enorme importância para as famílias, continuando, prossequindo esta política teremos devolvido às famílias, aos munícipes de Lisboa, mais de 177 milhões de euros no espaço de um mandato, no que constitui um movimento sem precedentes a nível nacional e é também um esforço de enorme exigência para o Município porque fazer esta política exige ter as contas em ordem, porque o preço de não ter as contas em ordem para o Município de Lisboa repercutia-se nos munícipes num sobrecusto de 350 milhões de euros no espaço de um mandato.-----

----- Esta preocupação de apoio às famílias, mas também de termos uma cidade atrativa é também visível neste orçamento na forma como resolvemos as obrigações legais relativamente à adaptação do nosso sistema de taxas e de tarifários, em particular ao nível do saneamento e dos resíduos urbanos. -----

----- Na prática, conseguimos cumprindo toda a legislação e toda a regulamentação, conseguimos que houvesse uma redução, friso, uma redução de custos para as famílias abrangidas nos tarifários sociais, conseguimos que houvesse um tratamento especial praticamente sem aumento para as famílias abrangidas pelo critério de famílias numerosas e conseguimos em todo o sistema tarifário aumentos modestos para a generalidade da cidade, mas fundamentalmente uma posição muito competitiva da cidade por comparação a todos os municípios da Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Em síntese, este é um orçamento de uma política fiscal de apoio à família, de apoio às famílias e uma política fiscal de manutenção da atratividade da cidade de Lisboa. ---

----- Permitam-me por último que refira que este é um orçamento que prossegue uma estratégia e um caminho de redução do endividamento como forma de reduzir o serviço da dívida, podendo libertar recursos para o investimento para o apoio às famílias e para o apoio à cidade, reduzir a dívida, reduzir os encargos financeiros para investir é um objetivo que temos prosseguido de forma sistemática. -----

----- Este ano podemos afirmar que esta política foi bem-sucedida, foram realizados já no mínimo, que é o mínimo até ao momento, mais de 80 milhões de euros em alienações de ativos não estratégicos que foram devolvidos à cidade para seu usufruto e para seu desenvolvimento, mas que corresponderam e que permitem uma redução da dívida e dos encargos em montante equiparável.-----

----- Para terem a noção da importância desta estratégia em 2014 o serviço da dívida rondou 74 milhões de euros e com a política de alienação de ativos não estratégicos conseguiremos o essencial que é que o peso da dívida não corroa a nossa base de financiamento corrente. -----

----- É pois isto que pretendemos prosseguir em 2015 e se o orçamento não o espelha de forma clara e transparente deve-se unicamente ao facto da imposição legal, a que estamos sujeitos, nos impor uma orçamentação bem inferior áquilo que são hoje as receitas que já sabemos firmes que obteremos nesta área durante o ano de 2015. -----

----- Senhora Presidente, responder às preocupações da cidade, investir nos direitos sociais, investir num serviço público de qualidade e no futuro da cidade, assegurar o equilíbrio financeiro e a redução de endividamento, são estas as opções de fundo do orçamento, são estas as opções de fundo de todos os instrumentos que hoje trazemos aqui à consideração, são estas as respostas às necessidades da cidade e do seu futuro, é pois esta a nossa convicção que todos estes documentos e o nosso Orçamento merecem a aprovação desta Assembleia. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ferreira de Lemos (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

----- Quero em primeiro lugar afirmar que em relação à matéria em debate que o Grupo Municipal do CDS está totalmente de acordo com as sugestões, com os comentários e as reservas colocadas pelo Vereador João Gonçalves Pereira, em sede de Reunião de Câmara que aqui damos como reproduzidas. -----

----- Este orçamento e de mais documentos que nos foram apresentados, da responsabilidade do Executivo Socialista têm que ser analisados politicamente em várias perspetivas, desde logo como orçamento que vai condicionar definitivamente os

próximos anos na cidade de Lisboa, também como o orçamento da cidade capital de Portugal cujo líder é também candidato a Primeiro-Ministro pelo Partido Socialista e que nos dá indicações pouco precisas do seu pensamento e modelo do Governo para Portugal. -----

----- Na sua expectativa, do Senhor Presidente, será para si o último orçamento que superintende e dirige para a nossa cidade, espero bem que isso não se passe e que não dirija pela última vez esta cidade. -----

----- Assim, Senhor Presidente, Senhora Presidente, é um orçamento que chegou atrasado, não cumpriu os prazos estabelecidos pela Lei e hipocritamente foi precedido de um anúncio em que o Presidente declarava a sua opção pelo domínio dos transportes de Lisboa e provavelmente da região de Lisboa. -----

----- Em Lisboa residentes, proprietários e turistas vão ser vítimas da gula fiscal de uma Câmara que pouco fez para diminuir a enorme despesa do seu funcionamento! O orçamento da Câmara despididamente cria impostos encapotados com a reconversão da taxa de esgotos em taxa de proteção civil. -----

----- É uma nova tentativa de enganar os lisboetas, como já tinha sido sugerido no orçamento para 2011, também da responsabilidade do atual Presidente da Câmara! A Proteção Civil é uma função geral do Estado e os novos impostos assumem um cariz de orçamentação específica local, o que não é aceitável! -----

----- As novas taxas de entrada em Lisboa por uma via, por via aérea e marítima vão penalizar duplamente um setor em progresso, turismo, restauração, hotelaria, comércio em geral, revelam total insensibilidade e nenhuma solidariedade com outros municípios também visitados pelos turistas aqui chegados a Lisboa. -----

----- Com estas receitas pretendem criar um fundo para Lisboa com a prioridade de um Centro de Congressos, pelo menos foi o que anteriormente disseram, que dispensaria esta medida e ninguém reivindicou ou não se mostrou disponível caso fosse esse Centro de Congressos mesmo indispensável para o desenvolvimento da cidade e do seu turismo. -----

----- Senhor Presidente, as novas taxas turísticas só se vislumbra ter como contrapartida, e digo como contrapartida porque uma taxa tem que ter contrapartida, o respirar o ar de Lisboa ou usufruir a sua luz magnífica, não corresponde a nenhum novo ou a nenhum melhor serviço, estas taxas foram pouco e mal pensadas! Não tiveram em conta que a sua cobrança é complexa, é cara e depende de terceiros que como Vossa Excelência diz e o Senhor Vice-Presidente também o afirmou existem dezenas de taxas aeroportuárias sobre quem utiliza o aeroporto ou o porto e isto quero afirmar que não é verdade, é um mito, é uma ilusão com que tentaram iludir os lisboetas. -----

----- O estado ao concessionar a ANA abdicou nos últimos anos da receita das taxas e beneficiou financeiramente a cidade de Lisboa, a região autónoma da Madeira e tem vindo a diminuir as taxas quer nos Açores quer em Beja, quer em Faro e não as tem aumentado no Porto, portanto, esta abdicação....” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra observou: -----

-----“Senhores Deputados Municipais, desculpem, o Senhor Deputado Municipal está no uso da palavra! Faça o favor de continuar Senhor Deputado Municipal.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ferreira de Lemos (CDS-PP)** no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção: -----

----- “As taxas aeroportuárias não são centenas, como pretenderam afirmar, nem muitas, nem sequer estão ligadas ao volume de passageiros! Existem as taxas de negócios de aviação e existem taxas de negócio de não aviação, as taxas que estão ligadas aos negócios de não aviação, aos negócios de aviação são fundamentalmente quatro ou cinco taxas, são as taxas de aterragem e de descolagem que são calculadas por unidades

de tonelagem métrica e destinam-se sobretudo à amortização de infraestruturas que envolvem volumes de investimento muito grandes. -----

----- As taxas de estacionamento de aeronaves, o próprio nome diz o que são e destinam-se apenas a deixar as aeronaves que decidem permanecer mais tempo ou pernoitar em cada um dos aeroportos, designadamente no de Lisboa. -----

----- A taxa de serviço a passageiros devida pelo serviço prestado por cada passageiro e sendo diferenciada sempre em função do serviço desejado por cada passageiro. -----

----- A taxa de terminal é uma paga pelos utilizadores de operações de controlo de tráfego aéreo de aproximação e que não se configura com as taxas de navegação aérea que são receitas, essas sim, pagas diretamente a um ente público empresarial que é a NAV. -----

----- Temos depois serviços com liberdade contratual, prestado pelos *handlers* que em alguns casos até se são feitos pelas próprias companhias, que são *self-handlers* e que portanto são pagamentos de serviços concretos que envolvem meios de capitais, meios humanos e com um nível que cada uma das companhias pretende. -----

----- Todas as outras taxas são comerciais e não afetam passageiros, antes pelo contrário, são sinal de qualidade do serviço prestado. Não é possível confundir uma taxa de entrada em Lisboa com rendas a alugueres de lojas em aeroportos, designadamente no Aeroporto de Lisboa, com o estacionamento de automóveis no aeroporto de Lisboa, com publicidade nos bens do domínio público concessionados no Aeroporto de Lisboa, não é possível sequer confundir taxas a turistas com a utilização de diversos equipamentos consoante as necessidades ou de passageiros ou de aviões. -----

----- No Aeroporto de Lisboa, e é bom que isto se recorde, trabalham e contribuem para satisfazer a necessidade dos passageiros cerca de 10 mil pessoas, 10 mil pessoas, repito, cerca de 400 só são funcionárias do Aeroporto de Lisboa. No Aeroporto entre empregados de lojas, serviços públicos, serviços de *handlers*, há cerca de 10 mil empregados e apenas 400 são funcionários do Aeroporto. -----

----- Quanto aos outros impostos e taxas não se aplicam naturalmente só em Lisboa temos também taxas que são aplicadas no Porto, são aplicadas na Madeira, são aplicadas nos destinos turísticos do Douro, do Alentejo, etc. e seria justo retribuir à Câmara de Lisboa impostos que são pagos por todos os portugueses e apenas seriam recebidos pela Câmara de Lisboa, não nos parece uma ideia ou um argumento saudável. -----

----- Senhora Presidente e Senhor Presidente, este orçamento, estas taxas e esta despesa vão prejudicar setores económicos que são um saudável pulmão da cidade de Lisboa e do país. -----

----- O desenvolvimento do turismo em Lisboa e em Portugal deve-se sobretudo à pujança da iniciativa dos diversos empresários, deve-se sobretudo à iniciativa privada e o que nós pedimos à Câmara é que não prejudique mais aqueles que mais oferecem serviço à cidade e que mais a tornam atrativa. -----

----- Não entendo como aqui afirmou que a Câmara tenha abandonado o serviço de socorros do Aeroporto, que era rentável, porque não tinha vocação empresarial e tanto esforço tenha despendido para gerir a operação de transportes, que é uma operação eminentemente empresarial e para a qual também, como diz o Senhor Presidente da Câmara a Câmara não terá vocação! -----

----- Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, este poderá ser porventura o seu último orçamento da Câmara Municipal de Lisboa, que eu não desejo, não desejamos o lugar do seu sucessor se caso isso se verificar, com uma despesa incontrolada e mais encargos sobre os lisboetas, com mais impostos, mais taxas, esgotado o reembolso das verbas relativas aos terrenos do Aeroporto, sem perspetivas positivas para novas privatizações patrimoniais, sem serem, sem ter finalizado a Reforma Administrativa de

Lisboa, com Freguesias desorientadas, com Municípes afogados e escassos socorros, enfim, com um péssimo legado! -----

----- Senhor Presidente, o sentido útil da Reforma Administrativa é a redução da burocracia e da carga fiscal efetiva e não potencial como ainda agora acabou de reafirmar o Senhor Vice-Presidente. Disse. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra informou: -----

-----“Muito obrigada Senhor Deputado Municipal. -----

----- A Mesa tem que dar aqui duas informações, a primeira é que houve aqui um lapso da parte da Mesa que antes de ter dado a palavra ao Senhor Deputado Municipal Ferreira de Lemos deveria ter dado a palavra aos Relatores, antes de dar aos Senhores Deputados Municipais inscritos e fá-lo-emos de seguida, mas entretanto também recebemos um pedido de esclarecimento do Grupo Municipal do PS, portanto, vou dar precedência ao Pedido de Esclarecimento e depois à resposta. Os tempos para os Pedidos de Esclarecimento são contados à parte, mas peço para serem económicos para cumprir o nosso calendário, mas enfim, é o que for necessário e o microfone ao Senhor Deputados Municipal Rui Paulo Figueiredo, do PS, para fazer Pedido de Esclarecimento ao Deputado Municipal Ferreira de Lemos que terá também depois três minutos para responder nos termos regimentais.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo de Figueiredo (PS)** no uso da palavra fez o seguinte Pedido de Esclarecimento: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Cumprimentar o Senhor Deputado Municipal do CDS embora eu esteja perplexo com a sua intervenção, porque todos nós ouvimos ao longo dos últimos anos, embora verdade seja dita que esse discurso já foi chão que deu uvas, que o CDS era o partido do contribuinte! Eu agora estava a ouvi-lo e todo esse discurso do partido do contribuinte foi arrumado na gaveta, agora parecia mais o partido do turista! Porque centrou tudo aquilo que tem a ver com o orçamento na taxa turística, com umas breves pinceladas sobre o futuro do Doutor António Costa e agora com este último aspeto das Freguesias e dos transportes!-----

----- Mas para quem se centrou apenas e só na matéria do turismo, Senhor Deputado Municipal, eu acho que cometeu algumas graves incorreções... Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves, tem três minutos, também se pode inscrever!...Senhora Presidente, parece que o Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves também se quer inscrever, está a ficar nervoso aqui com o debate! -----

----- Porque dizia o Senhor Deputado Municipal que era apenas e só para financiar um novo Centro de Congressos que ninguém queria! Senhor Deputado Municipal, está totalmente enganado, desde logo é para financiar novos investimentos identificados no Plano Estratégico de Turismo de 2015/2019, o turismo só pode continuar a ser o sucesso que é, e deixe-me dizer-lhe e fazer um parêntesis e dizer que antes do Doutor António Costa ser Presidente de Câmara, nunca estaríamos a ter esta discussão porque o que tínhamos era uma cidade paralisada, totalmente abandonada em que os turistas não vinham cá visitar, essa é que era!... Mas para continuarmos a investir no turismo....”---

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra interveio:-----

-----“Senhor Deputado Municipal, a Mesa pede que formule o seu esclarecimento por favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo de Figueiredo (PS)** no uso da palavra prosseguiu o seu Pedido de Esclarecimento:-----

----- “Continuo dentro de tempo, dizer que ainda estou dentro do tempo Senhora Presidente!”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra concluiu: -----

-----“Sim senhor Senhor Deputado Municipal.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo de Figueiredo (PS)** no uso da palavra prosseguiu o seu Pedido de Esclarecimento:-----

----- “Portanto, aquilo que nós temos previsto é um novo Centro de Congressos de requalificação da Estação Sul/Sudoeste, de Gare Marítima turística, instalação de espaço museológico dedicado às Descobertas, criação de mobilidades suaves para o Castelo, projetos de sinalética turística de percursos turísticos, continuação de requalificação da frente ribeirinha, Cais do Sodré, Campo das Cebolas, Belém, muitos investimentos porque só assim é que nós continuamos a criar polos de atração. -----

----- Depois diz o Senhor Deputado Municipal que ninguém pediu o Centro de Congressos e isso também não é verdade e é uma grande incorreção! Tenho aqui o Plano de Atividades de 2014, a Confederação de Turismo de Portugal em que um dos pontos, depois posso-lhe fornecer cópia, “tornar realidade o projeto do novo Centro de Congressos de Lisboa”.-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra interveio:-----

-----“Senhor Deputado Municipal, está a terminar o seu tempo! Agradeço que formule o Pedido de Esclarecimento, pode fazê-lo no seu tempo, vamos descontar no seu tempo. Faz favor de fazer o Pedido de Esclarecimento.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo de Figueiredo (PS)** no uso da palavra prosseguiu o seu Pedido de Esclarecimento:-----

----- “Senhora Presidente, se não me tivesse interrompido já quatro vezes, duas delas dentro do meu tempo, eu já tinha terminado sem nenhuma interrupções.-----

----- Diz o Senhor Deputado Municipal do CDS, que também são meia dúzia de taxas, são vinte e seis para muitas entidades, desde a GNR, o CEF, o INAC.-----

----- Diz o Senhor Deputado Municipal que é um imposto, eu aconselho-o a ler o Relatório da Comissão para a Fiscalidade Verde que propõe que os municípios introduzam essa taxa turística e explica bem a contrapartida para aquilo que são a utilização por parte dos turistas de infraestruturas e, portanto, teve várias incorreções e aquilo que eu lhe pergunto é se a Confederação do Turismo Português não é uma entidade representativa que defende o Centro de Congressos? Mas também lhe faço uma outra pergunta Senhor Deputado Municipal a propósito dos transportes, não é uma visão excessivamente centralista aquela que defende? E ainda lhe faço uma outra para terminar, a propósito daquilo que disse das Freguesias o Senhor Deputado Municipal tem a certeza que vive na mesma cidade que todos nós? Falar em Freguesias desorientadas? Quando a Reforma Administrativa de Lisboa é uma reforma plena de sucesso, as Freguesias têm hoje mais meios, mais recursos, mais competências e estão a gerir melhor a cidade Senhor Deputado Municipal!”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra interveio:-----

-----“Muito obrigada Senhor Deputado Municipal. Microfone ao Senhor Deputado Ferreira de Lemos do CDS para responder, querendo.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ferreira de Lemos (CDS-PP)** no uso da palavra respondeu ao Pedido de Esclarecimento:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, muito obrigado Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo porque sinceramente não percebi as perguntas e sinto mais que não percebeu o que disse, o que é natural! -----

----- O que eu quis pôr na tónica é que neste momento o Turismo, que está sob a tutela de um correligionário meu teve um crescimento sem qualquer apoio da Câmara de 10% e uma ANA, que não queriam privatizada nem concessionada teve um acréscimo de 12% de passageiros em Lisboa, isto deve-se à pujança da iniciativa privada, isto deve-se a uma economia que é de iniciativa privada e não a quaisquer infraestruturas que são

planeadas pela Câmara e que não são reivindicadas nem necessárias para ninguém. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra interveio:-----

-----“Muito obrigada Senhor Deputado Municipal, agora sim a Mesa irá dar a palavra aos Senhores Deputados Relatores. O senhor Deputado Relator da proposta 740, que é sobre as Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa Social é o Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo a quem eu pergunto se quer apresentar sucintamente o seu Relatório, mas sucintamente se faz o favor.-----

----- A Mesa chama a atenção que estes Pareceres que têm vindo a ser elaborados pelas Comissões, em particulares porque são Pareceres bastante desenvolvidos e, portanto, esta oportunidade dos Relatores apresentarem naturalmente é apenas sintética porque convido-vos a lerem os Pareceres que são bastante desenvolvidos e detalhados e que foram apreciados em sede de Comissão.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo (PS)**, Relator do Parecer, conjunto, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais. -----

----- Uma vez que a discussão já se iniciou não faria sentido de facto estar aqui agora a expor e a detalhar o Parecer, portanto, diria quase telegraficamente que o Parecer se procurou debruçar sobre os eixos programáticos do Plano, referiram-se as características mais marcantes no que diz respeito às componentes principais da receita e da despesa, deteve-se igualmente sobre os elementos novos que temos neste Orçamento face a documentos anteriores e procurou naturalmente verter aquilo que foi o contributo dos diferentes grupos municipais aquando das audições do Senhor Vice-Presidente Fernando Medina, fundamentalmente foi isto e reservámos para o debate intervenções de cariz mais político. Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra interveio:-----

-----“Muito obrigada Senhor Deputado Municipal, agora o Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre, que é o Relator, é um Parecer conjunto das propostas de taxas, portanto, da proposta 741, 742, 743 e também a Tabela de Taxas, a proposta 726, com a Alteração do Regulamento.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre (PS)**, Relator do Parecer conjunto, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, como disse é um Parecer longo, é um Parecer com 18 páginas, é um Parecer único mas que depois também tenta dentro de cada uma depois dentro do conjunto também de fazer propostas, referir o tocar aspetos mais específicos de algumas Comissões que também participaram naquilo que foi a discussão conjunta também do conjunto de propostas, nomeadamente em relação à proposta 741 de aspetos relacionados com a Quarta Comissão, à 742 de aspetos relacionados com a Oitava Comissão e em relação à proposta 743 de aspetos relacionados com a Segunda Comissão. -----

----- A nível daquilo que foi a metodologia usada, fazer aparecer, também há uma explicação, é de enquadramento também de um conjunto de taxas cada uma delas, com fundamentação quer económica quer também financeira, que está num Relatório anexo ao conjunto das propostas, é seguido depois de uma análise breve sobre aquilo que é a metodologia daquilo que são um conjunto de sistemas de taxas ou de sistemas de alteração de tarifários. -----

----- Refere também os pontos principais da audição que foi feita ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, também regista uma série de contributos de forças políticas e de opinião que essas forças políticas também tiveram, uma opinião muinha como relator e

depois no final, ao fim e ao cabo um conjunto também de conclusões que são conclusões neutras e aquilo que é de realçar é que o conjunto de propostas está em condições de serem discutidas e votadas em Plenário.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra interveio:-----

-----“Muito obrigada Senhor Deputado Municipal.-----

----- Agora vamos então prosseguir com o debate, temos aqui bastantes inscrições.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssima Senhora Presidente da Mesa, Senhores Vereadores, Caros Colegas.-----

----- Relativamente às propostas através das quais pretende aprovar o pacote relativo às Taxas Municipais, as Grandes Opções do Plano para o quadriénio de 2015/2018 o Orçamento e Mapa de Pessoal para 2015, nos termos da legislação em vigor, o Partido da Terra fará uma apresentação conjunta dos documentos.-----

----- Todos nós sabemos que a Câmara viu a sua receita estrutural diminuir desde 2010 em cerca de 154 milhões de euros fruto da exposição do Município à desaceleração económica e conseqüente impacto na receita dos impostos diretos como o IMT e a Derrama. Essa redução de receita também está associada à proposta do Município por via de taxas atrativas do IMI, do IRS e isenções de Derrama.-----

----- O Partido da Terra votou favoravelmente a continuidade dos valores do IMI e do IRS e isenções de Derrama propostos pelo Executivo para 2015, mais pelo ligeiro o alívio que proporciona às famílias do que acreditar que este esforço fiscal por parte do Município resulta num catalisador do desenvolvimento da cidade, esperamos que passados os três anos de aplicação desta medida seja efetuada a respetiva avaliação.-----

----- Sobre a problemática quebra da receita o Executivo anunciou um conjunto de soluções a serem implementadas, algumas destas soluções dependem diretamente do Governo, como é o caso da participação dos Municípios na receita do IVA, enquanto outras estão mais ao alcance do Executivo, como é o caso da aplicação de taxas quer dobre o Turismo quer no âmbito da atividade da Proteção Civil, soluções essas que na nossa opinião estão longe de resolver o problema da receita e que algumas delas não merecem a nossa aprovação.-----

----- Em relação à proposta 743/2014 o Partido da Terra considera que a taxa de dormidas no setor hoteleiro poderá fazer algum sentido uma vez que esta também já é aplicada em outras cidades europeias como são os casos de Londres, Paris, Barcelona, entre outras.-----

----- A cidade de Lisboa possui em termos hoteleiros preços competitivos e pensamos que a taxa introduzida não irá colocar em causa a competitividade deste setor, em contrapartida discordamos totalmente da aplicação de uma taxa de desembarque aeroportuário e marítima, em ambos os casos os preços cobrados já comportam diversas taxas relativas a serviços prestados, seja no controle de fronteiras, seja ao nível de segurança e proteção civil, nestes casos a Câmara de Lisboa não presta qualquer serviço que justifique a introdução de uma taxa tanto no Aeroporto como no Porto de Lisboa, são equipamentos regionais ou mesmo nacionais que não servem apenas a cidade de Lisboa, inclusivamente o Aeroporto até se localiza numa parte do Concelho de Loures.

----- Com que legitimidade é que é cobrada uma taxa a um cidadão que chegue ao Aeroporto e que vai ficar alojado em Cascais ou Sintra? Para além das questões legais e de legitimidade estamos perante setores globais muito competitivos, jogados ao cêntimo e que com a introdução destas taxas podem colocar em causa o destino de Lisboa.-----

----- Em relação à Taxa de Proteção Civil é do conhecimento geral que os últimos anos coincidem com o acumular de promessas que nunca foram cumpridas, aliás a situação

ainda é pior que há 8 anos atrás, as instalações estão em mau estado, os veículos idem aspas, as devidas promoções ao nível do quadro de pessoal não sucedem e para somar a esta situação ficam sem o mais moderno quartel de bombeiros da cooperação, como consequência deste último veem novamente o seu espólio histórico a ficar reduzido numa garagem sem condições, degradando-se dia após dia, como estava nos armazéns do Palácio da Mitra. Chegamos a esta grave situação devido à ineficácia deste Executivo que nestes últimos anos tem vindo a aplicar uma política de erosão com falta de investimento na cooperação. -----

----- Compreendemos a necessidade de financiamento da Corporação mas esse deverá ser incorporado no Orçamento da Autarquia atribuindo a este setor a importância que lhe é merecida, no sentido somos contra a implementação desta taxa pelos seguintes motivos: defendemos que a Proteção Civil deve ser um serviço garantido pelos organismos do Estado sem contribuições adicionais por parte dos cidadãos e empresas; segundo, por uma questão de igualdade trata-se de uma taxa não generalizada e discriminatória face aos residentes e empresas de outros municípios; terceiro, esta taxa vai contra a bandeira política correspondente ao alívio fiscal para as famílias através do IRS, do IMI e para as empresas através da Derrama, sendo contra precedente complicar o sistema fiscal do município com mais uma taxa; quarto, apesar do requerimento por nós enviado em julho do presente ano o Executivo não disponibilizou o estudo que suporta a estratégia da reorganização do dispositivo de socorro com os meios financeiros e datas associadas. -----

----- No que diz respeito à proposta 741 do domínio das águas residuais e dos resíduos urbanos pouco há a dizer porque na generalidade envolve apenas alterações, algumas decorrentes da Lei, que a Câmara já deveria ter feito. -----

----- Caros Colegas, prosseguindo a nossa análise sobre temas hoje em discussão nesta Assembleia o Partido da Terra considera que esta proposta de Orçamento reflete claramente o ainda processo de transferência de competências para as Juntas de Freguesia. -----

----- Como é do conhecimento dos presentes o Partido da Terra sempre se manifestou contra o modelo da Reforma Administrativa proposto e implementado por este Executivo, todavia com base no feedback que temos vindo a obter confirma-se na íntegra a nossa convicção, na generalidade a qualidade dos serviços prestados ao cidadão continuam abaixo do expectável e infelizmente ainda se não vislumbram melhorias na eficiência dos processos. -----

----- Também ao nível do Orçamento o escrutínio de quem faz o quê e o nível de investimento em cada um dos setores se torna mais difícil, o Executivo justifica uma quebra de investimento em algumas rubricas pelo facto das mesmas terem passado a ser responsabilidade das Juntas de Freguesia, contudo estas mesmas rubricas continuam lá e é a Câmara que deve esclarecer cabalmente a esta Assembleia da forma como estas diminuíram. -----

----- Da análise do documento em concreto não podemos deixar de referir novamente a inclusão da nota de instrução para o Orçamento que permite uma melhor compreensão do documento, porém lamentamos que apesar das sugestões apresentadas na discussão do último Orçamento, nomeadamente sobre a introdução de informação respeitante ao ano anterior não tenha sido possível colocar a mesma nos respetivos quadros. -----

----- Estamos perante um Orçamento diminuto, mesmo para o ano de 2015 a Receita Corrente, 586 milhões e 584 mil 787 euros apresenta um aumento significativo de 94,6 milhões de euros comparativamente a 2014, 491 milhões 643 mil 145, obviamente que este comportamento é proveniente em parte do aumento de taxas e de tarifas. Ao nível dos impostos o Município prevê arrecadar para o ano de 2015 aproximadamente mais

de 25 milhões de euros, para este facto contribui em grande parte os cerca de 5 milhões de euros expectáveis pela inclusão do Parque das Nações no Concelho de Lisboa, os 15 milhões a mais em IMT e ainda um ligeiro aumento na Derrama e no Imposto Único de Circulação, no nosso entender e apesar dos indicadores económicos mostrarem-se mais favoráveis para o ano de 2015 parece-nos haver um excesso de otimismo em especial com a previsão do aumento do Imposto Municipal sobre Transições, o IMT, o mercado imobiliário está a começar a dar os primeiros sinais de recuperação, embora ligeiros, no entanto não serão suficientes para cobrir este aumento, basta observar a procura obtida nas alienações efetuadas em 2014. -----

----- Aprofundando um pouco mais a análise das receitas gostaríamos de referir a estimativa de diminuição de receitas previstas nas taxas de ocupação da via pública e de publicidade, esperamos que este facto se traduza numa melhoria da qualidade da paisagem urbana hoje excessivamente ocupada seja por ocasião dos grandes eventos seja por ocupação sazonal, salientar ainda que a nível da receita de capital verifica-se na rubrica Venda de Bens de Investimento 22 milhões 895 mil 412 milhões de euros, uma quebra abrupta na ordem dos 131 milhões de euros, esta quebra deve-se ao facto de uma limitação da Lei, como consequência das taxas de execução baixíssimas, uma vez que muitas das câmaras do território nacional estimavam receitas relativas à venda de bens de investimento muito acima do que verdadeiramente concretizaram. -----

----- Relativamente à Despesa Corrente, 475 milhões 79 mil 786 euros, constata-se uma diminuição de 10 milhões de euros que consideramos pouco significativo dado que só na despesa de pessoal, 216 milhões 807 mil 277 euros há uma descida de 19.8 milhões, esta redução nos custos com o pessoal, que naturalmente é devido à Reforma Administrativa da Cidade deixa-nos receosos uma vez que a Câmara vai perdendo trabalhadores em categorias fundamentais, em particular os operacionais e consequentemente a redução dos postos de trabalho, estando apenas previstos no seu mapa de pessoal de 2015 dez mil duzentos e sessenta e um postos de trabalho dos quais sete mil quatrocentos e sessenta e oito estão ocupados e dois mil cento e cinquenta e oito ficaram cativos. -----

----- Caros Colegas, nos últimos anos a cidade de Lisboa não conseguiu ficar aparte do forte impacto da crise económica traduzida em fenómenos mais intensos de pobreza, desemprego, desequilíbrios financeiros arriscados e excessivo endividamento, face ao exposto e sendo Partido da Terra um partido humanista gostaríamos de questionar o Senhor Presidente porque é que as verbas concedidas ao Departamento de Desenvolvimento Social, 5 milhões 11 mil 365 euros, são inferiores por exemplo ao Departamento de Higiene Urbana, 9 milhões 664 mil 910 euros, e do ambiente e Espaço Público, 12 milhões 497 mil 485 euros, sendo que parte das competências desses Departamentos foram transferidos para as Juntas de Freguesias e para as quais já existe uma dotação estatal. Note-se que estas verbas são praticamente o dobro das que são atribuídas ao Departamento de Desenvolvimento Social.-----

----- Que fique claro que com esta observação não estamos a menosprezar a atuação do Departamento Municipal de Ambiente Urbano, até porque o Partido da Terra também é um partido de cariz ecológico, porém não podemos admitir que face aos elevados níveis de pobreza registados na nossa cidade se continuem a dotar financeiramente os serviços camarários em detrimento da solidariedade social, é que para nós as pessoas estão sempre em primeiro lugar!-----

----- Em relação às Grandes Opções do Plano o Partido da Terra gostaria de salientar alguns aspetos quer positivos quer negativos que se consideram pertinentes, no que diz respeito ao Eixo A-Lisboa Mais Próxima não poderíamos deixar de fazer referência ao Orçamento Participativo que tal como o próprio nome indica aproximou a cidade dos

seus habitantes, apesar do sucesso desta iniciativa e de tendência evolutiva da participação torna-se evidente que estes investimentos têm sido seguidos por um reduzido grupo de pessoas, mesmo dentro do universo de pessoas inscritas na Plataforma Colaborativa, exemplo disso é o facto de alguns projetos oriundos do Orçamento Participativo de 2010 ainda estarem em *banho-maria*.-----

----- Uma das linhas estratégicas que merece a nossa atenção é a pretensão de se desenvolver um projeto que abarque a arte de rua, no entanto consideramos que se este abrangesse os artistas do graffiti valorizando enquanto arte urbana muito património seria salvaguardado como defendemos na Recomendação apresentada hoje nesta sessão.

----- Outro dos aspetos positivos a salientar é o reforço dos meios de limpeza e remoção dos dejetos caninos, o Partido da Terra não pode deixar de realçar a ausência do setor da segurança da Proteção Civil na lista dos principais projetos do Orçamento, para nós não nos surpreende esta inexistência dado o abandono que este Executivo tem dotado quer a Polícia Municipal quer o Regimento de Sapadores Bombeiros. -----

----- Renovamos o apelo para a resposta ao requerimento solicitado por este Grupo Municipal em julho do presente ano sobre a distribuição dos elementos de suporte à Reforma e que continua por responder por parte do Executivo. É fundamental esta Assembleia para exercer as suas funções de fiscalização e obter respostas sobre um assunto tão importante como este. -----

----- O Partido da Terra até concorda e partilha de muitas estratégias enunciadas no âmbito das Grandes Opções do Plano, no entanto o que temos assistido é a uma baixa concretização do que é anunciado, pois caso contrário teríamos uma cidade melhor do que está hoje. -----

----- Por fim consideramos que os documentos não são suficientemente claros relativamente aos cortes sofridos em algumas rubricas essenciais e que supostamente passaram para as Juntas de Freguesia. O orçamento é ausente em alguns setores que consideramos determinantes e inclui algumas taxas com as quais não concordamos pelo que não podemos acompanhar com o voto favorável, sobre as propostas das taxas diria que iremos votar contra a Taxa de Proteção Civil e contra a Taxa de Turismo devido aos fatores já anteriormente enunciados, sendo nesta última, atentamos que os pontos deliberativos não possibilitam uma diferenciação entre taxa de dormida das restantes.--

----- Apesar da proposta 726, na sua versão final, incluir a eliminação da taxa de conservação de esgotos, TCE, também já incorpora taxas anteriormente referidas pelo que iremos igualmente votar contra, pelo que apenas a proposta 741 será votada favoravelmente. Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigada Senhor Deputado Municipal. -----

----- Há um Pedido de Esclarecimento do Grupo Municipal do Partido Socialista, o microfone então ao Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho para um Pedido de Esclarecimento ao Senhor Deputado Municipal António Arruda. Lembro que os Pedidos de Esclarecimento são Regimentais, os Senhores Deputados Municipais podem fazê-lo.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, no uso da palavra fez o seguinte Pedido de Esclarecimento:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Senhor Deputado Municipal ouvi na sua intervenção um fortíssimo ataque às Juntas de Freguesia e á Descentralização de Competências para as Juntas de Freguesia e à forma como estas vêm a exercer estas competências. -----

----- Eu quero dizer ao Senhor Deputado Municipal uma coisa, eu sou Presidente de uma Junta e tenho aqui ao meu lado vários Presidentes de Junta e certamente muitos outros subscreverão aquilo que eu vou dizer, nós estamos a exercer na plenitude todas as competências que nos foram atribuídas legalmente com a Reforma Administrativa, com a Lei 56/2012 e estamos a exercê-las melhor do que antes a Câmara exercia essas mesmas competências, não tenha dúvidas nenhuma, e sabe porquê? Porque estamos muito mais próximos da realidade e podemos intervir de uma forma muito mais célere e muito mais rápida e com uma maior eficácia do que aquilo que vinha acontecendo até aqui e posso-lhe dar alguns exemplos.-----

----- Em termos de apoio social existe uma situação de emergência social neste país, as pessoas passam mal, as pessoas já não têm dinheiro para pagar as rendas das casas, não têm dinheiro para pagar a água, a luz e o gás e socorrem-se da Junta de Freguesia e têm uma capacidade de resposta muito mais rápida do que aquela que teriam porventura se tivessem que se dirigir à Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Em termos de reabilitação de espaço público permita-me que dê só um pequeno exemplo no que diz respeito à minha Freguesia, recuperei uma via pedonal que era exigida recuperar à Câmara Municipal há mais de vinte anos, eu recuperei-a em dois meses!-----

----- Eu quero dizer com isto Senhor Deputado Municipal que era bom que o Senhor Deputado Municipal se informasse, é este o meu pedido de esclarecimento, se porventura circula pelas Freguesias? Se porventura pediu para falar com algum Presidente de Junta de Freguesia sobre aquilo que está a acontecer ou não está a acontecer? A Assembleia Municipal não tem poderes de fiscalização sobre as Freguesias, mas eu tenho muito gosto em dar-lhe esclarecimentos.-----

----- Se alguma vez se preocupou em verificar da nova realidade que se vive na cidade de Lisboa em vez de estar aqui a debitar um conjunto de decibéis que pretendem apenas lançar um anátema sobre esta Reforma quando esta Reforma é absolutamente essencial para o bem-estar dos cidadãos e para a gestão da cidade de Lisboa. Era isso que lhe queria dizer porque fico indignado um bocado com esta sua intervenção sobre a nossa pretensa incapacidade em exercer as competências que nos são atribuídas por lei. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigada Senhor Deputado Municipal.-----

----- Dou a palavra ao Senhor Deputado Municipal António Arruda para responder.-----

----- A Mesa informa que está a receber aqui algumas chamadas de atenção de várias bancadas para esta utilização dos Pedidos de Esclarecimento, que são Regimentais, mas que vão naturalmente fazer prolongar os nossos trabalhos, portanto, já sabem qual será a consequência disso, se formos assim até ao fim, mas ainda estamos a tempo de emendar a mão!”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT)** no uso da palavra deu resposta ao Pedido de Esclarecimento:-----

----- “Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho, obrigado pelas palavras.-----

----- Eu quero-lhe dizer que o Senhor deve ter ouvido mal porque eu não ataquei as Freguesias ou o que as Freguesias estão a fazer, eu e como o meu Partido não concordamos com este modelo de descentralização! Não atacámos e até achamos que as Freguesias estão a fazer o que podem e podiam fazer mais mas não podem porque não têm meios para isso, portanto, eu não ataquei o bom trabalho que os Presidentes das Freguesias estão a fazer! Deve ter ouvido mal o que eu disse.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.

----- Discutimos hoje o Orçamento da Câmara Municipal de Lisboa e as Grandes Opções do Plano que o governo da cidade nos propõe para o próximo ano de 2015. ----

----- Há um ponto prévio, Senhora Presidente, que o PSD reconhece e que quer destacar, reconhecemos e compreendemos a pressão existente pela receita estrutural que tem levado a uma diminuição significativa da receita municipal, reconhecemos e aceitamos essa premissa mas reconhecemos igualmente e quero lembrar as palavras do Senhor Presidente da Câmara Municipal por ocasião da discussão do Orçamento para 2014, que a Câmara Municipal tinha a oportunidade de nos apresentar para o próximo ano uma conjunto de medidas de novas formas de financiamento da Câmara que não passasse por uma sobrecarga de tributos aos lisboetas. -----

----- “Temos que ter a capacidade de nos reinventarmos e atrair mais receita e mais investimento para a cidade de Lisboa”, dizia na altura António Costa confiante de que esse caminho, esse reinventar seria certamente uma realidade! Cedo se percebeu que não passou de um jogo de palavras bonitas e vãs, de um jogo de expectativas que para mal da cidade os lisboetas culminou com a apresentação do Orçamento que hoje discutimos. -----

----- Senhora Presidente, este Orçamento é o corolário de uma Câmara Municipal diminuta e aprisionada à sua fragilidade económico financeira e aos riscos que a médio prazo ela comportará! Quando esperávamos um Orçamento expansionista de investimento público criador de condições de atração de investimento, atento e reforçado nas dinâmicas sociais, culturais, ambientais e inclusivas da cidade, aliás muito de acordo com aquilo que António Costa, candidato a Primeiro-Ministro, tem vindo a apregoar, temos um Orçamento onde o investimento dos eixos estratégicos fundamentais da cidade e prioritários diminuiu. Lisboa para o próximo ano terá menos investimento no Eixo Lisboa Mais Próxima, menos investimento no Eixo Lisboa Empreendedora, menos investimento do Eixo Lisboa Inclusiva e menos investimento no Eixo Lisboa Global, o que significa portanto que para o próximo ano a cidade investirá menos nas pessoas, menos na integração, menos na segurança, menos na inovação, menos na criação de emprego, menos no desenvolvimento.-----

----- Mas dizia há pouco o Senhor Vice-Presidente e António Costa que no último Orçamento falou na necessidade de nos reinventarmos, de reunirmos a capacidade de novas formas de financiamento da cidade, e que reinvenção, Senhora Presidente? Este Orçamento Municipal apresenta o maior aumento de taxas que o município provavelmente terá memória! Este é um Orçamento virado para dentro, para o umbigo da Câmara Municipal quando esperávamos que fosse um orçamento virado para as pessoas!-----

----- Este Orçamento aliás como já vinha sendo demonstrado aos poucos em Orçamentos anteriores é um Orçamento praticamente fundado e fundamentado em operações financeiras e patrimoniais. António Costa e Fernando Medina não reinventaram nada, seguiram o caminho mais previsível, aumentar a carga fiscal sobre os lisboetas!-----

----- Senhora Presidente, cerca de 350 milhões de euros da receita municipal, num total de quase 700 milhões é receita da massa tributária dos lisboetas e ainda por cima com o argumento de que servirão para se apostar na melhoria dos serviços prestados pela Câmara aos munícipes! Sejamos francos, nenhuma destas novas taxas servirá para a melhoria dos serviços da Câmara municipal, estas taxas e gostaria de destacar a da Proteção Civil é um esquema de financiamento da Câmara de Lisboa que António Costa

e o seu Executivo encontraram para fazer frente à excessiva despesa estrutural que ele não consegue, é incapaz de reduzir. -----

----- Bem sabemos que se refugiam nos argumentos da Lei e até em exemplos de outros municípios, mas na realidade o objetivo intrínseco desta nova taxa é permitir que o executivo crie uma almofada financeira que lhe permita lidar com a frágil situação económica financeira do Município, que bem tentam esconder mas que todos já percebemos que ela existe! Sabemos também que o Executivo dirá o contrário, que isto é tudo fruto da nossa imaginação e que existirá com certeza um grande investimento no que respeita à Proteção Civil e ao socorro dos cidadãos! Eu bem sei o que ouvi o Regimento de Sapadores Bombeiros numa reunião da Comissão da assembleia Municipal sobre o assunto! Mas o tempo dirá quem tem razão! -----

----- Senhora Presidente, ainda que entregue com significativo atraso, como de resto é público, este Orçamento Municipal denota uma outra evidência, a venda de bens de investimento e as suas previsões. Bem sabemos que mais uma vez o Executivo Municipal atirará as responsabilidades para cima da Lei, mas o que é facto é que o Município de Lisboa está a sofrer, como aliás alertámos em anos anteriores, as consequências decorrentes de previsões excessivas de venda de património agora conhecido como património não estratégico cujas taxas de execução se comprovaram sempre em níveis muito pouco satisfatórios, o que resulta naturalmente que o governo do Município continua sem planear a médio e a longo prazo a alienação de forma equilibrada e sustentada dos seus ativos, mas este Orçamento, Senhora Presidente, denota uma outra realidade, refiro-me naturalmente à redução de despesa. -----

----- A despesa corrente decresce de facto cerca de 10 milhões de euros, mas é sobretudo devido à transferência de competências e naturalmente de pessoal para as Juntas de Freguesia da cidade, só esta transferência equivale a 19 milhões de euros, significa, portanto, Senhora Presidente, que ao contrário do que é dito não existe uma redução efetiva da despesa do Município, existe sim lamentavelmente para a cidade uma redução significativa no investimento da nossa cidade. -----

----- Se em 2014 o investimento por habitante rondava os 310 euros, em 2015 teremos um investimento por habitante que rondará 275 euros, quer isto dizer portanto que a cidade e o Município estão cá vez mais fechados sobre si mesmo, é cada vez mais evidente e esta proposta de Orçamento prova-o que o Executivo Municipal está cada vez mais centrado numa gestão para dentro do que para fora. Uma cidade que tem cada vez mais dificuldade em responder às necessidades dos cidadãos, uma cidade mais frágil e um Executivo mais distante da resolução dos problemas reais do dia-a-dia dos lisboetas. -----

----- António Costa valer-se-á da sua maioria para fazer tábua rasa às críticas da oposição e aprovará este Orçamento por aclamação, assim como repetirá muitas vezes que este é um bom Orçamento para o Município na expectativa que os lisboetas não deem pela sua fragilidade, ainda assim o tempo, a começar pela execução orçamental de maio próximo, nos dará razão. -----

----- O PS e aqueles que o apoiam, ainda que por arrasto dirão que esta é um bom Orçamento, mas os lisboetas daqui por um tempo perceberão na pele exatamente o contrário. Obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Para onde caminhamos afinal? Sempre para casa!”, esta frase citada de um formidável livro de Herman Hesse colocou em nós uma grande casa, uma urbe inclusiva, afetiva, plural e o Orçamento para a nossa cidade, bem, só pode refletir esse pressuposto e consideramos que o faz! -----

----- Por questões metodológicas começo pela análise breve das taxas num contexto de retração de receita da Câmara, resultado da forte crise económica do país, mas também de uma intenção de sobeja importância, a de manter uma carga fiscal baixa. Há pois um esforço muito significativo que representa para a totalidade deste mandato uma diminuição de cerca de 166 milhões de euros face aos valores de 2012, uma perspetiva que apenas diz respeito às famílias e que é de facto a prova dessa grande casa, dessa urbe que queremos solidária e o mais equitativa que pudermos.-----

----- Não podendo prescindir-se uma leitura integrada dado que as taxas constituem no seu todo parte integrante do Orçamento e de uma estratégia deste Orçamento e desta estratégia começaremos por nos deter na proposta referente aos tarifários de águas residuais e do serviço de gestão dos resíduos urbanos, neste caso os acertos efetuados foram resultantes do aperfeiçoamento técnico decorrente do diálogo mantido com a EPAL, entidade que fará a cobrança e a liquidação desta taxa e com a ERSAR o Município de Lisboa apresentou um modelo economicamente sustentado e adequado aos objetivos proposto, em simultâneo salvaguardou-se um tarifário mais reduzido para os chamados grupos mais carenciados, equitativa para as famílias mais numerosas, praticando deste modo uma tarifa especial para as entidades de interesse público.-----

----- Sobre esta proposta relativamente à da Proteção Civil, estamos de acordo genericamente com o princípio de autonomização de financiamento da Proteção Civil. Na realidade trata-se da reconversão da taxa anual de conservação dos esgotos visando muito principalmente assegurar o eficiente funcionamento do Regimento de Sapadores Bombeiros, que todos ouvimos e que todos e todas almejamos que as suas reivindicações sejam colmatadas e pensamos que com isto o podemos fazer.-----

----- Foi também considerada a isenção da Taxa Municipal de Proteção Civil para os proprietários de prédios urbanos inferiores a 20 mil euros, com vista a minimizar os custos sociais de proprietários com um valor muito baixo. Esta é a grande urbe e solidária!-----

----- Salienta-se que os custos que o Município incorre com os Serviços de Proteção Civil não são repercutidos, como todos sabemos, na sua utilidade aos beneficiários assumindo o Município de Lisboa parte destes custos, o custo social, funcionando com uma participação do custo real de prestação de serviço associado à TMPC, decorrente de proteção dos municípios.-----

----- Quanto à Taxa Turística, a famosa Taxa Turística amplamente discutida e ainda bem, plasma para nós e tão somente a definição internacional do turista como alguém que pernoita uma ou mais noites fora da sua área de residência, a sua objetividade é consubstanciada em três objetivos, o ressarcimento por parte do Município dos custos adicionais estrita e diretamente relacionados com os fluídos turísticos da cidade, os custos com os investimentos priorizados ou definidos em função do turismo, a sobrecarga que estes fluxos representam nos serviços prestados pelo Município.-----

----- Neste quadro atual este argumentário faz muito sentido porque as alterações introduzidas, vieram circunscrever esta taxa aos reais utilizadores turísticos da cidade sublinhando-se deste forma a função do Município em angariar receitas que contribuam para a sustentabilidade de um setor ao reverter para um Fundo de Desenvolvimento Específico e cito. “Que financia inclusivamente um conjunto de intervenções e de ações prioritárias”.-----

----- Quanto ao Orçamento e Mapa de Pessoal é neste singular modo da nossa história que esperamos que passe rápido um exercício de equilíbrio entre a realidade existente, má realidade, caracterizada por uma significativa deterioração das receitas e pelos objetivos propostos para o mandato, a par de um outro imperativo, o de uma carga fiscal a manter-se o menos penalizadora possível.-----

----- A aposta na área social vital neste orçamento forma-se no recurso a Fundos Comunitários, compreendemos que o imperativo da redução da dívida quando a dívida se vê agravada por razões que decorrem quer da Bragaparkes quer da extinção da EPUL, implica o recurso a soluções como a venda de ativos não estratégicos para evitar uma estagnação na imprescindível política de investimentos em áreas estratégicas para a cidade e pelos seus municípios, por este caso a acolhemos.-----

----- Finalmente gostaríamos de abordar o tema do Mapa de Pessoal, chamando a atenção para alguns aspetos que reputamos como positivos, um o cumprimento da promessa de manter cativos no Mapa de Pessoal os postos de trabalho desocupados na sequência de processos de transferência de competências para as Juntas de Freguesia; dois, a clareza com que o Mapa de Pessoal nos apresenta a decomposição do número de postos de trabalho ocupados e cativos por outros motivos, que não o referido anteriormente; três, a diminuição de números de postos de trabalho vagos, o que nos leva a concluir pela aproximação do número de postos de trabalho necessários e a realidade dos recursos humanos; e quatro, a não evidencia dos postos de trabalho a extinguir em nenhuma carreira ou categoria, o que evidencia a intenção do município em prosseguir com recursos humanos próprios.-----

----- Para terminar e sem fugir do âmbito de função do planeamento e da gestão dos recursos humanos, deixamos sobre esta matéria duas soluções: a primeira a da substituição dos prestadores de serviços que atualmente são contratados para desenvolverem atividades de monitores nos estabelecimentos de ensino sob gestão da Câmara por uma bolsa de assistentes técnicos com competências na área vasta de animação socio cultural; a segunda, ainda no âmbito do processo de transferência de trabalhadores, o equacionar a possibilidade dos procedimentos concursais, que se preveem abrir no futuro se iniciem pelos trabalhadores transferidos para as Juntas de Freguesia concedendo-lhes a possibilidade de regresso ao seu posto de trabalho de origem através da ordenação em primeira lista em fase de processo de seleção.-----

----- Estamos certos que a sua integração nas Juntas ocorreu de forma plena, mas esta medida pensamos que teria um alcance residual e seria certamente um sinal de reforço do apreço que a Câmara Municipal tem naturalmente por estes trabalhadores.-----

----- Salientamos ainda como exemplo paradigmático o entendimento alcançado com os Sindicatos quanto ao modo de elaboração do Mapa do Pessoal, um instrumento de planeamento desta natureza ao servir o Município serve naturalmente os trabalhadores.

----- Por fim vou citar um professor, Thomas Piketty que nos ensina que “têm de haver modos de organização económica mais solidários”, pois bem, pensamos que este Orçamento prossegue tal legado. Disse.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, demais Vereadores, Senhores Deputados Municipais.-----

----- A discussão das Grandes Opções do Plano para 2015/2018 e do Orçamento, o Mapa de Pessoal e Tabela das Taxas para 2015 mostra claramente que estamos perante documentos restritos comprovativos de uma gestão sem estratégia, sem amplitude, estrangulada, sem autonomia e sem correspondência com as necessidades reais, a cidade de Lisboa bem como o país têm sido vítimas de políticas de direita que têm provocado a baixa generalizada de salários e pensões, mais desemprego, mais pobreza com perda significativa da qualidade de vida e bem-estar das populações.-----

----- O Município de Lisboa, como outros municípios tem sido alvo de ataques do Governo Central que ofendem a sua autonomia, a sua independência pondo em causa o seu fim último que é servir os interesses locais das populações.-----

----- Permitam-me aqui um grito de alma, que o senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo, dizer que ele faz o mal e a caramunha! É o PSD o principal responsável por uma Lei das Finanças Locais estranguladora e depois diz “e o estrangulado está a estrebuchar muito”, é pena estas coisas cínicas ainda aconteçam nos tempos que correm! -----

----- O sistema rotativista de Governos com políticas de direita também no poder local tem levado à descaraterização e mesmo destruição de uma verdadeira Lei das Finanças Locais, bem como a ausência da regionalização e à falta da visão estratégica para um Portugal desenvolvido harmoniosamente e de forma sustentável. O Governo do CDS/PSD a pretexto da crise agravou as políticas viradas para os municípios quartando os financiamentos que capciosamente estão indexados aos rendimentos do trabalho e do património e das populações, agravou as ingerências nas administrações das autarquias querendo transformá-las em dependências do Poder Central!-----

----- Confirma-se que Lisboa é vítima das políticas contrárias ao desenvolvimento pleno da cidade, é barriga de aluguer das malfeitorias centrais das mais diversas áreas do trabalho à saúde, passando pela segurança social. No modelo pós-moderno de passa culpas o PSD, CDS e o PS podem trocar entre si as acusações sobre quem mais contribuiu para degradar a situação no país e na nossa cidade, que ambas as forças políticas têm razão. -----

----- Também no governo da cidade de Lisboa o rotativismo PS, PSD e CDS tem deixado marcas de incapacidade para enfrentar os problemas e resolvê-los, o governo de turno na cidade num ciclo já prolongado de sete anos continua a repetir e a repor em texto das Grandes Opções ideias vagas e abrangentes nunca alcançadas renovando intenções continuamente adiadas no movimento globalmente comprovativo de que a continuar a pouco se fazer de substancial e necessário para a cidade nunca mais acabará este enredo, não merecem pois grande discussão as Grandes Opções do Plano que cumprem um formalismo vazio. -----

----- No que se refere ao Orçamento e aos seus valores globais traduzem a estagnação ou mesmo o retrocesso da cidade dos últimos anos, a compressão de políticas de austeridade e a falta de adequada e atualizada legislação de financiamento autárquico que leve em conta as realidades económicas e sociais de Lisboa retira muitas possibilidades de ampliar o Orçamento de acordo com as necessidades das populações sem agravar a carga fiscal sobre os munícipes, perante os factos reais de menos residentes, menos atividade económica na cidade naturalmente serão menos os contribuintes para o anémico Orçamento Camarário. -----

----- O PCP não aceita esta gestão aprisionada de recursos nem a inevitabilidade da continuação da decadência da cidade, por isso defendemos uma outra política, outro desenvolvimento económico e social e por consequência outro Orçamento. -----

----- Contestamos vivamente a passividade política perante a brutal degradação da qualidade de vida na cidade e reivindicamos alterações das políticas centrais perante o Poder Local e a Cidade. -----

----- Não somos dos que de forma resignada ou propositada assumem reduzir as despesas de investimento e de funcionamento operativo da Câmara dizendo que querem ser autónomos, aceitando benignamente a baixa das transferências do Estado. -----

----- Resta pois ao PS de António Costa robustecer o Orçamento com vendas de património já que o compromisso de manter os impostos ao nível do ano anterior não foi por agora posto em causa. Intervir nos problemas fundamentais da habitação, da promoção e de espaços de instalação de novas atividades na diminuição da atividade económica e comercial, no apoio aos organismos sociais e culturais importaria adquirir, manter e valorizar mais património em vez de o vender, a grande novidade, a

Taxa Turística, projeto mal preparado, polémico, de efeito retardado aparece como bolha de hipervalorização da onda turística como monocultura, sem evidência das vantagens para a cidade no seu todo e com duvidoso contributo para o desenvolvimento sustentável e de qualidade do Município. -----

----- No Plano Geral das Despesas para 2015 de notar a falta de empenho em bandeiras que já vêm detrás e que têm representado tanta propaganda do PS e com tão poucos resultados, como a Lisboa Empreendedora, quase falecida neste Orçamento, a Cidade Inclusiva do Desporto e Bem-Estar minguada fortemente, ou mesmo a Cidade da Cultura e da Criatividade, retirando obviamente as mãos largas para o grande espetáculo de entretenimento. Estamos com uma cidade que vai continuar com um destino incerto até que outros tomem nas suas mãos a sua direção. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados Municipais. -----

----- Sobre este pacote de propostas uma nota inicial que o Grupo Municipal do Partido Socialista quer deixar é o reconhecimento ao Senhor Vice-Presidente, com o pelouro que tem das Finanças, à sua equipa técnica pela correção dos documentos apresentados, por toda a informação dada, pela resposta a todas as dúvidas das várias forças políticas da forma mais clara e completa possível que sempre deu em relação a esse processo em várias sedes, inclusivamente em sede também de Comissão. -----

----- Concordar com a discussão conjunta do conjunto de propostas que também em conjunto com as propostas do quantitativo dos impostos municipais que já foi aqui também já discutida devem ser vistas como um todo e é este todo que permite concluir que desde 2012, mesmo com o valor das taxas agora proposto, reforço, mesmo com o valor das taxas agora proposto, as famílias residentes em Lisboa poupam um total de mais de 37,3 milhões de euros por ano, considerando a percentagem de impostos e de taxas em vigor em 2012, o que dá um acumulado neste mandato líquido, um acumulado líquido de 111 milhões e 700 euros, ou seja, aquilo que é uma realidade de uma família de Lisboa das 243 mil famílias residentes em Lisboa segundo os últimos censos, devido à política desenvolvida pela Câmara Municipal de Lisboa, exatamente liderada por António Costa, poupam cerca de 153 euros por ano, cerca de 13 euros também por ano e é uma realidade que deita por terra a argumentação que temos ouvido aqui e a preocupação que tenho, a preocupação que o CDS e o PSD que também deviam ter é que uma família estando em Lisboa com o aumento do IVA em vários setores que esse Governo fez e só com a estimativa do IVA paga a nível também de famílias, com o aumento do IRS que é pago pelo conjunto de famílias com residência fiscal em Lisboa a valores de 2012 pagam em média mais 47,83 euros por mês de impostos do que pagavam antes e não estou a contar com outras subidas de impostos como em combustíveis e tantos outros impostos que têm vindo em todo o lado também a subir, ou seja, aquilo que o conjunto de famílias de Lisboa tem de saber, ao contrário daquilo que o PSD e o CDS tentam confundir é que uma família de Lisboa, com a política que esta Câmara Municipal tem feito a nível de taxas e impostos que dizem respeito a taxas e impostos da Câmara Municipal poupam por ano 153 euros, ao contrário daquilo que ocorre com a política também orçamental do PSD e do CDS que no Governo fazem com que uma família de Lisboa perca quase que 573 euros por ano! -----

----- Esta é a diferença entre uma entidade gerida pelo Partido Socialista, por uma equipa altamente liderada pelo Presidente António Costa, em contraponto com governos também liderados pelo PSD e CDS e esta performance só é possível pois temos mais uma vez um Orçamento realista, um Orçamento de rigor, um Orçamento que é

transparente, que mostra a boa saúde das contas da Câmara, com as incertezas do ambiente económico do país e que a Lei das Finanças Locais traz a esse tipo também de debates. -----

----- Um Orçamento realista pois tem o valor mais baixo dos últimos anos, abaixo de 700 milhões de euros, menos 29,7 milhões do que o Orçamento do ano passado, que não está empolado e todos nós nos recordamos bem que o conjunto de Orçamentos da última maioria do PSD nesta Câmara Municipal, que estavam sempre empolados, acumulando dívidas que depois foi o Partido Socialista e António Costa que também tiveram que pagar, um Orçamento de rigor que consegue baixar um conjunto de despesas correntes em mais um ano em 10,2 milhões de euros, com um controle de despesas em várias áreas como por exemplo a nível de aquisição de bens e serviços, que baixou mais uma vez 9,5 milhões de euros. -----

----- Um Orçamento que prevê mais um ano consolidar a dívida global da Câmara Municipal de Lisboa resolvendo problemas que vinham detrás como a EPUL, como também a Braga Parques e que já baixou a nível de dívida à Câmara Municipal, desde 2007 já baixou 422 milhões de euros, é um dado importante de reter! Desde que António Costa é Presidente da Câmara Municipal de Lisboa a dívida dessa Câmara baixou 422 milhões de euros e ao contrário daquilo que às vezes se diz o memorando de entendimento apenas só permitiu contrair 250 milhões de euros de dívida, sendo os outros 172 milhões de euros de dívida tendo sido abatido por recurso a capitais próprios e são esse tipo de opções que permitem uma redução de 25 milhões de euros no Orçamento de 2015 na área também de financiamento alheio para o próximo ano e que tudo isso também numa época que devido à conjuntura económica também Lisboa teve uma quebra das receitas estrutural que todos os anos tem vindo a cair e que nos últimos quatro anos também em Lisboa a nível de receitas perdeu 154 milhões de euros, mesmo com essa perda de receitas baixou-se a dívida e conseguiu-se ter uma Câmara Municipal que investe a nível daquilo que é Lisboa. -----

----- Por outro lado também é de referir que a proposta de Orçamento e GOP apresentadas a esta Assembleia são de leitura fácil, pois o facto das GOP incidirem sobre os cinco grandes eixos de atuação refletem os objetivos da Câmara Municipal para a governância da cidade de Lisboa neste mandato e ao longo do ano de 2015 a leitura deste documento fácil e estes grandes eixos de atuação, os cinco grandes eixos programáticos do Executivo da Câmara Municipal que governa e que qualquer município consegue verificar o grau de investimento levado a cabo em cada área, o grau de cumprimento do programa de ato eleitoral sufragado nas últimas autárquicas garantindo uma estratégia para a cidade e coerência ao longo deste mandato, ao contrário daquilo que há pouco o PCP nos disse aqui! -----

----- É fácil de ver o investimento global na cidade no Plano de Atividades para 2015, é de 301 milhões de euros com importantes investimentos, por exemplo, só para dar aqui alguns exemplos que o PSD há pouco não quis ver e que deve ter documentos diferentes dos nossos, de 19 milhões de euros na área da manutenção da cidade com planos de repavimentação da cidade com planos de repavimentação, nos investimentos a nível de espaço público de 60 milhões de euros com vários projetos do OP, como o Projeto Uma Praça em cada Bairro, uma cidade inclusiva para todas as idades, com uma aposta de mais 30 milhões de euros a nível daquilo que é a educação da escola pública com o Programa Escola Nova, com o apoio às refeições escolares, porque só no ano de 2015 se prevê uma despesa de 8,5 milhões de euros e que teve que aumentar à conta do aumento do IVA que este Governo fez, ou seja, o conjunto de opções do PSD e também do CDS no Governo causam mais aumento de despesas à Câmara Municipal de Lisboa e as refeições escolares são um bom exemplo do que isso ocorre. -----

----- Temos outros exemplos, eu passaria a tarde toda aqui para dar um conjunto de outros exemplos de investimentos a nível de cidade que este Orçamento e as GOP preveem.-----

----- Senhora Presidente, Caras e Caros Colegas Deputados Municipais, passando para as propostas referentes às Taxas e também Tarifários uma nota inicial que reflete o quadro legal do que deve ser uma taxa municipal, permitir uma comparticipação dos utilizadores naquilo que é a despesa com determinados serviços que a Câmara Municipal de Lisboa presta. Assim, analisando a despesa que a Câmara tem ao nível dos resíduos urbanos, a nível daquilo que a Proteção Civil face aos valores de um conjunto de tarifários e de taxas verifica-se que em todos eles a receita está abaixo daquilo que é a despesa da Câmara Municipal, ou seja, a Câmara Municipal contribui também para prestação de serviços conexas às taxas, ao contrário do que algumas forças políticas tentam também mostrar, e de forma sintética tenho que dizer por exemplo em relação ao tarifário do saneamento e resíduos sólidos, cumpre-se este ano as recomendações que o Regulador, que a ERSAR há vários anos faz autonomizando também o conjunto de tarifas e numa análise global é claro que Lisboa está na metade inferior do preço do conjunto de tarifários praticados por exemplo nos Concelhos à volta de Lisboa, nos Concelhos daquilo que é também a Grande Lisboa.-----

----- Mas depois de essa taxa também já ter dado aqui uma discussão tão profunda gostaria de me concentrar também um pouco na Taxa Municipal Turística, uma taxa que vai servir para investir no turismo através do Fundo de Desenvolvimento Turístico de Lisboa, uma taxa que vai garantir a sustentabilidade do sucesso da marca Lisboa como um destino turístico que pretende chegar a outros targets também de turismo, como reforçar uma Lisboa de Congressos com cada vez mais participantes, como reforçar uma Lisboa de Eventos, recordo-me que no ano passado tivemos aqui a Final da Champions e com os hotéis e um conjunto de agentes ligados ao turismo a praticar preços altíssimos devido àquilo que foi uma aposta da Câmara Municipal de Lisboa, com a Câmara Municipal de Lisboa a ter que suportar uma série de custos associados a nível de Lisboa para esse tipo também de eventos e que é esse tipo de eventos que permitem reforçar o número de turistas que por exemplo regressam uma segunda vez trazendo mais pessoas consigo ao nível de famílias e amigos e é isso que se propõe, uma taxa que permita uma melhor cidade para aumentar o impacto económico do turismo na cidade, o aumento da criação de um valor, também o aumento de dormidas que só este ano cresceu mais 14% chegando às 8 milhões de dormidas e por isso não percebo a celeuma criada à volta de uma taxa que é apenas um pequeno contributo do conjunto de turistas para a cidade de Lisboa face aos 6 euros em média por dormida que o Estado recebe só com o IVA que recebe ao nível do conjunto de dormidas e que nada partilha com a cidade de Lisboa, com as taxas que o Governo, de forma exatamente direta recebe pelos passageiros que de modo aéreo chegam a Lisboa, como se pode ver pelo Decreto-lei 252/2012, criado pelo Governo do PSD e do CDS e para informação do Senhor Deputado Municipal Ferreira de Lemos, que há bocado estava equivocado com esta parte de que faz com que o Governo receba de forma direta valores que vão desde os 12 euros e 52 nos voos domésticos até 23,80 euros em outros voos para apoiar uma série de entidades como a PSP, a GNR, SEF, mas que a cidade de Lisboa nada recebe com esses valores, independentemente do conjunto de serviços que prestem, independentemente daquilo que tem sido o investimento que Lisboa tem feito a nível de obras de requalificação que permitem atrair cada vez mais turistas, como a Ribeira das Naus é um bom exemplo, como a requalificação do Arco da Rua Augusta, são vários bons exemplos daquilo que tem sido uma aposta que Lisboa tem feito na requalificação do espaço público, na requalificação das condições para receber o conjunto de turistas e

é por isso, por essa aposta que a Câmara Municipal tem feito que Lisboa é cada vez mais uma cidade que está na moda e que o conjunto dos turistas preferem. -----

----- Mais, estas críticas são incompreensíveis quando vêm do PSD conjuntamente com o CDS e que até utilizam Ministros de Estado para criticar uma medida, por exemplo, que Taxa de Turismo vem no Relatório da Comissão para a Reforma da Fiscalidade Verde, como um parece que fiz em sede da 1ª. Comissão, mostra o que faz com que mostre ainda mais incoerência e a crítica desesperada que fazem à Câmara Municipal de Lisboa, este é um exemplo a par de outros que eu dei, que a oposição quer fazer oposição à Câmara de Lisboa não por Lisboa mas por outro tipo de motivos. -----

----- Ao contrário, o Grupo Municipal do Partido Socialista vai continuar concentrado exatamente em Lisboa a contribuir com ideias e sugestões para a nossa cidade. Disse.”

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados Municipais. -----

----- Sobre o orçamento da Câmara Municipal de Lisboa para 2015 e os restantes documentos que compõem e complementam esta proposta, “Os Verdes” gostariam de salientar o seguinte: -----

----- Em primeiro lugar, é preciso dizer-se que este orçamento demorou a se apresentado talvez devido aos avanços e recuos da Câmara em saber o que fazer com as taxas que decidiu criar até descobrir como haveria de ir buscar mais dinheiro, do que propriamente à análise do Orçamento de Estado. -----

----- Este orçamento, no valor de 698,5 milhões de euros, apresenta como objetivos reduzir a despesa do município, reduzir a dívida alienando ativos não estratégicos, autonomizar o financiamento da Proteção Civil, entre outros. E o executivo afirma que este orçamento contempla uma opção política que assegura a sustentabilidade estrutural das finanças do município de Lisboa, readequando a estrutura de receita à nova realidade socioeconómica. -----

----- Ora, “Os Verdes” têm alguma dificuldade em encontrar esta intenção no orçamento pois o que constatamos é um aumento do encargo fiscal para os munícipes face ao ano passado, o qual ultrapassa os 50 milhões de euros, ao mesmo tempo que se diminui o investimento em sectores que são absolutamente prioritários para a cidade, como a área social, a reabilitação e o espaço público. -----

----- Apesar de o executivo continuar a dizer que consegue manter tudo na mesma, a verdade é que há uma tributação acrescida sobre os lisboetas. Entre umas taxas eliminadas e outras criadas, contas feitas, do ponto de vista geral, há um aumento efetivo das receitas proveniente das taxas cobradas aos munícipes. -----

----- Para esse aumento contribui a criação da Taxa Municipal de Proteção Civil, em que se prevê um aumento de 18,9 milhões de euros e de 7 milhões, resultante da criação da Taxa Municipal Turística. -----

----- Podemos então dizer que os lisboetas poderão não pagar mais IMI, mas vão de certeza ter que abrir os cordões à bolsa no que diz respeito a taxas, pois, em média, terão de pagar mais por mês com resíduos e saneamento, a que acresce a nova Taxa Municipal de Proteção Civil, que substitui a taxa de conservação de esgotos, a qual deverá render 18,9 milhões de euros, em vez dos 16,9 milhões da atual taxa. -----

----- “Os Verdes” compreendem que a Proteção Civil precisa de investimento, mas não desta forma. Ou seja, não deveriam ser os munícipes a ser chamados a contribuir para algo que se enquadra nas competências e obrigações da Câmara Municipal, porque não basta o executivo reconhecer na teoria o bom trabalho prestado pelos diversos agentes

de proteção civil. É preciso não apenas investir, como facultar as condições de trabalho adequadas! -----

----- Sobre a Taxa Turística criada para suportar um Fundo de Desenvolvimento Turístico, o que nos separa da proposta do executivo, são questões de princípio. Por exemplo, não será injusto que os emigrantes, alguns dos quais até enviam remessas das suas poupanças para Portugal, tenham que pagar esta taxa?-----

----- Este orçamento refere valores muito positivos para as famílias, pela manutenção dos elevados benefícios fiscais atribuídos (é indicado o valor de 176,5 milhões de euros relativamente ao IMI e IRS) e pelo facto de as alterações e novas taxas criadas não apresentarem um impacto substancial no benefício anual apurado. -----

----- Sobre o IRS, é preciso esclarecer que a Câmara se propõe a prescindir de metade da sua participação variável neste imposto, devolvendo-o aos municípios, mas esta medida acaba por configurar uma distorção na progressividade deste imposto, pois beneficiará apenas quem tiver os escalões mais elevados, ferindo, assim, o princípio da capacidade contributiva. -----

----- Ou seja, se a Câmara beneficia apenas as classes económicas com rendimentos mais elevados, e quem tem rendimentos menores nunca chega a ver essa devolução, como se poderá dizer que estamos perante elevados benefícios fiscais? Afinal, aquilo que parece é e é-o, previsivelmente, só para alguns.-----

----- Existe ou não também uma diminuição do investimento na cidade de Lisboa, quando a CML quer, por um lado, obrigar as pessoas a pagar mais, mas, por outro, acha que não tem que investir no bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos?-----

----- Há um aumento do valor afeto ao Plano de Atividades, que decorre essencialmente das transferências para as juntas de freguesia, mas não por haver mais investimento ou iniciativas por parte da autarquia.-----

----- Exemplo claro disso são as diminuições significativas de afetação de verbas no Plano de Atividades, por exemplo no “Eixo C - Lisboa Inclusiva”, nos direitos sociais com uma redução de mais de 50%, e nos direitos à saúde, desporto e bem-estar na casa dos 40%. No “Eixo D - Lisboa Sustentável” também se verifica uma diminuição, aliás, a maior diminuição verifica-se na “cidade reabilitada e reabitada”, no “espaço público amigável” e na “cidade acessível”. Acontecerá, por exemplo, que o Plano de Eficiência Energética será para esquecer e para pôr na gaveta porque não irá haver verbas disponíveis?-----

----- Preocupa-nos que este orçamento, à semelhança de anteriores, se fique por baixas execuções e preocupa-nos, acima de tudo, que este orçamento reflita uma Câmara esvaziada das suas competências e que, por este andar, se prevê venha a definhar ainda mais. -----

----- Curiosamente, dos cinco eixos, há apenas um deles que tem um aumento considerável (de 43% para 87%), que é o “Eixo A – Lisboa Mais Próxima”, mais concretamente a “Governança próxima e participada”. Ou seja, todos os eixos descem, uns mais que outros, à exceção deste. Porém, que medidas, em concreto, propõe a Câmara para este Eixo? -----

----- Perante este facto, lançamos um desafio ao executivo para que explique a esta Assembleia e a todos os lisboetas, o que é que deste orçamento, concretamente, vai melhorar as suas vidas. Como vai conseguir fazer de Lisboa a cidade a que se propõe nos objetivos e nos eixos que acompanham este orçamento para 2015? Como vai revitalizar esta cidade para os municípios? Aliás, como vai sequer conseguir concretizar as próprias ações a que se propôs e que apresentou, inclusive, como bandeira eleitoral? -----

----- Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, perguntem-se se Lisboa está a corresponder às necessidades das pessoas! Para “Os Verdes” mais parece que os

objetivos apresentados têm vindo a pular de orçamento em orçamento, mas não passam disso. -----

----- Quanto ao Mapa de Pessoal para 2015, a CML começa por entrar em contradição quando considera que ele “é uma mera previsão de postos de trabalho, (que) não corresponde necessariamente ao número de trabalhadores ao serviço”, como se afirma na página 9. Mas, assim sendo, dificilmente se pode levar a cabo uma “consequente avaliação das possibilidades reais de recrutamento sobre o mercado de trabalho, programando a abertura dos procedimentos concursais necessários nas áreas operacionais mais deficitárias”. Esclareça-nos então, Senhor Vereador, se a futura abertura de concursos passará a ser conduzida por navegação à vista, de acordo com necessidades pontuais, transitórias ou mesmo imprevistas.-----

----- De momento, o que se sabe é que existem 10.261 postos de trabalho previstos, ou seja, menos 166 que em 2014 e menos 1.249 quando comparados com os números de 2010. E de acordo com o quadro nº 2, da p. 11, em relação aos postos de trabalho ocupados, a CML estima um decréscimo de 20,8%, o que representa um número de tal modo significativo, que até parece que a Direção Municipal de Recursos Humanos pretende fazer concorrência às medidas abolicionistas da Senhora Ministra das Finanças.-----

----- Depois, a vereação até promete promover a criação de postos de trabalho por procedimentos concursais a abrir em 2015, para áreas como as de assistente operacional, de condutores de máquinas pesadas e veículos especiais, de montadores eletricitista, de calceteiros e até de limpa coletores. Mas como de promessas está o município cheio, veremos se não passarão de meras intenções. A ser verdade já ter sido feito esse estudo previsional, diga-nos muito concretamente, Senhor Vereador, qual o número de lugares que vai, por exemplo, abrir para calceteiros? E quantos mais para preencher a carreira de jardineiros? -----

----- Esclareça-nos de vez, como “Os Verdes” já aqui tantas vezes questionaram nesta Assembleia, se vai ou não o executivo reativar as Escolas de Jardineiros e Calceteiros da Quinta de Conde de Arcos? Se sim, qual a calendarização prevista para o reinício das ações de formação? Está ou não o executivo suficientemente informado para nos responder cabalmente a esta questão? Ou confirma-se, mais uma vez, que à vereação até lhe agrada fazer cruzeiro por navegação à bolina até ao fim do mandato, optando umas vezes por uns quantos recibos verdes, e outras pela insistência na externalização de serviços?-----

----- Como pretende colmatar as necessidades sentidas nas oficinas do Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica nos Olivais, onde a urgência em contratar pessoal é por demais evidente? E como tenciona a CML obviar às consequências do aumento dos processos de aposentação, que poderão provocar a rutura de alguns serviços municipais, caso não esteja prevista a entrada de novos trabalhadores? Tem a Vereação consultado o sindicato para que atempadamente se pronuncie sobre o Mapa de Pessoal, dando assim cumprimento ao direito de participação sindical?-----

----- É expectável que, cedo ou tarde, o Senhor Vereador até venha a argumentar com as restrições do Orçamento do Estado para a abertura de novos concursos. Mas já não nos espantará que um ou vários vereadores venham a apresentar novos pedidos ou propostas para contratação de serviços a privados.-----

----- Em suma, perante a estrutura do orçamento que nos é apresentado, concluímos que não podemos concordar com estas opções e com a linha que se pretende seguir, pois contraria as propostas que temos vindo a apresentar e defendido ao longo dos tempos nesta Assembleia. -----

----- O que os munícipes facilmente poderão constatar, isso sim, é que esta maioria pretende descartar e reduzir cada vez mais os serviços públicos que a Câmara presta ou devia prestar à população. -----

----- O orçamento para 2015, que deveria ser um documento importante e estratégico, que conduzisse a cidade ao desenvolvimento, à sustentabilidade, à melhoria da qualidade de vida de todos os lisboetas, está carregado de opções dúbias, senão mesmo erradas. Não nos parece, portanto, que este orçamento traduza as preocupações dos lisboetas e da população em geral. -----

----- Mais uma vez, estive na mão do executivo do PS elaborar um orçamento que fosse ao encontro do que Lisboa e as pessoas precisam, e mais uma vez estamos perante uma oportunidade desperdiçada, indo apenas ao encontro não das necessidades de todos, mas dos interesses só de alguns, o que é lamentável.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa-tarde Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas Municipais. -----

----- A Assembleia Municipal aprecia e pronuncia-se hoje sobre um pacote de Taxas e as respetivas Tabelas no âmbito do Orçamento 2015, também pronunciando-se e apreciando o mesmo. -----

----- Percebendo que as políticas fiscais são importantes para sustentar qualquer projeto de sociedade há várias formas de as pensar e de aplicar este tipo de políticas, em primeiro lugar o Bloco de Esquerda pensa que uma política fiscal deve ser equilibrada no sentido em que não deve acentuar as desigualdade sociais já existentes mas antes ter como objetivo diluir das desigualdades das mais flagrantes com a crise económica vivida no país com especial enfoque em Lisboa, como tem sido reportado. -----

----- A cada dia que passa os cidadãos e cidadãs estão a ser espoliados do que têm e não nos esqueçamos da tática do PSD e do CDS de dar com uma mão e tirar a dobrar com a outra, recua-se em alguns cortes mas volta a tirar-se por qualquer outro método e infelizmente a política na Câmara Municipal está a ser cada vez mais semelhante. -----

----- Várias conclusões se podem retirar deste pacote de taxas. Em primeiro lugar denota-se um equilíbrio, uma desigualdade na cobrança e esta desigualdade tem por detrás opções políticas, este Executivo opta por isso em não inverter o caminho de subjugação aos grandes interesses. -----

----- Tomemos por exemplo a questão do comércio, é sabido que nos tempos de crise que correm o comércio local é um dos setores de atividade económica mais afetada, além da subida dos custos para manter o negócio aberto e da redução de receitas provocada por exemplo pela subida do IVA, o comércio local sofre cada vez mais com a concorrência desleal das grandes superfícies e das grandes cadeias e desta situação resulta o estrangulamento dos setores de menores dimensões de dinâmica económica da cidade. -----

----- Numa altura de crise é indispensável não ter como uma das prioridades o comércio local, inclusive em termos de política fiscal visto que o pequeno comércio é um dos catalisadores das dinâmicas socioeconómicas de qualquer cidade, seja pela qualidade ou pela proximidade do serviço prestado. Com todas as dificuldades vividas por um segmento característico, ou pelo menos que o deveria ser, da cidade de Lisboa, a Tabela de Taxas deveria ser mais proporcional salvaguardando e até a incentivar o pequeno comércio olhando para o volume de negócios das grandes superfícies de cadeias e deixá-las conforme esse critério porque só contrariando esses grandes interesses económicos é que se consegue uma política fiscal mais justa, que incentive o comércio local e que recupere alguma da dinâmica económica da cidade e isto também significa

evidentemente evitar a desertificação, não nos podemos esquecer de olhar para processos como o do Mercado da Ribeira que têm que ser mais bem pensados para que o comércio tradicional e mais popular não seja corrido dos seus locais habituais.-----

----- Não podem ser sempre os mesmos a pagar a crise, recordemo-nos sempre dos casos de isenção de pagamento de taxas por utilização do espaço público com que são presenteadas empresas como o Continente ou o Rock-in-Rio, mas se não formos uma grande empresa pagamos e bastante.-----

----- Uma palavra também sobre a questão da habitação, que já foi aqui referida inicialmente, sobre a qual ouvimos aqui uma auto proclamação de defesa de um direito que cabe a todos, isso é um facto, mas não deixamos de registar que não deixa de ser irónica esta auto proclamação de um executivo que tanto tem feito para ajudar grandes fundos imobiliários e cuja estratégia é alienar!-----

----- O Bloco de esquerda continuará a bater-se por uma política de habitação justa que responda à situação de crise que continua a nosso ver a não ser levada a sério por este executivo e se Uma Praça Em Cada Bairro é bandeira não nos podemos esquecer que são precisos bairros para isso e sem as pessoas a viverem e a poderem conseguir viver na cidade essa bandeira cai completamente por terra, as prioridades estão então trocadas e este pacote de Taxas não ajuda a dar incentivo à economia local, nem aos habitantes desta cidade. Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigada Senhora Deputada Municipal.-----

----- A intervenção do Senhor Deputado Municipal Miguel Santos será a última da primeira ronda, no final da primeira ronda a Câmara pediu a palavra e usará da palavra o Senhor Vice-Presidente Fernando Medina, depois entraremos numa segunda ronda e temos já Deputados Municipais inscritos para uma terceira ronda, portanto, pedia só para estarmos mais ou menos a acompanhar a dinâmica do debate.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhor Presidente de Câmara, Colegas Deputados Municipais, Imprensa.-----

----- O documento produzido, portanto, as Grandes Opções do Plano, o Orçamento e as Taxas que lhe estão anexas relevam no global muito boas intenções e bons projetos para o Município, reconhece-se vontade em melhorar a vida dos cidadãos e manifesta preocupações abrangentes nos mais diversos eixos e respetivos programas.-----

----- O Grupo Municipal do PAN concorda com a maioria das ideias espelhadas no plano no entanto gostaria de manifestar por um lado preocupações com variáveis importantes e de curto prazo que não estão consideradas ou devidamente articuladas com as grandes opções, salientando também a ausência de explicação de alguns investimentos importantes e por outro lado alertar para os perigos de um modelo esgotado e contribuir para uma abordagem de política diferente da cidade perspetivando-a como uma comunidade de pessoas, animais e a natureza.-----

----- Quanto às preocupações entre várias destacamos as notícias associadas a outro processo judicial da Braga Parques cujo conflito com a Câmara parece ainda não ter terminado; a falta de informação sobre o projeto da Câmara relativo à proposta de gestão da CARRIS e do Metro; a criação do Fundo de Desenvolvimento Turístico de Lisboa e respetiva relação com outras entidades ainda não definidas.-----

----- Achamos importante que a Câmara Municipal de Lisboa encontre caminhos alternativos de financiamento da sua atividade e sendo verdade a queda estrutural das receitas há que encontrar outras soluções.-----

----- Achamos bem o princípio da Taxa Municipal Turística no sentido de compensar o Município pelos gastos inerentes a essa atividade assim como suportar os gastos e investimentos na Proteção Civil, o mesmo se diga relativamente a outras taxas, não na totalidade das taxas mas a maior parte das taxas que acreditamos que são necessárias para compensar recursos que foram tirados pelo Orçamento-Geral do Estado. -----

----- Por fim esta questão das Receitas e Taxas versus Custos e Investimentos obrigatoriamente leva-nos à discussão sobre o papel dos Municípios versus o papel do Estado, percebemos que é uma fronteira cada vez mais difícil de definir e como tal há que promover esse debate visto que legalmente as autarquias estão limitadas na criação de impostos, mas as competências que têm muitas vezes cruzam-se com áreas de governação ao nível do Estado, esta é uma discussão que não só a nível de Lisboa mas de uma área mais abrangente e talvez os decisores locais sejam agentes mais competentes em várias matérias, aqui nasce nova oportunidade de repensar a lógica como nós humanos atualmente vivemos, o modelo económico em que estamos inseridos está esgotado e é esgotante das nossas energias, portanto, o que nos deve levar a refletir sobre novos paradigmas que tenham em consideração o bem-estar, o desapego ao consumismo, a fraternidade, a cultura e o preenchimento das vocações pessoais e a verdadeira liberdade de expressão nos mais diversos domínios. -----

----- Por tudo isto e porque achamos que esta Orçamento será o Orçamento neste momento provavelmente mais adequado terá o nosso voto favorável. Muito obrigado.”

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado. -----

----- Gostaria de começar respondendo ao Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo e para constatar o incómodo e a dificuldade com que o PSD enfrenta este debate do Orçamento. É natural que nós acompanhemos as posições que os partidos vão transmitindo sobre a vida da Câmara e o PSD começou sobre o debate do Orçamento, começou muito cedo no tempo e no dia 3 de outubro dizia o Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo em nome do PSD: “Costa está a usar em Lisboa a receita que o Governo está a usar no País, o País tem um problema de receita assim como a Câmara tem um problema de receita!”, explica o líder do PSD elencando que a carga fiscal, a carga fiscal que a Autarquia se prepara para aumentar e para resolver o problema, um imposto sobre o turismo, a atualização do imposto sobre saneamento básico, o aumento do IMI, dizia em outubro Sérgio Azevedo. -----

----- Chegamos ao aumento e chegamos ao debate do Orçamento, não há aumento de IMI, não há aumento de impostos, não há brutal aumento de impostos e curiosamente também não há aquilo que tento o horrorizava que era nós seguirmos exatamente a política que o Governo nos estava a aplicar no País! Pasmese!... Mas diz depois a seguir já com os documentos apresentados, diz o Deputado Municipal Sérgio Azevedo que o Município se prepara para fazer de novo um brutal aumento de taxas e de impostos, aumentando com um contributo de um aumento médio de cerca de 133 euros por munícipe, cada um iria ter este aumento de 133 euros e que isto claro, naturalmente com todo o respeito democrático... Não é o Assessor, sou eu próprio que leio os artigos, isso permita-me, respeite o líder da bancada da oposição nesta Assembleia!... -----

----- Mas mais uma vez o Deputado Municipal Sérgio Azevedo e o PSD não certam uma relativamente ao Orçamento! E não acertam uma em primeiro lugar porque o aumento relativamente a cada um dos munícipes é menos de um quarto daquilo que o Deputado Municipal Sérgio Azevedo coloca, mas o que é mais curioso é reparar o seguinte, diz a Lei: “Os preços e demais instrumentos de remuneração a fixar pelos Municípios relativos aos serviços prestados e aos bens fornecidos em gestão direta pelas

Unidades Orgânicas Municipais não devem ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses serviços e com o fornecimento desses bens”, para tal estão incluídos com esses serviços o abastecimento público de água, o saneamento de águas residuais e a gestão de resíduos sólidos. Pergunta: quem aprovou esta Lei? O PSD. Quem era o Deputado que estava a aprovar esta Lei na Bancada da Assembleia da República? O Deputado Sérgio Azevedo. -----

----- Os únicos aumentos de taxas, os únicos aumentos que este Orçamento tem, as únicas sobrecargas que tem para os munícipes resultam de Lei aprovada pelo PSD e votada pelo Deputado Sérgio Azevedo! -----

----- E termina aliás a contradição e a dificuldade já hoje nesta Câmara, eu confesso que desta vez acompanho o PCP na sua perplexidade porque o Senhor Deputado Sérgio Azevedo começa a sua intervenção frustrado, percebi, pareceu, com alguma frustração, peço desculpa, é melhor a expressão, porque tinha a expectativa que este fosse um Orçamento expansionista de investimento público e de apoio às políticas sociais! Isto vindo de um Deputado do PSD é verdadeiramente notável! E por isso não o defraudamos, este de facto é um Orçamento em que aumenta o investimento, em que a nossa capacidade de investir é maior do que era no passado, em que é o Orçamento mais sólido do que era no passado, em que é um Orçamento que tem prioridades claras do ponto de vista do investimento nas áreas sociais e só surpreende o Senhor Deputado que apoia um partido e que tem um partido que na governação do país aprova uma determinada política e que depois sente uma frustração por não a ver aqui repetida nesta Câmara. -----

----- A política que aqui seguimos é de facto diferente, é amplamente diferente e ao contrário do que o Senhor Deputado diz este é um Orçamento muito mais certo e muito mais possível de uma boa execução do que vários dos orçamentos anteriores que esta Câmara teve, com menos elementos de risco e vou repetir, não é preciso repetir muitas vezes, o Senhor Deputado Municipal esquece-se que quando afirma que este é um Orçamento que está pejado de operações financeiras e patrimoniais, que este é provavelmente o Orçamento de sempre, não direi de sempre, não queria fazer esta afirmação tão taxativa porque não os conheço a todos, mas seguramente de todos aqueles que eu conheço, que são os dos últimos 10 anos, é seguramente o Orçamento que tem menos receita de alienação de património, por uma questão legal, claro, por uma alienação legal por uma determinação legal. Agora o que significa é que a Câmara Municipal de Lisboa, que tem orçamentado para o próximo ano uma alienação de património de 22 milhões de euros terá hoje, no dia que hoje discutimos, no dia 16 de dezembro, é certo que terá de receitas de alienações de património no próximo ano no mínimo 50 milhões de euros, no mínimo, é o certo ao dia de hoje. -----

----- Porquê? Corresponde aos recursos e às alienações realizadas este ano cujo dinheiro só entrará, as escrituras só serão feitas no próximo ano e que só contará para a receita do próximo ano, é por isso que a despesa de investimento que está prevista no Orçamento da Câmara Municipal de Lisboa e mesmo com todos os esforços do Governo para não abrir o Quadro Comunitário a tempo e horas, vai com grande probabilidade aumentar significativamente, face àquilo que nós temos no Orçamento deste ano e face àquilo que foi a nossa capacidade de execução deste ano. -----

----- Por último queria responder ao Senhor Deputado Municipal e esclarecê-lo do seguinte: o Senhor Deputado Municipal disse daquela bancada que há menos recursos para as pessoas e menos recursos para a integração e menos recursos para a criação de emprego e eu intuí que o Senhor Deputado Municipal se retira essa informação da análise comparada das dotações dos eixos do Plano de Atividades. Tive a oportunidade de explicar na Comissão e faço-o aqui no Plenário que essa análise é uma análise que

leva a uma conclusão desajustada face à realidade do Orçamento, porquê? Porque a comparação é feita com o Orçamento inicial do ano passado e no Orçamento inicial do ano passado estavam as verbas para as Juntas de Freguesia distribuídas em todos os eixos do Plano de Atividades, ora neste Orçamento todas as verbas para as Juntas de Freguesia estão concentradas numa única rubrica que é a de transferências para as Juntas de Freguesia, é por essa razão que verbas e rubricas que aparecem a diminuir, aparecem nominalmente a diminuir, não que a cidade no seu todo faça menos atividade mas pura e simplesmente porque correspondem a áreas de intervenção que por força da Lei de Transferência de Competências passaram para as Juntas de Freguesia. -----

----- Tive a oportunidade aliás de exprimir e de elencar todos estes pontos de forma detalhada, em particular na área social, por exemplo, onde aparece uma diminuição em algumas rubricas que utilizam por exemplo 3 milhões de euros mas correspondem única e simplesmente a transferências que foram efetuadas para as Juntas de Freguesia no exercício das suas competências. -----

----- A última nota para lhe dizer o seguinte: a Câmara Municipal, e ao contrário do que diz, faz um esforço muito significativo na redução da sua despesa excluindo as transferências para as Juntas de Freguesias, isto é, para além das transferências para as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal consegue uma redução de cerca de 9,5 milhões de euros nas rubricas de aquisições e serviços, repito, cerca de 7% do total das aquisições de bens e serviços excluindo aquilo que resultou da transferência para as Juntas de Freguesia única e exclusivamente em redução e em esforço de contenção nos consumos próprios por parte da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Senhora Presidente, queria só terminar esta minha intervenção neste ponto para uma resposta ao Senhor Deputado Municipal Ferreira de Lemos, do CDS. -----

----- Eu acho que deve ficar registado que o Senhor Deputado Municipal gastou toda a sua intervenção a defender a posição do seu partido, que é perfeitamente legítimo mas alvo de avaliação política, não gastou um minuto a criticar o seu correligionário, e utilizo a sua palavra, pela política que seguiu e em particular com algo que deve ficar registado que é a profunda hipocrisia do discurso do Governo nesta matéria, que utilizando e praticando o que é uma profunda deslealdade visceral para com a Câmara Municipal de Lisboa tem feito um discurso verdadeiramente inaceitável. Eu gostava de lembrar o Senhor Deputado Municipal que o Senhor Ministro da Economia foi o próprio que criou no seu Ministério e aumentou no seu Ministério uma simples taxinha, que significa que cada vez que o Senhor Deputado for ali à bomba de gasolina encher o depósito do seu carro deixará 3 euros para pagar ao Senhor Ministro da Economia e para as instituições que ele tutela, simplesmente neste Orçamento, e por isso a defesa que aqui vem fazer dessa orientação e dessa política tem ao menos de ser clarificada no sentido de a hipocrisia política que representa esse pronunciamento para quem o coloca desta forma. -----

----- Mas gostava de terminar também dizendo que tenho pena que não tenha gasto metade, talvez um décimo do tempo que gastou a apresentar uma única ideia, talvez meia ideia, que nos pudesse ajudar do ponto de vista financeiro, do ponto de vista da nossa capacidade para investir para o futuro do turismo da cidade de Lisboa! -----

----- Senhora Presidente, para já muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigada Senhor Vice-Presidente.-----

----- Vamos prosseguir a segunda ronda de intervenções.... Desculpe, o Senhor Deputado Municipal Ferreira de Lemos está a pedir a palavra, para? Tem tempo, portanto, pode usar o seu tempo, não há propriamente aqui, não creio que tenha havido ofensa mas de qualquer maneira tem tempo, pode utilizar a palavra se faz o favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ferreira de Lemos (CDS-PP)** no uso da palavra fez o seguinte Protesto:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----

----- Apenas para dizer ao Senhor Vice-Presidente que está, e não lhe vou dar essa oportunidade, pelo menos da minha parte, a fazer o ensaio-geral de Presidente de Câmara! O ensaio-geral quando é bem-sucedido normalmente não é bem-sucedido o primeiro espetáculo, mas também não terá oportunidade de o fazer! -----

----- Quero-lhe dizer que eu deixei na minha mensagem uma sugestão que é muito importante, intrometam-se menos na vida económica, deixem melhor funcionar os mercados, não percam uma iniciativa daqueles que são os verdadeiros de iniciativas e se não fizerem muito podem crer que a Câmara, que os cidadãos, que os munícipes vivem melhor, o mal é quando fazem qualquer coisa! Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigada Senhor Deputado Municipal. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo pede a palavra para? Para uma Interpelação à Mesa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte Interpelação à Mesa: -----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado.-----

----- Depois desta ação afirmativa do Senhor Vice-Presidente da Câmara queria só dizer que vou entregar à Mesa, e ao contrário daquilo que o Senhor Vice-Presidente da Câmara informou na Assembleia Municipal que as diminuições a que eu me referia são respeitantes às variações do Orçamento de 2015, com o Orçamento corrigido de 2014 e não com o Orçamento inicial de 2014 como o Senhor Vice-Presidente referiu e que vou fazer chegar os documentos à mesa para distribuir ao Senhor Vice-Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigada Senhor Deputado Municipal, assim se fará. -----

----- O Senhor Vice-Presidente pede a palavra, para que assunto?” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina** no uso da palavra, em Direito de Resposta, fez a seguinte intervenção: -----

-----“Será para responder ao Senhor Deputado Municipal Ferreira de Lemos. -----

----- Muito obrigado, só para deixar registado o seguinte: o Senhor Deputado Municipal fará seguramente as intervenções no modo que entenda e eu também responderei do modo que entendo, agora não gostava que não ficasse totalmente registado aquilo que tem sido o discurso do CDS e dos correligionários, dos seus correligionários a outros níveis, relativamente à política do Município e relativamente à profunda hipocrisia daquilo que tem feito porque da mesma forma que se diz e se faz a sugestão de não se meter na vida económica por causa de uma taxa de 1 euro a favor do serviço do turismo da cidade eu também gostava de pedir aos seus correligionários que não votassem no Parlamento uma Lei que tirou à Câmara de Lisboa 20 milhões de euros a título de nada! E que o seu partido votou e aplaudiu! Votou e aplaudiu! -----

----- E que na mesma Lei, aliás, fez e define e afirma o princípio de que tem que haver a repercussão total dos custos dos serviços nos tarifários praticados. Bom, se não se quiser meter sobre a vida da economia do país talvez seja este um bom princípio que possamos aplicar a todos e talvez com mais lealdade institucional possamos debater o problema da “taxinha”. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigada Senhor Vice-Presidente.-----

----- Senhores Deputados Municipais, como terão compreendido a Mesa interpretou esta troca de palavra entre o Senhor Deputado Municipal Ferreira de Lemos e o Senhor

Vice-Presidente como um protesto e um direito de resposta, porque não sendo assim teriam que entrar na ordem normal das rondas. Não foi isso que disseram, pediram a palavra ao contrário, para um direito de resposta sem ter havido protesto mas interpretámos assim para não quebrar o ritmo do debate e vamos continuar então a nossa ronda.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Caros Colegas.-----

----- Em primeiro lugar permitam-me saudar o Senhor Presidente da Câmara que há muito tempo não via por cá, aliás, também saudar os outros Vereadores que também há muito tempo têm primado pela ausência. Esta Assembleia sente muito a sua falta já que é obrigação da Vereação estar presente às Reuniões da Assembleia e nas últimas Assembleias não sabemos porquê mas de facto tem havido uma ausência bastante notada. Eu sei que isto representa no fundo o fim de um ciclo, o fim do ciclo António Costa, quer o resultado da sua ambição, natural, legítima, seja um ou seja outro é o fim do ciclo de António Costa! E também será com certeza o fim do ciclo do Partido Socialista e o fim do ciclo dos seus apêndices, portanto, vamos em fim de ciclo! -----

----- O outros aspeto que eu queria frisar antes de tudo é que queixam-se, esta Câmara, nomeadamente o Senhor Vice-Presidente é muito queixinhas, muito queixinhas em relação ao Governo, é uma coisa que está sempre na sua boca, é uma afirmação permanente é queixar-se do Governo! Mas, Senhor Vereador, não houve desde o 25 de Abril Governo tão benevolente, tão amigo da Câmara Municipal de Lisboa como este, não houve! Não houve em todos os meios! E é só recordar um conjunto enorme de situações em que a Câmara foi altamente beneficiada pela benevolência e pela generosidade do Governo da Nação, porquê? É a sua obrigação! Assim os próximos Governos sejam eles quais forem, tenham a mesma generosidade pela Câmara e por esta cidade! -----

----- Em seguida eu queria analisar aquilo que está em discussão, ou seja, o Orçamento e as Taxas de 2015 e a melhor forma que eu entendi de analisar era de facto basear-me nas sete linhas estratégicas com que este Orçamento foi construído, ele foi construído na base de sete linhas e depois sete linhas estratégicas para uma Câmara tão importante como esta, ainda por cima algumas completamente repetidas acho bastante pouco e acho bastante pouco ambicioso, como aliás aqui já foi dito relativamente a uma Câmara com a dimensão da Câmara Municipal de Lisboa, manter impostos baixos e atrativos em Lisboa!... Manter impostos baixos e atrativos em Lisboa quando este Orçamento representa um brutal aumento de encargos para as famílias de Lisboa? -----

----- Este Orçamento representa um brutal aumento de encargos para as famílias lisboetas! Se mantém o IMI? Se mantém a diminuição do IRS? Que já vinha dos outros anos, portanto, estamos a falar em relação ao passado, não estamos a falar em relação a 10 ou a 20 anos, estamos a falar em relação ao passado recente, se mantém esses impostos, que ainda por cima são impostos que não são de todo justos, de todo justos, já que quanto maior é o rendimento, quanto maior é o poder económico maior é o valor daquilo que são os benefícios que as pessoas irão auferir! Se um indivíduo tiver ordenado mínimo do IRS recebe zero e infelizmente ainda há muita gente que nem sequer declara IRS, se o indivíduo não tiver nenhum prédio de benefício do IMI tem zero! Portanto este... Agora o outro, aquilo que são os aumentos que de facto vão recair sobre os lisboetas... -----

----- Eu só vou recordar que em 2011 o total de conservação de esgotos, tarifa de saneamento e adicional atingiu 55 milhões 995 mil euros; em 2012, isto de acordo com

os vossos Orçamentos, isto é retirado dos Orçamentos, em 2012 a taxa de conservação de esgotos ficou em 29 mil e 500 e a tarifa de saneamento e adicional em 25 mil e 300, ou seja, atingiu um total de 54 mil e 800; em 2013 é igual a 2012 já que o Orçamento foi o mesmo; em 2014 a tarifa de conservação de esgotos atingiu 20 milhões e 860 mil e a tarifa de saneamento e adicional 29 milhões e 200, ou seja, 50 milhões 150; em 2015 temos um total entre tarifa de saneamento, tarifas de resíduos urbanos e tarifa de saneamento e adicional 88 mil 133 mil euros, isto sem a Proteção Civil, se adicionarmos a Proteção Civil, que são mais 18 milhões 890 mil euros nós temos um encargo para as famílias, encargo para as famílias, para todas as famílias, haverá algumas exceções, a ERSAR terá admitido algumas exceções, para todas as famílias, de 107 milhões o que relativamente ao ano de 2014 é mais do dobro! E como é que têm o descaramento de dizer, como o Deputado Municipal Hugo Xambre, que há uma diminuição e há uma vantagem para as famílias? Como o Vice-Presidente, Vereador Fernando Medina, que há uma vantagem para as famílias? Portanto, não há vantagem, pelo contrário, é um brutal aumento de impostos, como diria o outro! -----

----- Se me deixarem continuar, portanto, em relação ao segundo ponto, reduzir a despesa do Município, há uma conta simples que pode ser feita que é o rácio das despesas correntes sobre as despesas totais, já que as despesas correntes são aquelas que mais incidem sobre aquilo que é o custo do Município! Porque as despesas de investimento e as despesas de capital normalmente são saudáveis, são boas, são benéficas porque geram melhorias francas em relação e o rácio desta relação em 2015 será, de acordo com o Orçamento, o maior de todos dos últimos cinco anos já que é de 68%, enquanto que em 2011 era de 47,95, em 2012 era de 44 e em 2014 era de 62.-----

----- O outro plano, a outra linha estratégica é reduzir a dívida alienando ativos não estratégicos. O que são ativos estratégicos? Eu perguntei a várias pessoas e ninguém me soube dizer. Será o Terreiro do Paço? Será o edifício da Câmara? Será o Parque de Monsanto? Serão alguns museus? O que vocês estão a vender é o que tem compra, é aquilo que querem comprar! Se já deitaram abaixo o mais moderno Quartel de Bombeiros ou querem deitar para fazer o favor a um Hospital! A um grupo económico! E vão alienar também quase diretamente, como a gente já vimos aqui há algum tempo atrás noutra zona altamente valorizada do espaço lisboeta também, é outro, a outro Hospital! Portanto, o que serão, o que é para a Câmara ativos estratégicos? E não estratégicos? É tudo que o chinês ou grupo económico compre! Desde que compre já não é estratégico!-----

----- Investir na cidade é outra das linhas estratégicas, o investimento na cidade é o menor de sempre e tem situações claramente desajustadas à real necessidade da cidade de Lisboa. Senão vejamos, só em termos de referência lembremos o investimento no plano de drenagem, como sabem o plano de drenagem está orçado em mais de 150 milhões de euros, o plano de drenagem que é uma urgência para a cidade de Lisboa e vide o que tem vindo a acontecer com as últimas cheias está orçado em 150 milhões de euros, pelo menos, pelo menos porque já foi há alguns anos que este valor foi atribuído. A Câmara Municipal de Lisboa apenas considera no plano de 2015 cerca 1, 7 milhões, cerca de 1%, é assim que a Câmara quer atingir uma ação concreta, objetiva na reforma da drenagem da cidade de Lisboa? Numa coisa que está altamente, que é altamente perigosa e que se tem revelado tantas vezes em situações gravosas para a população e para os interesses económicos? Duvido, porque é um investimento demasiado pequeno para que possa ter algum significado!-----

----- O Regimento de Sapadores Bombeiros, modernização do Regimento de Sapadores Bombeiros é outra das intenções desta maioria, ainda há bocado o Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo referiu que assistiu, como eu assisti, a uma reunião com os

Sindicatos dos Bombeiros e aquilo que eles contaram em Comissão é dramático, é dramático em relação à situação deles, é dramático em relação à defesa da cidade, é absolutamente dramático não só em relação aos aquartelamentos, não só em relação ao equipamento móvel, ou seja, os carros de combate a incêndios e não só em relação aos fardamentos, não só em relação até à alimentação que é necessário para os bombeiros quando estão em ações de combate, até isso falha a Câmara e está em grave deficiência e estão em grave deficiência o Regimento de Sapadores Bombeiros, para além da destruição do principal quartel que atualmente eles têm só para beneficiar, só para afazer uma venda não estratégica, um ativo não estratégico. -----

----- E quanto é que a Câmara Municipal de Lisboa para este efeito, que requer quartéis, requer equipamento móvel, carros de combate a incêndio, requer fardamento, requer condições para os bombeiros, o que é que a Câmara tem inscrito no Orçamento? Tem 1, 3 milhões, mas curiosamente quando se fala na receita relativamente à Proteção Civil a Câmara inscreve 18 milhões e 800 mil. Então afinal para quem é o dinheiro? É para a Proteção Civil ou é para as despesas gerais? É para ser alocado a uma ação e uma necessidade concreta ou é para as despesas gerais? Dificilmente se poderá considerar que a Câmara tem uma preocupação em relação à Proteção Civil na cidade, dificilmente, naturalmente os Senhores dirão que sim e levantarão e gritarão que sim, mas aquilo são factos, são factos! -----

----- A quinta linha estratégica, investir no turismo, criar o Fundo do Desenvolvimento do Turismo, isto é uma linha estratégica, mas investir no turismo? O que é investir no turismo? Investir no turismo para já é investir na cidade, investir no turismo é investir nos arruamentos, investir no turismo é investir no trânsito, investir no turismo é nos serviços que são prestados aos turistas, investir no turismo é ter melhores e bons hotéis, investir no turismo é ter espaços públicos com dignidade, investir no turismo é investir na cidade porque os turistas compram a cidade, não compram só o quarto de hotel, compram a cidade na sua beleza estética, naquilo que são as pessoas, o turismo é cativado até por uma simpatia de um polícia! Tudo isso contribui para a imagem do turismo português! Mas não, investir no turismo é criar um Fundo do Desenvolvimento do Turismo, e quem utiliza esse Fundo do Desenvolvimento para o Turismo? Quem gere esse Fundo do Desenvolvimento para o Turismo? Para já é duvidoso que possa ser alocado a uma ação concreta, mas se for? De certeza eu tenho muito medo que seja mais um saco azul! Tenho muito medo que este dinheiro vá cair nas mãos de uma entidade que tem recebido da Câmara centenas de milhões, centenas de milhões em património, que é o ATL, que para além da sua competência em termos de promoção turística, que eu louvo, tem um conjunto de atribuições que são perfeitamente exageradas como por exemplo gere a Praça da Ribeira, gere o Parque de Campismo, gere o Terreiro do Paço, as Arcadas do Terreiro do Paço, gere toda a área que foi transmitida pelo Porto de Lisboa para a Câmara, são muitos milhões, gere o lombo da cidade, é pela ATL sem qualquer tipo de controle. -----

----- Dizia no outro dia o Senhor Vice-Presidente, “Ah, eu sou o Presidente da ATL.”, santa ingenuidade!... Só tenho uma palavra, santa ingenuidade! É de facto aquilo que merece porque de facto a ATL faz o que quer, como de facto dizia o Senhor Presidente no mandato anterior! O Senhor Presidente dizia “Eu não tenho nada a ver com o ATL, eu não percebo e não sei nada do que é que se lá passa!” e muito menos saberá naturalmente porque quer queiramos quer não tem menos competência, muito menos saberá o Senhor Vice-Presidente. -----

----- Portanto, eu até admitia que a Taxa do Turismo fosse utilizada naquilo que é de facto desenvolver o turismo e aliás era este conceito que estava subjacente em 2010, é que a taxa turística a cobrar pelas dormidas tivesse um reflexo naquilo que é a

promoção turística, tivesse um reflexo naquilo que são a descoberta de novos mercados emissores, investir em novos mercados emissores, investir em novos produtos, em segmentos de produtos de oferta turística, investir naquilo que é o chamamento do turista para a cidade porque o resto a cidade funciona! Tem um conjunto de belezas extraordinárias como se tem visto, que de facto são uma atracção substancial em termos turísticos internacional.-----

----- Mas neste Orçamento há uma coisa que também não está refletida, nós temos aqui visto elementos moradores do Bairro Alto e do Cais do Sodré, temos nós próprios visitado estes bairros, temos falado com comerciantes, temos falado com habitantes e de facto há uma necessidade imensa que tem sido transmitida ao longo de vários anos para que a Câmara intervenha no sentido de melhorar a qualidade de vida das pessoas que habitam estes bairros, que invista no sentido que sem perder a galinha dos ovos de ouro, que é de facto a atracção turística que eles representam, investir na qualidade de vida criando condições para que as pessoas que lá vivem possam de facto viver, não sejam completamente e permanentemente atormentados com o barulho, com a porcaria, com a imundice, com a droga, com a falta de segurança. O que é que aqui há onde se possa verificar que há essa intenção?... O Governo por enquanto não é para aqui chamado! Nós estamos a discutir o Orçamento da Câmara! Se me vier perguntar, se alguém me vier perguntar que eu discuta o Orçamento-Geral do Estado eu tenho todo gosto em o discutir, agora estou a discutir a Orçamento da Câmara! -----

----- O sexto item, a sexta linha estratégica das sete, cumprir o quadro regulamentar dos resíduos urbanos e saneamento, assim, atenção, a cumprir desta maneira onde as famílias são altamente penalizadas, muito obrigado, mais vale não cumprir! Porque de facto o que vai acontecer a partir deste ano é que as famílias vão ser, as famílias e todas, mesmo aquelas de fracos recursos ou de médios recursos que não têm especiais condições, desde que utilizem água e tanto tem direito a lavar-se um rico como um pobre, as famílias vão ser penalizadas objetivamente.-----

----- Autonomizar o financiamento da Proteção Civil é outro, o último dos objetivos das linhas estratégicas deste Orçamento, convenhamos por aquilo que eu disse e pelo enumerado das linhas estratégicas é muito pobre a filosofia subjacente deste Orçamento em relação àquilo que é uma cidade com a importância de Lisboa. -----

----- Isto revela que de facto, como eu disse inicialmente que este ciclo António Costa está mesmo a acabar e o ciclo que aí vem não vai ser agradável, se eventualmente, como tudo indica, o António Costa por força de concorrer às legislativas venha a sair da Câmara, independentemente do resultado que vier a ter, isto não vai ser bom! E nós temos que estar atentos, principalmente os Senhores que fazem laudas e laudas ao executivo, que não têm o mínimo espírito crítico em relação a nada que o executivo desenvolva, como aqui se viu pela intervenção do Hugo Xambre, porque meus amigos nós temos que ter independência, cada um de nós tem que ter independência e quando é preciso dizer alguma coisa ao nosso partido, quando é preciso dizer alguma coisa à nossa maioria de Câmara e já aqui me ouviram fazer isso, diz-se sem peias porque o que está em causa não é o interesse deste ou daquele governo ou deste ou daquele partido, o que está em causa é a cidade e nós jurámos defender a cidade! E o PS normalmente quando o executivo é da sua cor nunca o faz! É sempre subserviente e está a continuar a ser subserviente!” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigada Senhor Deputado Municipal. -----

----- Senhores Deputados Municipais, vamos continuar na segunda ronda de intervenções, mas há um pedido de esclarecimento do Senhor Deputado Municipal João

Valente Pires ao Senhor Deputado Victor Gonçalves. No Pedido Esclarecimento o tempo é contado à parte.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Valente Pires (PS)** no uso da palavra fez o seguinte Pedido de Esclarecimento: -----

----- “Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves, eu sei que o Senhor esteve comigo e com os restantes Membros da Oitava Comissão na reunião com os Sindicatos dos Bombeiros e nessa reunião os Sindicatos, quer o STML quer o Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais pediram a todos os Deputados da Comissão para votarem a favor da Taxa Municipal de Proteção Civil e eu pergunto-lhe se o PSD, porque houve inclusivamente um Sindicato que apelou a esse voto, pergunto se o PSD irá ter em linha de conta aquilo que os sindicatos dos bombeiros pediram, nomeadamente na aprovação dessa taxa municipal. -----

----- Outra questão que eu gostava de lhe colocar é o seguinte: o Senhor Deputado Municipal fala constantemente nesta Assembleia, e já é a terceira ou quarta vez que menciona, a questão do Quartel do Colombo. Eu pergunto-lhe: se o assunto é assim tão mau, tão mau como o Senhor reiteradamente aqui fala nesta Assembleia, porque razão é que o PSD na Sessão de Câmara se absteve nessa votação, se era assim tão mau votariam contra! Pergunto. -----

----- Por último eu gostava de lhe fazer uma questão, se não consegue ver a diminuição da carga global de impostos nas famílias, que neste momento com este Executivo é de menos 111.7 milhões de euros e que a mesma em relação à Câmara Municipal, que era na altura nos mandatos do Santana Lopes e do Professor Carmona Rodrigues de menos 422 milhões de euros. Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----

----- “Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Caro João Valente.

----- Em relação ao pedido do Sindicato eu até podia concordar se visse que o Orçamento refletia essa necessidade, mas aqui o que é visto é que o Orçamento reflete apenas a necessidade de a Câmara encaixar dinheiro, não reflete minimamente a necessidade da Câmara resolver os problemas da Proteção Civil, como não reflete minimamente a necessidade da Câmara resolver os problemas do saneamento e do plano de drenagem, é tudo conversa! Isso em relação à primeira coisa, é tudo conversa! -----

----- Em relação à segunda eu acho bem que o Senhor Deputado Municipal pergunte a quem de direito, eu não faço ideia nem sei como é que votaram os Senhores Vereadores do PSD na Câmara, nem tenho nada que saber! Eu aqui reajo enquanto Deputado Municipal e, portanto, se o Senhor tem essa curiosidade está à vontade e pergunta, eu não faço ideia nem sequer sei se votaram contra ou se votaram a favor! Agora o que é facto.... -----

----- Vá ver as Atas, vai ver que não está lá isso!” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Senhores Deputados Municipais, o Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves faça o favor de terminar, Senhor Deputado Municipal João Valente Pires deixe o Senhor Deputado terminar.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra prosseguiu: -----

----- “Para já não tenho a mínima recordação ou memória desse facto! E de certeza absoluta que não votaria! Mas isso não ilude aquilo que conhecemos hoje, porque nós, enquanto o Senhor Deputado Municipal tem o conhecimento básico e permanece com esse conhecimento, há pessoas que evoluem no seu conhecimento! Há pessoas que aumentam o conhecimento e que acrescentam mais-valias ao seu raciocínio e que até se

for necessário até chegam à conclusão que a primeira intervenção não foi a melhor para ser valorizada, e têm a hombridade de o dizer! -----

----- O que eu reconheço é hoje e aqui e agora é que isso é aquilo que foi dito pelos próprios bombeiros, é que é o melhor quartel que eles têm, mas eu não vejo nada no Orçamento que o justifique, é que se de facto eles pudessem vir a ter um melhor haveria alguma coisa no Orçamento que o justificasse! Como haveria alguma coisa no Orçamento que justificasse por exemplo a aquisição substancial, como eles aliás me chamaram a atenção de material de combate a incêndios, haveria alguma coisa que justificasse de forma concreta a aquisição de material e equipamento, que eles não têm! Até nem têm equipamento de desporto e foi dito pelos Senhores do Sindicato que eles têm necessidade de treinar e estar desportivamente, estar atleticamente bem preparados e precisam de equipamento, mas os Senhores para isso estão-se nas tintas! O que é preciso é haver dinheiro para gastar em festas! Porque ao contrário esta Câmara tem no Orçamento 12 milhões e 800 mil para fungagá, para festas, para naturalmente acrescentar a uma lista já grande com certeza de apoiantes do Senhor Presidente António Costa, uma lista ainda maior para ele poder concorrer com maior facilidade às legislativas que se adivinham.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados Municipais, para vossa orientação, nós temos além do Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro mais duas inscrições neste ronda e depois temos três inscrições na terceira ronda.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhora Secretária e Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Lisboa continua a perder população e a envelhecer, os filhos dos lisboetas e os mais idosos devido à ausência de políticas favoráveis da Câmara Municipal de Lisboa, dos preços proibitivos das casas e à Lei das Rendas perdem o direito a viver na nossa cidade, a Lisboa empreendedora de que o PS e António Costa falaram continua a ser uma cidade de perda de capacidade de criação de riqueza e de emprego, de atração real de empresas e de projetos. -----

----- A chamada Reforma Administrativa da Cidade desarticulou os serviços que eram prestados pela Câmara Municipal, afastou as populações e nomeadamente os mais idosos que restam do acesso a políticas de proximidade e apoios cruciais para uma qualidade de vida mínima e necessária. As áreas de trabalho e de respostas concretas para a cidade desapareceram ou passaram a ser uma amálgama confusa entre responsabilidades que ou são da Câmara ou serão das Freguesias gerando maiores dificuldades na limpeza e higiene urbana, nas responsabilidades sociais, educativas, culturais e associativas de respostas à vida real das pessoas, da qualidade necessária e municipal que desaparece. -----

----- A Câmara Municipal passa a Câmara mínima, abandona as responsabilidades que noutros concelhos dignificam e engrandecem o Poder Local dos Municípios e quer assumir o que pertence ao Poder Central, ao Governo que deveria interpelar e obrigar a cumprir as suas responsabilidades, a cumplicidade tem sido enorme desde logo na Reforma Administrativa destrutiva de 29 Freguesias de Lisboa, com a perda de milhares de eleitos diretos que voluntariamente serviam as populações e a cidade em cada mandato. Na Câmara Municipal muitos serviços são ignorados pelos integrados perdendo-se capacidade e experiência de trabalhadores valiosos e chefias experimentadas enquanto que nas Freguesias faltam essas capacidades e os eleitos a

tempo inteiro não chegam para resolver tão grandes problemas como era óbvio que iria acontecer.-----

----- Nas áreas de planeamento e urbanismo crescem as oportunidades de grandes negócios de especulação imobiliária, de mudanças drásticas nos tecidos sociais identitários. A preparação da destruição de Hospitais na chamada Colina de Santana, a aprovação de Planos de Pormenor como os da Matinha e da Penitenciária em Campolide, entre outros, são exemplos claros que que as grandes opções que têm guiado ano após ano o PS e António Costa estão bem longe das realidades concretas e das dificuldades em que vivem as populações dos bairros e das freguesias, das respostas urgentes e necessárias que era necessário dar e que foram ignoradas. -----

----- Nas Grandes Opções do Plano para 2015/2018 as linhas de desenvolvimento estratégico são um conjunto de ideias vagas e nomeadamente um exercício de propaganda, como tem acontecido em anos anteriores, às vezes interessantes nas intenções mas vazias de significado, denotando a ausência de uma política voltada para os que vivem e trabalham na cidade, significam a ausência de preocupações estruturadas sobre a aplicação dos dinheiros públicos e suas prioridades mostrando que de novo estas Grandes Opções e este Orçamento não servem as populações e se dirigem mais para outros interesses e projetos.-----

----- Isto significa reduzir e prescindir dos serviços prestados pelo Município às populações abandonando a melhoria da qualidade de vida, os objetivos de desenvolvimento social e económico, a votação produtiva, a reabilitação urbana, o direito à habitação, a defesa dos serviços públicos e do emprego, a melhoria da higiene urbana e da segurança das pessoas e bens entre outras áreas fundamentais para o dia-a-dia de quem aqui vive e trabalha. Em recente Assembleia fizemos uma intervenção sobre a situação dos Bombeiros, dos Sapadores Bombeiros e é tudo isso, e foi na informação do Senhor Presidente, o Senhor Presidente disse rigorosamente nada!-----

----- Na educação Lisboa continua a ter escolas do ensino básico com necessidades de obras e outras melhorias mas esta Câmara PS já quer assumir responsabilidades em áreas que são do Governo e que este não cumpre e quer abandonar.-----

----- Nos bairros municipais persistem situações por resolver quer no edificado quer no espaço público mas a Câmara dá preferência ao apoio aos grandes projetos especulativos, na limpeza e higiene urbana Lisboa continua a ter problemas gritantes, tanto ao nível da recolha seletiva como na transferência de equipamentos e trabalhadores para as Freguesias. Ainda na sequência da Reforma Administrativa constata-se que a Câmara Municipal se opõe ao regresso de trabalhadores por extinção de equipamentos.-----

----- O mapa de pessoal apresentado resulta mais uma vez na redução do número total de postos de trabalho, os postos de trabalho passam de 11 mil 510 em 2010 para 10 mil 261 em 2015, menos 1249 postos de trabalho previstos, sendo que são ocupados apenas 7 mil 478, esta é a realidade dos factos. Existe uma baixa real dos postos de trabalho ocupados, o que traduz numa única dúvida de redução da capacidade dos serviços pelo que se estes postos de trabalho não forem ocupados decresce a capacidade de resposta, como já hoje acontece com os cantoneiros, calceteiros e jardineiros.-----

----- A extinção dos trabalhos por tempo determinado, que se entende ser na proporção da sua caducidade significa que os serviços onde estes trabalhadores se encontravam padecerão de um deficit de trabalhadores, ao mesmo tempo sabe-se que se está a recorrer a recibos verdes, a extinção para este ano surge a rubrica dos postos de trabalho cativos com 2 mil 158 postos de trabalho, que representam postos de trabalho cativos para os trabalhadores que transitaram para as Juntas de Freguesia no decurso da Reforma Administrativa.-----

----- Estão também aqui incluídos os postos de trabalho cativos para procedimentos concursais a decorrer e a lançar durante o ano de 2015 e os postos de trabalho de trabalhadores em mobilidade inter-carreiras e em ACIP, Acordo de Cedência de Interesse Público. Estes postos cativos vão ter relevância nos postos de trabalho ocupados uma vez que estão aqui os trabalhadores que transitaram para as Freguesias, não deixando todavia, caso não tivesse havido Reforma Administrativa de a redução ser significativa cerca de 3,5%, percentagem bem acima da imposição legal. -----

----- O que está em causa nestas Grandes Opções e no Orçamento é o abandono mais acentuado de respostas em áreas fundamentais que aproximam as pessoas e lhe dão gosto de viver, como na cultura e no desporto, nas práticas sociais de proximidade, numa política para a juventude, que é uma inexistência de há anos, na criação e desenvolvimento de projetos culturais e solidários que aproximem as pessoas das coletividades e clubes nos bairros e nas freguesias.-----

----- A aplicação do PDM e de outros instrumentos ao serviço da especulação imobiliária, a venda a retalho e ao metro de património e território municipal, o desmantelamento de freguesias, a privatização de serviços através do expediente da externalização e drástica redução de serviços e trabalhadores designadamente na vertente operária: calceteiros, jardineiros, limpeza e higiene urbana, manutenção mecânica, são realidades evidentes que aqui colocamos e que afetam a cidade. -----

----- Estamos contra o abandono da resolução dos problemas das realidades sociais, o agravamento da vida quotidiana das famílias, as diferenças enormes e prejudiciais das dotações do Orçamento com subida evidente para as áreas de imagem e de propaganda.

----- O nosso voto será contra umas Grandes Opções do Plano e um Orçamento ao contrário do que interessa verdadeiramente a Lisboa, contra propostas, taxas e outros encargos que irão agravar a vida das pessoas. Nós lutamos por Lisboa rejeitando instrumentos que são organizados e apresentados pelo PS e pela maioria de António Costa mais uma vez contra a realidade dos bairros e das freguesias e dos problemas imensos em que os lisboetas se debatem e que os afetam todos os dias.-----

----- Quanto ao Orçamento temos discordâncias profundas face às principais operações orçamentadas, como já aconteceu no passado o Orçamento fundamenta-se em algumas operações financeiras e ou patrimoniais remetendo para segundo e terceiro plano questões essenciais relativas à qualidade de vida, ao funcionamento da cidade, à habitação e ao emprego. O Orçamento global para 2015 é superior ao que foi executado em 2013 salientando-se acréscimos estimados na venda de bens e prestação de serviços, mais 57 milhões, e na cobrança de impostos diretos, mais 48 milhões.-----

----- Do lado das despesas as grandes oscilações estão na redução de 18 milhões nos custos com pessoal, por motivo das transferências para as Freguesias. Verifica-se um grande crescimento na aquisição de bens e serviços correntes que passa de 98 para 128 milhões, ou seja, uma variação percentual de mais 25% como prova na aposta de externalização em vez de privilegiar os meios e recursos internos. -----

----- As alterações nos eixos dificultam a comparação com orçamentos anteriores e estamos obviamente abertos à revisão, mas a leitura do que foi possível avaliar e comparando com o Orçamento de 2014, que era o que estava, digamos, à mão e devia ser comparado, destaque-se o crescimento da A-2- Governação próxima e participada, que passa de 43 milhões para 87 milhões. Para que fim se destina tão elevado aumento? Perguntamos ao Senhor Vice-Presidente da Câmara.-----

----- É claro que há rubricas que aparecem efetivamente, a D-1-Cidade de reabilitada e reabilitada objetivamente com menos 10 milhões. Dirá o Senhor Vice-Presidente que é as transferências para as Freguesias. -----

---- A D-2- Espaço Público Amigável menos 7 milhões: a C-5- Cidade Solidária, Intergeracional e Coesa menos 5 milhões; e a E-1- Cidade da Cultura e da Criatividade com menos 9 milhões.-----

----- Esta é a realidade dos números, é uma evidência que a resolução orçamental nestas rubricas reduz a intervenção em áreas fundamentais que referimos anteriormente continuando a política anterior de alienação do património também este Orçamento projeta a venda de património municipal com consequências futuras na gestão da cidade.-----

----- A Tabela de Taxas anexa ao Orçamento apresenta valores semelhantes ao Orçamento anterior, com exceção das novas taxas criadas, Proteção Civil e Taxa de Turismo. Votaremos também contra o Orçamento e as taxas propostas. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Antes de me centrar na análise das propostas que hoje temos em mãos gostaria de registar que o Bloco de Esquerda entregou ontem e, portanto, tem agendada na Ordem de Trabalhos uma proposta de Recomendação relacionada com uma das propostas de Taxa, é a Recomendação nº. 5/53.”-----

----- (A Recomendação nº. 5/53 é anexada à presente ata como anexo XVI e dela faz parte integrante);-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra continuou a sua intervenção:-----

----- “A Recomendação nº. 5/53 e recomenda à Câmara Municipal de Lisboa a revogação da decisão da criação do Fundo de Desenvolvimento Turístico de Lisboa, sobre o qual me irei pronunciar mais adiante. Acrescento que a proposta tem um lapso, refere que a proposta da Câmara é o número 730 e na realidade é a 744 porque houve uma alteração e, portanto, solicitamos à Mesa esta correção.-----

----- Registamos também que a Senhora Presidente informou previamente que irá colocar a admissibilidade desta proposta à votação do Plenário. Apelamos seriamente a que não o faça porque seria, no nosso entender, um gravíssimo precedente antidemocrático nesta Assembleia e ao qual nos iremos opor veementemente e cujos argumentos iremos expor caso avance nesse sentido.-----

----- Posto isto e retomando a discussão em curso gostaria de registar algumas das palavras iniciais do Senhor Vice-Presidente, disse-nos o Senhor Vice-Presidente no início da sua intervenção que a Câmara Municipal de Lisboa é campeã da fiscalidade baixa. Não sendo verdade esta coroação auto-proclamatória, o que distingue uma boa de uma má gestão, um bom Orçamento ou um mau Orçamento, um bom Plano de um mau Plano, é a justiça e a progressividade fiscal, a forma donde resulta a receita, mas sobretudo onde são aplicadas essas receitas e onde são feitos os investimentos e é dessas taxas e desses tarifários que vos falarei de seguida.-----

----- Este ano estas taxas e tarifários assumem particular relevância, não só mediática por força de um Ministro do CDS mais animado, mas sobretudo porque o Executivo reformulou profundamente este sistema incluindo a criação de novas taxas e é disso que temos estado a tratar. Naturalmente esta reformulação é o resultado de uma definição política e é sobretudo sobre uma estratégia, sobre um programa e é sobre ele que nos concentraremos.-----

----- O Executivo Municipal adotou esta ano uma postura de mimetização do Governo, “vamos eliminar algumas taxas”, na linguagem do Governo “repor alguns dos cortes, mas teremos que criar outras taxas”, na versão governamental a Fiscalidade Verde, mas

isto no final dá tudo resultado igual, é uma péssima estratégia porque não resolve o problema da necessidade de recitas por parte do Município, tão necessárias para resolver problemas estruturais, mas sobretudo é uma decisão errada porque não corrige as injustiças fiscais de quem vive e trabalha em Lisboa e por isso agrava a desigualdade.

----- Abordarei primeiro a proposta 741 sobre o tarifário do serviço de saneamento e águas residuais e a gestão de resíduos urbanos, o Executivo concentra toda a sua argumentação na criação destas taxas com a imposição por parte da ERSAR, Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, discordamos totalmente deste argumento até porque a própria Associação Nacional de Municípios Portugueses, a qual integramos e muito bem, se pronunciou por motivos de constitucionalidade contra as normas que a Câmara Municipal agora evoca como regra sagrada e indiscutível para aplicar um novo tarifário de saneamento a impor aos lisboetas. A imposição deste novo tarifário não resolve o problema essencial do saneamento na cidade de Lisboa que se baseia como sabem numa rede antiga, deteriorada, obsoleta e muitas vezes sem capacidade de resposta, este problema cruza-se obviamente com a rede de drenagem que tantas vezes aqui discutimos e que ciclicamente coloca a cidade de Lisboa em estado de sítio com cheias e inundações. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa não consegue responder a este problema que implica obviamente um investimento muito pesado na modernização da rede e sobretudo aponta e tem apontado, o Senhor Presidente, para um caminho facilitista de venda da renda em baixa à EPAL, esse é o caminho da desresponsabilização e é claro que é caminho que conduz a maiores custos para os consumidores que verão as suas faturas aumentar no final de cada mês. -----

----- Relativamente ao tarifário do serviço dos resíduos urbanos segue o mês caminho, desta vez com a responsabilidade do Governo PSD/CDS, é a lógica do consumidor/pagador aplicado a um serviço público essencial para uma vida de uma cidade moderna! Os custos aumentam então responsabilizemos os consumidores ou os beneficiários desse serviço, mas não são apenas os custos que aumentam, é também a renda garantida aos grupos privados a quem o Governo entregou parte deste setor, contra a vontade dos Municípios, é certo, os Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, Passos Coelho e Paulo Portas entregaram a EGF, ao Grupo Mota-Engil, como sabem a EGF é a detentora da VALORSUL que é a responsável pelo tratamento de resíduos urbanos de vários Municípios, incluindo os da nossa cidade, da cidade de Lisboa, mais taxas para pagar mais caros os serviços essenciais privatizados. -----

----- Mas as taxas novas não se ficam por aqui, o Executivo apresenta-nos também a criação da Taxa Municipal de Proteção Civil, diz-nos a própria proposta 742 e cito: esta taxa refere-se ao serviço público prestado pelos diversos agentes de Proteção Civil, nomeadamente prevenção de riscos coletivos, atenuação desses riscos, socorro e assistência a pessoas, reposição da normalidade da vida das pessoas. Muito bem, com certeza, é para isso que serve um serviço de Proteção Civil! E acrescenta ainda: a Taxa Municipal de Proteção Civil que se visa criar tem funções idênticas às de um prémio de seguro, servindo para custear os meios que o Município de Lisboa coloca diariamente à disposição dos munícipes. Mais uma vez a lógica do consumidor/pagador a subverter a interpretação do que é e deve ser um serviço público universal e indivisível como é a prevenção, a atenuação de riscos e a prestação de socorro no âmbito da Proteção Civil.

----- O financiamento da Proteção Civil e em particular do Regimento de Sapadores Bombeiros deve ser garantido independentemente da capacidade cobradora do Município relativamente a esta nova taxa, aliás refira-se que a gestão do Regimento de Sapadores Bombeiros e o seu financiamento não se resolve com a criação de esta taxa ou de outras taxas, são necessárias medidas mais profundas que implicam com o

equipamento disponível, com a progressão de carreiras, com a formação e a admissão de novos elementos, foi isso que também ouvimos na reunião da Comissão com os Sindicatos e os representantes dos bombeiros do Regimento de Sapadores Bombeiros. A decisão recentemente tomada de dismantelar o quartel de bombeiros e que há pouco a discutíamos, o Quartel de Bombeiros do Colombo, o mais moderno e mais bem apetrechado, onde aliás está instalada uma moderníssima central de telecomunicações, o cérebro da Proteção Civil de Lisboa e que custou há poucos anos 12 milhões de euros, o dismantelamento deste quartel não ajuda com certeza a uma boa gestão dos recursos de proteção civil na cidade de Lisboa. -----

----- Para terminar, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, gostaríamos de nos pronunciar sobre a mais polémica destas novas taxas, a Taxa Municipal Turística, este é o melhor exemplo de como a opção política e programática deste Executivo transforma o que poderia ser uma boa ideia, que seria fazer com que quem visita a cidade de Lisboa em turismo que possa contribuir financeiramente para o Município, uma boa ideia se transforma numa proposta desastrosa! É desastrosa porque é injusta e cobra o mesmo valor por dormida a um jovem que fica em dormitório num hostel, cobra o mesmo a um executivo que fica numa suite num hotel de 5 estrelas! No primeiro caso a taxa pode representar 10% do valor da dormida e no segundo pode representar 0,2%, cobrar mais a quem tem menos e menos a quem tem mais! -----

----- É também desastrosa porque impõe no Aeroporto de Lisboa uma espécie de portagem feudal, o senhor da terra, que obriga o turista que chega ao país e que vai passar férias a um concelho limítrofe, não no Concelho de Lisboa, vai para Cascais ou para Sintra, ou para Sesimbra, a pagar a portagem feudal. É desastrosa também porque na articulação com a ANA, e ela própria invocou desconhecimento total e absoluta sobre os passageiros que preenchem os requisitos da taxa turística municipal levantando inclusivamente várias reservas de ordem legal e constitucional sobre a aplicação desta taxa, mas esta iniciativa do Executivo Municipal é sobretudo desastrosa quando destina as receitas da taxa turística a um fundo que chamou de desenvolvimento turístico de Lisboa, o tal fundo sobre o qual apresentamos a nossa recomendação e que também estamos disponíveis para discutir convosco. -----

----- Afirma a Câmara Municipal de Lisboa que este fundo serve para financiar e cito exclusivamente os investimentos e ações prioritárias que serão identificados em concertação com os agentes do sector, e acrescenta, que se regerá por um modelo de gestão acordado com os agentes do setor e que terá a participação destes na definição das prioridades e acompanhamento da execução das receitas, os agentes do setor. Garante também que o fundo será financiado por uma taxa turística, esta taxa turística ou por outras receitas próprias do Município de Lisboa no montante igual ou superior àquela. -----

----- Resumindo, a Câmara Municipal de Lisboa cria uma nova taxa para financiar um fundo que será administrado em parceria e num modelo de gestão com os agentes do setor. A Câmara Municipal de Lisboa conseguiu assim reinventar o conceito Orçamento Participativo, agora numa versão de luxo só para agentes do setor. -----

----- Para os cidadãos de Lisboa em 2014 disponibilizou 2, 5 milhões de euros, mas para o grupo MELIA, para o IBIS, para as Viagens Abreu ou a Top Atlântico a Câmara Municipal abrirá os cordões à bolsa e disponibilizará 18,8 milhões de euros, é não só desastroso como inaceitável do ponto de vista democrático que os agentes do setor decidam e participem na definição das prioridades de investimento da Câmara Municipal de Lisboa. Na cidade de Lisboa as prioridades têm que ser decididas por quem foi eleito para o fazer e são esses que têm que responder perante as suas responsabilidades, perante a emergência da reabilitação urbana não são os agentes do

setor que têm que tomar decisões, perante a crise social e os índices de pobreza na cidade de Lisboa quem tem que responder não são os agentes do setor, perante a necessidade de defender a mobilidade urbana e o serviço público de transportes não serão os agentes do setor a assumir essas responsabilidades, perante as respostas que é necessário dar para uma cidade participada e democrática quem tem que responder são os eleitos e é para isso que aqui estamos e aqui estamos a assumir as nossas responsabilidades.-----

----- Esta proposta é desastrosa e por isso não contará com certeza com o voto do Bloco de Esquerda.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigada Senhor Deputado.-----

----- Tem um pedido de esclarecimento da Bancada do Partido Socialista, o Senhor Deputado Municipal João Pinheiro.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS)** no uso da palavra fez o seguinte Pedido de Esclarecimento:-----

----- “Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles, escutei atentamente a sua intervenção e focando-me particularmente na questão da taxa turística perguntava se o Senhor Deputado Municipal não acha que o valor que anualmente a Câmara tem que canalizar para investimentos e despesas relacionadas com o incremento e a qualificação da oferta turística, não esquecendo que Lisboa é neste momento, e esperemos que se mantenha durante muitos anos um destino turístico internacional preferencial, portanto, tem patamares e níveis de qualidade a atingir e manter, se não acha mais justo que esses patamares e níveis de exigência sejam também financiados pelos visitantes estrangeiros que usufruem desses serviços específicos, dessa oferta específica para os turistas do que a população de Lisboa que em primeiro lugar nós aqui também representamos.-----

----- A segunda questão que lhe coloco é se vê algum inconveniente que os Órgãos Autárquicos eleitos dialoguem permanentemente com associações representativas de setores económicos de atividade e se desse diálogo resultarem boas propostas para o interesse comum boas propostas para o cumprimento dos interesses das populações, dos interesses dos territórios que esses Órgãos Autárquicos eleitos democraticamente representam, se isso traz algum desconforto e se torna uma proposta que visa estes objetivos numa proposta desastrosa?”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra respondeu ao Pedido de Esclarecimento:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Municipal João Pinheiro, agradeço-lhe sinceramente a pergunta porque me permite ser um pouco mais claro sobre a nossa posição.-----

----- É exatamente isso! Nós entendemos que essa receita faz muita falta ao Município de Lisboa, aliás na reunião que tivemos preparatória do Orçamento com o Senhor Vice-Presidente apresentámos oito propostas, oito eixos prioritários onde deveria haver investimento na cidade de Lisboa e como consequência que deveria haver receitas e as receitas poderiam vir do turismo, não desta forma mas de uma forma equilibrada, como como o referi, mas a questão fundamental aqui e a que coloca é sobretudo essa, que é o Executivo e o Partido Socialista entendem que estes 18,8 milhões devem ser entregues a um fundo que é gerido pelos próprios interessados e beneficiários da taxa de turismo e, portanto, eu percebi o que é que disse, disse que estes agentes do setor devem poder pronunciar-se sobre as infraestruturas de investimento, pois eu acho que a cidade tem que continuar a ser atrativa para os turistas, mas a cidade precisa de muito mais do que atratividade para os turistas que ela própria já tem pela sua beleza natural, pelas suas infraestruturas, pelas suas características próprias e climáticas.-----

----- Mas nós entendemos que a cidade precisa de muitas outras coisas, entendemos que quando for preciso decidir uma pista ciclável não devem ser os agentes do setor a dizer que deve ligar Belém a Algés porque é uma zona simpática para os turistas passearem, deve ligar as escolas de Benfica e as infraestruturas na Ameixoeira para as crianças dessa zona poderem andar em segurança. Quando for necessário decidir novos espaços verdes era importante que nos Olivais e que no Beato possa haver iniciativa de cidadãos que possam convergir com o Executivo para ter novos espaços verdes e os agentes do setor a decidirem novos espaços verdes em frente ao lobby dos seus hotéis, por isso é que achamos que este fundo faz muita falta mas devem ser os eleitos, o Executivo Municipal a decidir onde é que esse fundo é investido, isso é que é a democracia, não é entregar, não é fazer de cobrador do fraque, o que o Executivo Municipal está a propor é ser o cobrador do fraque, está à porta do Aeroporto de Lisboa, está à porta dos hotéis de Lisboa de mãos estendidas a pedir um euro para que sejam feitas mais infraestruturas para os turistas de Lisboa, isso nós não estamos de acordo de maneira nenhuma!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo (PS)** no uso da palavra fez a seguinte declaração: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa, Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Caras Deputadas e Deputados Municipais. -----

----- Encontramo-nos aqui hoje para discutir e aprovar o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para o quadriénio de 2015/2018, trata-se de um momento fundamental da vida da cidade e deste Órgão Autárquico que permite perspetivar as principais linhas de atuação da atual equipa. Uma vez que nos tempos mais recentes tantas e tão frequentes foram as declarações de Membros do Governo e da maioria sobre o projeto de desorçamentação da Câmara Municipal permitir-me-ia também eu estabelecer algum tipo de comparação entre aquilo que entendo serem os aspetos positivos e os dados mais emblemáticos da política orçamental e fiscal do atual Executivo e o que de alguma forma tem vindo ou não tem vindo a ser feito pelo governo do país.-----

----- Sublinharia antes de tudo a aposta da maioria PS e dos seus aliados na descida continuada e persistente da dívida do Município e afastaria totalmente a ideia já aqui veiculada de que existiu neste resultado algum bónus ou alguma ajuda por parte do Governo no tratamento do dossier da alienação dos terrenos do Aeroporto. Não podia ser mais gritante a diferença para com a evolução da dívida do país que deverá terminar este ano em 122% da riqueza anual produzida em Portugal. -----

----- Destacaria também o compromisso já referido que se manterá de assegurar uma fiscalidade atrativa, amiga das empresas e das famílias, consubstanciada em taxas reduzidas e competitivas de IMI e de IRS por contraste manifesto com o confisco fiscal o Governo tem condenado os portugueses e que também na economia da cidade não deixou de ter um impacto profundamente negativo com a destruição de milhares de postos de trabalho. Quero enfatizar a gestão rigorosa e equilibrada das despesas com pessoal que em tudo difere da senha persecutória do Governo contra os funcionários públicos e os agentes do Estado e não posso deixar de referir a continuação do esforço de controle e de redução de despesa corrente do Município por contraste flagrante com a rábula das gorduras do Estado, do Estado gordo, do Estado anafado, do Estado prenhe de problemas metabólicos, tantas vezes invocados e nunca resolvidos pelo Governo PSD/CDS.-----

----- Da análise do Orçamento e das Grandes Opções do Plano ressalta a aposta nas funções essenciais da Câmara no investimento, na reabilitação de que vários exemplos já foram aqui dados ao longo do debate, na frente ribeirinha, por contraponto ao

Governo que preconiza e defende o abandono de funções essenciais do Estado na saúde, na educação e na segurança social. -----

----- A Câmara e a sua equipa prosseguem decididamente a aposta no setor do turismo enquanto setor da maior relevância para a economia da cidade e cria condições para a construção e melhoria de estruturas e equipamentos que mantenham a cidade competitiva e atrativa face às suas concorrentes, ao contrário do Governo que não baixa o IVA da restauração e avança com um processo atabalhado de privatização da TAP, que poderá se não acautelado em todas as condições resultar num prejuízo sério para a cidade e para a galinha dos ovos de ouro que agora não se cansam de incensar. -----

----- O Executivo Municipal cria com este Orçamento condições de sustentabilidade para evitar o retrocesso aos anos de gestão municipal do PSD, da dívida a fornecedores descontrolada, da explosão dos limites de endividamento, do investimento nulo e da ausência de rumo e faz tudo isto enquanto o Governo persiste de forma cega e irresponsável em acertar um golpe fatal à Câmara e aos lisboetas ao insistir na extinção do IMT a partir de 2016 sem equacionar nem propor qualquer fonte de receita alternativa, o que equivaleria a privar a Câmara Municipal de Lisboa em mais de 100 milhões de euros, em valores de 2014, e paralisar completamente o Município. -----

----- Este Orçamento e o sentido de responsabilidade e de realismo que lhe são inerentes são por último uma condição fundamental para a Câmara que com a sua situação financeira sólida, equilibrada e sustentável possa acolher no futuro próprio competências decisivas em matéria de gestão dos transportes públicos que o Governo insiste com evidente prejuízo para os lisboetas e os utentes em geral entregar aos privados. -----

----- Diria Senhora Presidente, para terminar, que com este Orçamento e estas Grandes Opções do Plano os lisboetas têm bons motivos para acreditar que esta equipa e o programa com que esta equipa se apresentou às últimas eleições e que recolheu amplo apoio por parte dos lisboetas possa continuar a ser executado e realizado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra o último Senhor Deputado Municipal inscrito nesta ronda que é Senhor Deputado Municipal Nunes da Silva dos Independentes, depois usará da palavra o Senhor Vice-Presidente a finalizar esta ronda e teremos uma terceira ronda onde temos neste momento quatro Deputados inscritos na terceira e última ronda nesta fase.” -

----- **O Senhor Deputado Municipal Nunes da Silva (IND)** no uso da palavra fez a seguinte declaração: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, Caros Colegas, público em geral, muito boa-noite. -----

----- Eu resolvi intervir apenas por duas coisas e um pouco motivado não só pela forma truculenta e habitual com que o nosso amigo e Deputado Victor Gonçalves intervém nestas matérias, mas também pela forma como algumas respostas foram dadas, como se o problema se tratasse de comparar o Governo do país com o governo da cidade de Lisboa, espero que para o ano possamos comparar isso de uma forma mais clara, penso que aqui neste momento não é a altura de o fazer ou pelo menos de nos centrarmos apenas nisto, o combate político em relação a esta questão do Orçamento. -----

----- E há uma coisa que para mim é absolutamente essencial nesta matéria e essa questão é que o modelo do financiamento dos Municípios em Portugal está completamente ultrapassado face à realidade social e económica que nós vivemos no país e essa é que é a grande questão de fundo que aqui está! Isto foi mais ou menos sendo ultrapassado e sendo, não tornado de uma forma extremamente evidente porque os primeiros que sofreram essas consequências para os Municípios do interior, foram os

Municípios que tiveram regressão económica ou despovoamento mais rápido e só agora quando o mercado imobiliário parou da forma abrupta como parou nos Municípios principais e só quando é que o próprio crescimento económico se tornou em decréscimo e em recessão, só quando o Estado deixou de suportar grandes investimentos públicos nos grandes Municípios e basta ver o que é que foram os 75 mil milhões de euros gastos nos sistemas de transportes na Área Metropolitana de Lisboa em 20 anos, só quando isso parou é que os Municípios como Lisboa e outros da mesma dimensão e importância se aperceberam que o modelo estava completamente esgotado, isto é um modelo que tinha uma parte significativa das receitas municipais associados ao crescimento demográfico, associados ao crescimento económico, associados à expansão urbana e ao crescimento do imobiliário, do mercado imobiliário e às construções novas, é evidente que acabou por estar condenado ao fracasso e a partir do momento em que o Governo não pôde vir em socorro desses Municípios fazendo boa parte das obras que eles necessitavam, quer diretamente, como foi por exemplo no caso da Expo, com toda a intervenção no sistema de transportes na cidade de Lisboa, quer seja através de programas como o Pólis 21 e outros que permitiram aos Municípios financiamento para desenvolverem programas nessas mesmas áreas, quando isso estancou esses Municípios ficaram sem meio de poderem responder àquilo que são as aspirações da sua população e às necessidades dos próprios Concelhos. -----

----- Meus amigos, só há duas formas de ultrapassar esta matéria, a primeira é alterar a Lei que regulamenta o financiamento dos Municípios e começarem a discutir de uma forma tranquila, mas de uma forma muito objetiva que de facto nós não podemos ter competências que são iguais para todos os Municípios portugueses mas que têm no seu exercício custos completamente diferentes de Município para Município e, portanto, isso exige uma forma e uma abordagem diferente acerca desta matéria, e enquanto esta Lei não for alterada só há uma forma de no meu ponto de vista equilibrada e equitativa de resolver o problema para fazer face à quebra brutal das receitas que a Câmara Municipal teve derivada da paragem do mercado imobiliário, pelo menos da construção nova, da maneira como o estávamos a ver e o próprio crescimento económico, e essa forma é fazer pagar os serviços pelo seu justo valor, isto é, fazer com que todos aqueles serviços que são suscetíveis de uma quantificação objetiva para que possam ser cobrados ao seu valor, com, obviamente, as preocupações sociais que a Câmara tem vindo a demonstrar em criando alternativas para quem não possa pagar nessa matéria e foi isso que esta Orçamento fez! -----

----- Eu posso estar de acordo ou em desacordo com algumas das taxas, posso estar de acordo ou em desacordo com ter só estas taxas ou dever ter ainda mais taxas, mas há uma coisa que é absolutamente inegável, é que perante a situação que tínhamos dos dois caminhos possíveis só este nos restava porque a Lei não foi alterada o Governo não pensou que isso era uma questão fundamental de ajustar face à crise que o país vivia e perante isto aquilo que foi feito foi um trabalho de uma seriedade e de uma qualidade técnica absolutamente notáveis, e não queria deixar de o referir aqui publicamente e de felicitar quer o Senhor Vereador e Vice-Presidente Fernando Medina, quer a sua equipa mais próxima quer os serviços que lhe permitiram quantificar da maneira tão clara, tão objetiva e com a qualidade com que nos apresentou não só aquilo que era suscetível de colocar nas taxas como aquilo que deveria ser a sua incidência e perante isto não há duas ou três posições, perante isto há uma posição realista que poderá ser corrigida assim que tivermos um outro tipo de enquadramento legal para as finanças municipais ou então é meter a cabeça na areia e caminhar para o precipício. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra o Senhor Vice-Presidente que pediu a palavra para encerrar esta ronda.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Senhores Deputados Municipais, queria começar por responder ao Senhor Deputado Municipal do PCP relativamente às questões que colocou sobre as verbas e as rubricas e a explicação relativamente a alguns valores.-----

----- O fundamental das explicações para estas oscilações na distribuição prende-se precisamente com o processo da transferência de competências para as Juntas porque no Orçamento passado foi elaborado antes da celebração dos autos e antes até da determinação pela Assembleia Municipal do que é que eram os espaços estruturantes, quais os critérios depois a seguir para a transferência dos recursos humanos, etc., e por isso não se sabia com rigor, sabia-se o montante da receita, sabia-se o total da despesa, não se sabia exatamente em que rubricas é que ela se distribuía.-----

----- Após celebração dos autos ficamos a conhecer exatamente e depois da efetivação da transferência dos recursos humanos, ficamos a saber exatamente em que rubricas é que essa despesa está, por isso é que há uma diminuição dessas rubricas e há uma concentração dessa despesa numa rubrica que é a rubrica de transferências para as Juntas de Freguesia que está no eixo da Lisboa Mais Próxima da Governação Próxima Participada e por essa razão é que esta rubrica tem um aumento desproporcionado, é um aumento contabilístico que é a saída da despesa que estava espalhada pelas rubricas do Plano de Atividades e que fica ali concentrada, por que razão? Porque a Lei obriga-nos a que a receita e a despesa, apesar de já não ser executada pela Câmara esteja inscrita no Orçamento da Câmara, porque os impostos são receitas da Câmara que ficam cativos e são distribuídos diretamente para as Juntas de Freguesia mas têm que ser executados, tem que ser dada a execução da recita da Câmara e a despesa também, agora através de uma única rubrica e é isto que explica até a Lei ser alterada, que o Orçamento da Câmara tem 68 milhões a mais na receita e 78 milhões a mais na despesa face àquilo que é realmente executado.-----

----- É por isso que algumas rubricas aparentemente no seu global parece que têm uma diminuição relativamente à sua diminuição mas expurgado o efeito das Juntas isso pura e simplesmente não acontece. Vou-lhe dar um exemplo, na rubrica C-5 no eixo c-Lisboa Inclusiva, onde tem Cidade Solidária Intergeracional e Coesa aparece a rubrica com uma diminuição total de 4,9 milhões, mas na prática isto resulta do quê? Da diminuição de 1,16 do Programa Praia/Campo, que é das Juntas de Freguesia, de menos 895 no Programa de Idosos também passou para a Junta de Freguesia e de 3 milhões 548 que também é da Creche e que passou para as Juntas de Freguesia e por isso isto acontece aqui e acontece noutras zonas do Plano, por exemplo na rubrica C-3- nos Direitos Sociais-Prevenção das Dependências.-----

----- Há depois um outro conjunto de alterações que o Senhor Deputado Municipal questionou que têm outra explicação, por exemplo na área da Cidade Reabilitada e Reabitada o que se passa é uma diminuição da rubrica relativamente à expetativa de pagamento do Braga Parques, isto é, quando foi feito o Orçamento o ano passado estimou-se, foi antes da renegociação financeira do acordo e por isso a estimativa era uma estimativa que não incorporou os benefícios que depois conseguimos obter na negociação do acordo de pagamento e por isso há aqui esta diminuição.-----

----- Relativamente à área de espaços públicos fundamentalmente são as boas notícias das conclusões das obras, basicamente o que aqui temos é a conclusão da Ribeira das Naus, a conclusão da reabilitação de espaço público no valor de 3 milhões e meio de

euros de reabilitação de espaço público no PIPARU, as ruas da Mouraria com menos 969 mil euros e a execução do programa Viver Marvila. -----

----- Do lado da Cidade da Cultura e da Criatividade duas diminuições relacionadas com a execução de equipamentos, por isso relativamente ao Capitólio, menos 3,2 milhões por execução da obra e menos 2,7 de reabilitação de outros equipamentos no âmbito do PIPARU e depois uma redução, que é uma redução positiva que decorreu do facto, uma redução de cerca de 1,6 milhões de euros na despesa que decorreu do facto de se ter conseguido demonstrar a alteração do regime fiscal, ao qual estava sujeita a transferência da Câmara para a EGEAC e deixou de haver liquidação de IVA, portanto, deixamos de ter um custo fiscal, houve uma poupança de 1, 6 milhões de euros em impostos que digo é uma mudança importante, neste caso permitiu-nos aumentar a atividade mas é uma diminuição que tem um sentido benéfico e não um sentido que à primeira vista faria supor.-----

----- Gostava em segundo lugar de responder relativamente à questão das taxas e apurarmos a assunto de forma clara. Dizem os Senhores Deputados Municipais que as taxas são mãos progressivas que o sistema de impostos, é verdade, é verdade que o são, agora é preciso ter muito clara qual é a orientação e o enquadramento sobre o qual está colocada o financiamento da Administração Local e o financiamento da Administração Local, e há pouco acabei de referir expressamente o que é a Lei das Finanças Locais no seu texto mais, talvez no seu parágrafo mais emblemático, é que aponta para a necessidade de uma repercussão através de taxas da generalidade dos serviços que são prestados pelos Municípios e este é o modelo com que qualquer Município do país se confronta, com que todos os Municípios do país se confrontam, aliado àquilo que o Presidente António Costa já aqui várias vezes enunciou, que é o facto de Portugal ser dos países no qual a participação dos Municípios na receita tributária nacional é mais baixa e por isso o modelo que está instituído no nosso país é um modelo de progressivamente haver um alargamento das áreas que são financiadas através de taxas municipais. -----

----- É isso aliás que tem justificado que a generalidade dos Municípios tenham avançado para estes sistemas de taxação e é talvez por esta razão que o Senhor Deputado Municipal do Bloco de Esquerda possa não conhecer, mas a verdade é que quando o Bloco de Esquerda teve oportunidade de ser Poder Autárquico no país, em Salvaterra de Magos, enfrentou precisamente esta situação e teve que fazer um aumento significativo das taxas de resíduos sólidos urbanos, dizia na altura a Vereação do Bloco de Esquerda que “a decisão tem em conta a necessidade de aproximar os valores das despesas dos valores das receitas”, referindo que “as tarifas não eram aumentadas e que o Município está a ter encargos insuportáveis, foi uma proposta muito ponderada e mesmo assim não vai cobrir todas as despesas da Autarquia.”. Isto foi a Vereação do Bloco de Esquerda no único local e quando foi poder! Mas podia ser repetida por Vereações de todos os partidos em todos os Municípios do país na generalidade dos Municípios porque o modelo e o constrangimento que está colocado é semelhante!-----

----- Apesar de tudo tivemos uma forte preocupação que da introdução deste modelo e da expansão deste modelo, peço desculpa, corrigindo, não é da introdução, é da expansão deste modelo no Município de Lisboa fosse feita com uma grande preocupação de equilíbrio social e é por esta razão, repararão, que do ponto de vista dos impactos tarifários o impacto conjugado da criação de uma mova tarifa de resíduos sólidos urbanos autónoma, que a Câmara Municipal de Lisboa não dispunha com a repercussão total de custos na tarifa de saneamento, significa para as famílias de mais baixo rendimento uma diminuição face àquilo que as famílias pagam hoje, diminuição face àquilo que as famílias pagam hoje. Porquê? Porque a Câmara Municipal de Lisboa

não tinha nas tarifas de saneamento uma tarifa social e aí a nossa criação e a nossa preocupação foi criá-la com critérios que fossem o mais abrangentes possíveis, porque não só é termos essa tarifa social que atenuasse o efeito desta criação, mas também fundamentalmente que ela tivesse o seu verdadeiro papel de mitigar os efeitos relativamente aos grupos mais desfavorecidos e volto a visar, e permitam-me que repita, o resultado para as famílias de mais baixo rendimento de operação de alargamento e de conformidade legal a que o Município está sujeito na filosofia geral da Lei, mas também na letra da Lei nesta área, significará uma redução das tarifas para as famílias de mais baixos rendimentos, uma manutenção ou até redução das tarifas para as famílias numerosas, porque até agora a Câmara Municipal de Lisboa não dispunha de tarifários para famílias numerosas na sua tarifa de saneamento, e aumentos que são aumentos contidos relativamente ao universo geral dos munícipes da cidade de Lisboa. -----

----- A terceira e última questão sobre a questão da Taxa Turística, eu creio que do ponto de vista da sua justificação me parece da sua elementar justiça que ela possa ser feita num quadro aliás que foi aqui salientado, em que não existe participação, em que a capacidade do Município de captar receitas da parte de não residentes no Município é tão diminuta dada a estrutura do sistema fiscal, parece-me aliás que temos um esforço bem conseguido do ponto de vista de termos locais diferentes de liquidação desta taxa e valores modestos da sua cobrança e também um escopo muito alargado do ponto de vista do âmbito das isenções para precisamente cometer o menos erro possível sobre a taxação de turistas que encontramos aqui de uma forma, diria eu, importante, não é inovadora, várias cidades europeias fizeram o mesmo, de encontrar os recursos necessários para continuar a investir na sustentabilidade do turismo.-----

----- Fazemo-lo através do fundo com uma aposta clara na manutenção do esforço de parceria com o sector, indiscutivelmente é uma prioridade e é uma prioridade assumida porque creio que qualquer observador isento tem que reconhecer que se vários elementos contribuíram para o sucesso hoje de Lisboa enquanto destino turístico, vários deles externos ao Município e decorrentes de alterações no turismo internacional, outros de âmbito de atuação da Câmara, é verdade que uma parte importante do êxito que nós temos no turismo se prende com a capacidade que o Município tem de há muito tempo ter uma parceria estruturada no sector através da Associação de Turismo de Lisboa. Eu acho que é de elementar justiça reconhecer que temos um modelo institucional que funcionou, que houve capacidade de o manter ao longo do tempo e é um ativo que a cidade deve saber preservar, e é por esta razão que insistimos que as verbas da Taxa Turística ou o equivalente às verbas da Taxa Turística sejam decididas em parceria com o setor, não deixa de ser uma taxa municipal naturalmente, não deixa de ser uma receita municipal, é uma receita municipal, agora deve ser discutida, deve ser debatida como múltiplos aspetos o são na governação da cidade, e gostava de descansar o Senhor Deputado Municipal do Bloco de Esquerda, nós estamos a tratar de uma taxa turística, como é evidente espero que haja ampla convergência, não haverá seguramente divergência nas posições da Câmara face aquilo que venham a ser as decisões finais, mas que está muito longe de esgotar o que é a capacidade de investimento da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- O investimento, onde indiscutivelmente que o grosso da fileira de investimento da Câmara Municipal de Lisboa não terá origem na Taxa Turística, até pela própria dimensão que tem e pela própria dimensão das necessidades de investimento do Município. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
-----“Muito obrigada Senhor Vice-Presidente.-----

----- Vamos entrar na última ronda de intervenções, temos quatro Senhores Deputados Municipais inscritos e depois o Senhor Presidente da Câmara.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte declaração: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente da Assembleia. Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, desta vez tem o prazer de o ter, Senhores Vereadores e Senhoras e Senhores Deputados Municipais. É que como é raro, eu não quis deixar de salientar esse facto!-----

----- Temos perante esta Assembleia, perante o Parlamento da Cidade, a proposta relativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal, além das propostas para as Taxas de Saneamento, de Resíduos Urbanos, de Proteção Civil e Turística, acrescidas a estas da proposta para a correspondente Tabela de Taxas Municipais e a sua avaliação suscita-nos desde logo as maiores dúvidas e perplexidades, dúvidas nas opções estratégicas e de investimento, perplexidades no quase abandono a que se vota o âmbito da ação social. -----

----- De facto com base numa muito discutível legação da deterioração da receita estrutural, para além de o enfrentar dos resultados de uma crise causada pelos desmandos da anterior governação do Estado, pouco mais é do que especulações quanto à eventual abolição do Imposto de Transações, sem correspondente acréscimo de receitas do IMI por via das reavaliações patrimoniais. -----

----- Do que não há dúvida é que perante a situação deprimida que nos causaram, mas que felizmente à custa do sacrifício de todos nós se encontra em recuperação, é premente avançar na redução da despesa do Município e não continuar a criar novos e mais relevantes encargos, como os decorrentes das opções camarárias, opções camarárias, relativamente à Braga Parques ou à inopinada dissolução da EPUL.-----

----- A insistência na queixa de um grandes esforço na devolução às famílias ao longo do mandato de 176 milhões de euros esbarra no conhecimento que essa mesma verba é a diminuição do serviço da dívida que se obteve pela venda ao Estado dos terrenos do Aeroporto e toda a gente sabe e tem conhecimento deste facto, nada mais correto e natural, portanto, que a exigência que essa diminuição de encargos e só dos encargos beneficie também as famílias, a Câmara que fique com o produto dessa venda, a diminuição dos encargos que recaia felizmente na população de Lisboa, não venha agora a Câmara reivindicar para si a bondade desse benefício pois foi proveniente da imposição conjunta dos partidos da oposição. -----

----- Relativamente à alegação da redução da despesa total, entre 30 milhões de euros, dos quais 10 milhões em despesa corrente, há que notar que esta é avassaladoramente proveniente da redução de custos de pessoal devido à transição de 1270 trabalhadores para as Freguesias e diminuição das despesas correlacionadas.-----

----- Em verdade se diga que o que diminui na despesa são as de investimento e pelo menos em 12%, o que se traduz evidentemente por menor investimento das necessidades de Lisboa e maior prejuízo para a cidade. Não deixa de ser irónico que a propósito da despesa a Câmara refira ainda o aumento que significou a reposição dos salários e que a melhoria geral da situação económica, fruto da gestão prudente do Governo veio a proporcionar e as perplexidades, Senhora Presidente, conseguem suplantar as dúvidas que este Orçamento no seu todo nos suscita. -----

----- Colocando de parte a alteração orgânica a que se submeteu a apresentação orçamental que a Câmara estreou no Orçamento do ano passado, passando a referi-lo a eixos estratégicos com uma designação algo filantrópica, o que não permitiu comparação estatística fundamentada com os anos anteriores, agora essa comparação já é parcialmente possível e constata-se uma quebra relevante nas áreas sociais e de

acessibilidade, essas quebras chegam em certas rubricas a 50% e incidem em direitos de saúde, em desporto, em bem-estar, na cidade solidária, na cidade inclusiva, na cidade acessível e na Lisboa sustentável. -----

----- Perplexidade também pelo facto de ser clara a escassez de verbas destinadas às ações corretivas mais prementes, como consta do parecer da 1ª. Comissão, seja nas verbas alocadas à drenagem, ao reequipamento dos Sapadores Bombeiros e à repavimentação das vias de circulação em contraste com os elevados montantes em transferências correntes e de capital e nós sabemos quais são as rubricas diversas que o compõem. -----

----- Quanto às novas taxas reitera-se que não se encontrou uma verdadeira fundamentação económica e financeira como a Lei prevê, passando às famílias o pesado encargo do aumento de custos dos serviços municipais. A nova Taxa de Proteção Civil apenas é atribuída em 10% àqueles que velam de facto pela segurança das nossas pessoas e dos nossos bens e a Taxa Turística mereceu a mais unânime condenação das organizações de turismo, sendo inadequada a forma de aplicação e até de cobrança, nem sequer se sabe como é que vai ser esta cobrança! -----

----- Senhora Presidente, as propostas não são suficientes, as propostas não são adequadas, não servem a cidade de Lisboa e não asseguram a melhoria da vivência do bem-estar e da segurança das populações. Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte declaração: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais.-----

----- Na sequência de outras informações já aqui apresentadas pelo PCP gostaria apenas muito rapidamente e sinteticamente de reforçar alguns aspetos referenciando alguns dados do passado recente que ajudam a perceber e a analisar as propostas agora em discussão.-----

----- Como não existem dados sobre as taxas de execução de 2014, nem tal seria possível como é óbvio, temos que compará-las com o ano de 2013, com as devidas cautelas evidentemente e muito rapidamente só em dois ou três aspetos. -----

----- Admitindo as próprias, quando analisámos aqui o relatório de gestão da Câmara de 2013 havia considerações nesse relatório, com a correção da dotação definida, mas aí verificávamos que o plano anual das atividades teve uma taxa de execução de apenas 47,9%, o que é bastante baixo.-----

----- Mesmo com essa redução da atividade as prioridades da política seguida nesse ano e de acordo com esse relatório, os níveis de execução de cada área eram de facto muitíssimo baixos, nomeadamente em áreas que deveriam merecer e que deveriam ser uma prioridade, mesmo por exemplo a ação social, uma área que devia ser de facto uma das principais prioridades a taxa de execução foi apenas de 46,5 e foi das mais altas, deve-se dizer. -----

----- Referindo agora o Orçamento em análise, portanto, o Orçamento de 2015 este está praticamente em linha com o aprovado para 2014, apresentando no entanto face ao último exercício concluído, portanto, o tal de 2013 um crescimento de 154 milhões, portanto, mais 28,3% na receita, de onde se destacam uns acréscimos estimados na venda de bens e prestação de serviços correntes, mais 57 milhões e na cobrança de impostos diretos mais 48 milhões.-----

----- Já em relação a 2013 registe-se o grande crescimento de aquisição de bens e serviços correntes que passou de 98 milhões para uma previsão de 129 milhões, ou seja, uma variação de mais 25%, indício de que a Câmara Municipal de Lisboa pretende

reforçar a sua aposta na externalização em vez de privilegiar e potenciar o recurso aos meios internos.-----

----- Face à taxa de execução do orçamento de 2013, como eu disse de início o único que é possível neste momento fazermos esta comparação, e às execuções da Câmara Municipal de Lisboa nos últimos anos, o Orçamento agora apresentado levanta sérias dúvidas quanto à sua execução.-----

----- Em relação às propostas das taxas eu iria também só muito rapidamente fazer uma breve referência, em primeiro lugar salientando que analisadas as várias alterações e eliminação e introdução de outras a Tabela de Taxas representa um aumento de facto junto dos municípios, um agravamento em relação à população.-----

----- Eu ouvi com muita atenção o Senhor Vice-Presidente, como aliás quer em Comissão quer hoje aqui já nesta Assembleia, mas efetivamente penso que há aqui um agravamento em relação e há um aumento de taxa junto dos municípios. A Tabela Geral de Taxas implica uma perspetiva de utilizador/pagador em princípio com o qual nós não estamos de acordo. A taxa de serviço das águas residuais e gestão de resíduos transfere as obrigações dos proprietários e dos inquilinos e isto num contexto de aumento de rendas da responsabilidade do Governo, obviamente, representa de facto mais um custo, independentemente das tarifas sociais e das famílias numerosas que foram agora ainda aqui referidas.-----

----- Em relação à proposta 742, portanto, a Taxa de Proteção Civil que é igual à extinta taxa de saneamento e esgotos já tivemos oportunidade de nos pronunciarmos contra esta taxa, de qualquer forma, uma vez que ela volta aqui a ser referida e vai ser agora votado temos que colocar aqui a nossa posição, a pretexto da necessidade real de resolver as graves situações existentes a nível de equipamentos e de recursos humanos avança-se com esta taxa fazendo cair uma vez mais sobre a família o ónus das questões, a Proteção Civil deve ser apoiada, deve ver reforçada a sua capacidade, mas é uma falácia fazer depender este esforço de mais uma taxa sobre os cidadãos.-----

----- Isto obviamente independentemente da compreensão que os sindicatos possam ter em relação a esta taxa, ou do apelo que um dos sindicatos fez para que se votasse em relação a isto, somos independentes, portanto, cada um tem a sua posição e a do PCP é obviamente contra esta taxa. De qualquer forma estamos disponíveis, até porque já hoje aqui várias intervenções, nomeadamente de camaradas meus do PCP, referiram a necessidade de alterar a Lei das Finanças Locais e de realmente a Câmara, as receitas da Câmara de virem de facto de outras fontes que não meramente as taxas, estamos disponíveis para esse combate, estamos disponíveis para realmente se exigir junto do Governo que as receitas e as transferências do Orçamento de Estado para a Câmara venham daí e se calhar nessa altura permitindo sim que as taxas desapareçam, até lá a nossa posição é realmente votar contra estas taxas. Obrigada”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra fez a seguinte declaração:-----

----- “Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhora Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Digníssimos Municípios.-----

----- Temos hoje para analisar as Opções do Plano, o Orçamento para 2015 e o Mapa de Pessoal, desde logo queria colocar uma nota prévia da nossa intervenção no Parecer da 1ª. Comissão, tem a ver com duas questões, uma óbvia porque já várias forças políticas tinham chamado a atenção para o atraso na apresentação da proposta para o Orçamento e a segunda para que a proposta do Orçamento do Município para 2015 não cumpre o disposto do artigo 42 e 46 n.º 2 da alínea b) de Lei 73/2013 de 3 de setembro onde esta proposta não se faz acompanhar dos orçamentos das empresas que integram o setor

empresarial local do Município de Lisboa, a saber a EMEL, a EGEAC, a GEBALIS, e mais, etc. -----

----- É um Orçamento marcado pela deterioração da receita estrutural do Município em função da crise económica e do mercado imobiliário, é por isso que o remédio está matar o doente porque toda a aposta que tem sido no turismo no investimento neste setor, é bom aproveitar bem a luz e o sol da nossa cidade de forma a compensar os efeitos perversos da crise e da continuação da aposta das contingências financeiras extraordinárias alienando ativos não estratégicos, que nunca obedeceu a uma discussão, essa sim estratégica, do património que faz falta para o planeamento urbanístico democrático e para o repovoamento da cidade na especulação imobiliária, a aposta tem que ser na reabilitação e na habitação para todos, no social, estas têm que ser as grandes apostas estratégicas do Município. -----

----- Num momento de crise como aquela que vivemos investir na criação de emprego, inverter o ciclo de pobreza em que muitas famílias vivem é fundamental, parece-nos portanto que se justifica por um lado a constituição urgente de um gabinete de crise, como o já proposto há muito por nós e aprovado nesta Assembleia Municipal, que permitiria acompanhar de uma forma sistemática e sustentada a evolução social de forte crescimento da pobreza na nossa cidade. -----

----- É fundamental criar um quadro de reforço de verbas, de apoios sociais às famílias no domínio do apoio social que a nosso ver passa pelo reforço substancial verbas do fundo de emergência social, a pobreza, a insolvência de mais de 500 famílias existentes nos bairros sociais, a violência de género e doméstica, a violência sobre os idosos, a crescente existência de sem-abrigo com todos os seus problemas psicossociais e materiais deveriam igualmente merecer outra atenção e um reforço mais substancial das verbas por parte da Câmara, as respostas têm que ser integradas reforçando a atuação em parceria sobre os constrangimentos institucionais que caracterizam a rede social de Lisboa, o que significa que em termos práticos reforçar e revitalizar o papel das Comissões Sociais de Freguesia. -----

----- A reorganização administrativa da Cidade tem aqui também a sua oportunidade no âmbito da transferência de competências em matéria de ação social ou para as Freguesias, alterar o paradigma da intervenção social em termos de uma política social local.

----- A outra frente que é preciso responder é o direito à habitação, de tantas famílias carenciadas que vivem numa situação dramática que merecem neste momento uma especial atenções por parte da Câmara, com o aumento continuado do desemprego, da redução dos salários dos trabalhadores ainda com emprego, nas reformas e pensões dos reformados e pensionistas e as dificuldades que muitas famílias enfrentam. -----

----- O Bloco de Esquerda considera ser prioritário a criação de uma bolsa de habitação para arrendamento com preços acessíveis para os mais jovens e para os estratos economicamente mais débeis em moldes que podem beneficiar das perspetivas que estão sendo abertas noutros países europeus, considerando negativa a existência da venda de terrenos e de património disperso do Município previsto neste Orçamento, bem como a previsão de venda de fogos de habitação social, achamos que estas vendas devem cessar pois há muita carência habitacional em Lisboa, muitos fogos que estão entaipados, outros estão ainda em muito mau estado. -----

----- Queríamos perguntar à Câmara quantas pessoas e famílias estão em lista de espera na Câmara? É preciso responder às famílias em sérias e comprovadas dificuldades, há em Lisboa mais de 50 mil fogos devolutos, este facto obriga a uma política determinada do Município em enveredar pela reabilitação dos fogos existentes, defendemos ser fundamental a aposta na reabilitação urbana não apenas no espaço público mas também

edificado, nomeadamente em edifícios habitacionais, resposta que consideramos indispensável para combater os problemas que os lisboetas estão a enfrentar no domínio da habitação, a cidade precisa de novas soluções, novas políticas, novas estratégias para combater os problemas que se vêm agravando no tempo. -----

----- Ora a reabilitação não foi objeto a nossa ver nem certamente foi considerado fundamental pelo Executivo como se revela na baixa taxa de execução do PIPARU desde o início do seu programa, defendemos uma moratória sobre a construção nova para habitação na cidade consolidada, com exceção dos bairros sociais necessários para lidar com os problemas de continuidade na malha urbana. -----

----- Este Orçamento e as Grandes Opções do Plano confirmam que no que respeita às políticas de habitação existe uma grande diferença de perspetiva das políticas entre as posições do Bloco de Esquerda e as do Executivo, entre a visão da cidade e as estratégicas do Bloco e a visão e a estratégia da maioria camarária. -----

----- Passando à questão do Mapa de Pessoal registe-se a consagração de 2158 postos de trabalho cativos no mapa entretanto transferidos para as Freguesias, registe-se também que a descentralização de competências da Câmara Municipal de Lisboa não foi acompanhada em toda a sua dimensão do número de trabalhadores necessários na primeira e na segunda fase para as Juntas de Freguesia pelo que se coloca a necessidade de recorrer à mobilidade e às avenças, é um facto que o Bloco de Esquerda sempre posicionou favoravelmente à descentralização de competências da Câmara Municipal de Lisboa para as Juntas e uma maior aproximação ao município e sempre procurou dar aos trabalhadores elementos centrais na Reforma Administrativa, fatores de confiança e de segurança de vínculo.-----

----- Para responder às necessidades urgentes e permanentes esta situação veio agudizar o Executivo Camarário optou pela solução em socorrer-se da precaridade dos contratos de emprego e inserção para colmatar as necessidades laborais indispensáveis, por outro lado a aposta no mapa de pessoal para 2015 identifica o número e perfil dos recursos humanos, mas para assegurar a missão e a atividade do Município haveria que assegurar alguns dos 625 postos de trabalho vagos contra os 972 existentes em 2014 no quadro, por isso perguntaria de novo ao Senhor Vice-Presidente se já está em condições de nos dizer o porquê desta discrepância de postos de trabalho vagos entre 2014 e 2015. -----

----- Foi-nos presente por esta Executivo o Orçamento para 2015, além deste Mapa de Pessoal que na nossa leitura não respondem minimamente à necessidade decorrente de alguns graves problemas com que nos confrontamos em Lisboa. Temos visões diferentes para a cidade, respeitamos diferentes valores, propomos diferentes políticas estratégicas e medidas em domínios fundamentais pelo que o nosso voto não pode deixar de corresponder a esta visão, por isso vamos votar contra. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“A Mesa informa que é a última inscrição que tem aqui registada, se mais alguém quiser falar é agora a altura de fazerem o sinal à Mesa nesse sentido, sendo que depois darei a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para encerrar o debate e passaremos às votações logo a seguir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)** no uso da palavra fez a seguinte declaração: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Caras e Caros Deputados Municipais.-----

----- Confesso que ao fim destas horas de debate estou profundamente desiludido com a esmagadora maioria dos Grupos Municipais da oposição, o que devia ser este momento no Parlamento da Cidade na nossa Assembleia Municipal de Lisboa, um momento para

afirmar rumos estratégicos alternativos, ideias diferentes, alternativas políticas, o que é que nós tivemos, com honrosas exceções? Tivemos a primeira ronda, criticaram, criticaram e criticaram e criticaram! Bem, eu fiquei um bocadinho perplexo para usar a expressão do Deputado Magalhães Pereira, mas renovei a minha expectativa para a segunda ronda, o que é que assistimos? Criticaram, criticaram e criticaram e criticaram! Entrámos na terceira ronda, a minha esperança já diminuía, mas não contentes com as duas primeiras criticaram e criticaram e criticaram! -----

----- Ideias alternativas? Zero, zero de ideias alternativas! Talvez eu esteja a ser exigente com a oposição, talvez e faço essa justiça, eu tivesse a expectativa que se reproduzisse aqui neste debate aquilo que muitas vezes acontece nas Comissões na Assembleia Municipal, contribuírem com ideias, com propostas, com enriquecerem as discussões, mas quando discutimos as grandes linhas estratégicas e as grandes Opções Estratégicas da cidade de facto isso é mais difícil e não vimos nada, nada, não vimos mesmo nada daquilo que poderia ser um rumo diferente para a cidade de Lisboa e nós não vimos tal como há pouco mais de um ano os lisboetas também não viram! Talvez para o ano isto corra melhor à oposição, aquilo que eu vos aconselho é que comecem já a preparar o debate do Orçamento do próximo ano! -----

----- Nós vamos continuar a trabalhar, vamos continuar a trabalhar com o Orçamento com impostos baixos e atrativos, com um Orçamento que beneficia as famílias, com um Orçamento que investe na cidade! Com um Orçamento que reduz a despesa! Com um Orçamento que reduz a dívida! Com um Orçamento que investe no futuro para continuar a transformar a cidade. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

-----“O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves pede a palavra fazer um Pedido de Esclarecimento.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte Pedido de Esclarecimento:-----

----- “Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo.-----

----- Quem o ouvisse pensava que estava na Assembleia da República, mas afinal não está, está aqui! E de facto o que é estranho na intervenção do Senhor Deputado Municipal é que fez oposição à oposição! Não é assim que vocês costumam dizer? Fez oposição à oposição! Ora quando alguém faz oposição à oposição é porque não tem posição e é isso que de facto o Partido Socialista aqui demonstra, a única posição que estes Deputados Municipais têm é ser servientes, subservientes à Câmara, fazer Loas ao Senhor Presidente e de facto estar aqui apenas num esquema laudatório daquilo que se passa! -----

----- Nós discutimos o Orçamento, o Orçamento já foi aprovado, nós criticámos o Orçamento! É isso que nos compete! O que nos compete é criticar o Orçamento, o PS que nunca deu uma ideia em relação e está sempre aqui a chamar à colação o plano nacional, que nunca deu uma ideia no plano nacional, agora aqui quando sabe, sabe e tem consciência que nas Comissões os vários partidos têm intervindo no sentido de melhorar cada vez, dentro do possível, aquilo que são as atuações da Câmara e esta Câmara que está aqui à sua frente sabe perfeitamente que ao longo de muitos anos houve Deputados ou Vereadores que contribuíram permanentemente para que fosse melhorada as soluções que foram apresentadas pela Câmara, esse exemplo eles não podem negar, vêm com essa conversa de que nós não dissemos nada! Que toda a oposição não disse nada! Quem não disse nada foram os Senhores, apenas limitaram-se a louvar!”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

-----“Oh Senhor Deputado Municipal, eu peço desculpa mas não houve nenhum pedido de esclarecimento, foi uma intervenção! Seja como for tinha tempo do PSD, nos anteriores houve perguntas, aqui não houve, tudo bem! -----

----- O Senhor Deputado Municipal Ferreira de Lemos pede a palavra para uma intervenção, sim senhora, tem tempo, pode falar.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ferreira de Lemos (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Apenas para dizer que este debate pareceu-me muito mais ou transformou-se num ensaio geral para a sucessão da Presidência da Câmara com um público muito próximo das claques antigas do Parque Mayer, em que tudo quanto era dito era aplaudido!-----

----- Nós demos alguns contributos e o contributo principal foi “É melhor não fazerem nada do que fazerem mal, porque o fazer mal cria frustrações e as frustrações podem prejudicar toda a intervenção, toda a intervenção que a Câmara faz é disfuncional e as disfunções criam perturbações em quem as praticar!”-----

----- Portanto, nós apenas dizemos que é preferível libertar a cidade que a cidade ficará melhor do que com este Orçamento que ficará necessariamente pior! Este é o grande contributo que nós queremos dar! Libertem a cidade e não lhe criem disfunções! Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado Senhor Deputado Municipal.-----

----- A Mesa tem alguma dificuldade com estes pedidos de palavra que não são explicitados para que efeito são como é que gere o tempo, porque os pedidos de esclarecimento têm que ser logo a seguir à intervenção, as intervenções entram na ronda normal, agora teria que ter esperado a sua vez porque o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo tem o direito de responder ao dito pedido de esclarecimento do Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves. -----

----- Mas entretanto há um outro pedido de esclarecimento do Bloco de Esquerda para o Sr. Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo a quem eu peço que se não se importa responderá no fim aos dois. Ou quer responder a cada um de sua vez? Responde no fim aos dois.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte Pedido de Esclarecimento:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, é um meio protesto, um meio esclarecimento, mas os três minutos servem de toda a forma. -----

----- Só para informar que o Bloco de Esquerda, contrariamente à intervenção do Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo, reuniu com o Senhor Vice-Presidente e apresentou por escrito propostas, eram oito medidas e o documento intitulava-se Combater a Crise, Uma Cidade Para Todos, propostas do Bloco de Esquerda para o Orçamento da Câmara em 2015.-----

----- O primeiro ponto era combater a crise, a criação de um gabinete de resposta à crise, o reforço do Fundo de Emergência Social; o segundo ponto, o Município precaridade zero, com a questão da precaridade laboral; o terceiro ponto, sobre a mobilidade e os debates que temos tido com propostas sobre o Metro e a CARRIS e a EMEL; o quarto ponto, reabilitar a cidade e parar a gentrificação com propostas sobre reabilitação urbana; propostas no quinto ponto sobre habitação; no sexto ponto sobre urbanismo sustentável, que se opõe à especulação urbana; e no sétimo ponto estudar a planificação e a gestão do património imobiliário de Lisboa; aliás, o sétimo prevenir as cheias e proteger a cidade; e no oitavo repensar a descentralização com algumas propostas críticas, mas também propostas para o Orçamento de 2015. -----

----- Para além disto e esse foi o tempo certo, foi o tempo em que estávamos a ser ouvidos, nas Comissões também apresentámos propostas e, portanto, no resultado que dessas propostas, no documento final analisámos e apresentámos as nossas críticas! Julgamos que é assim que devemos participar neste debate e foi assim que o estruturámos.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado Senhor Deputado Municipal. -----

----- Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)** no uso da palavra fez de as seguintes respostas:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, muito breve aos dois e meio pedidos de esclarecimento de que fui alvo. -----

----- Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves, o Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves já é a segunda vez que diz que esta Bancada é subserviente, nós podíamos eventualmente algum colega meu ficar razoavelmente ofendido com isso, mas nós encaramos com bom humor, até porque eu já reconheço essa grande evolução que hoje fez a propósito da reorganização do dispositivo de Bombeiros! Foi quinze ou dezasseis meses depois, mas foi uma boa evolução e, portanto, só por isso já é positivo até porque, Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves eu estava à espera que usasse a quarta ronda para uma ideiazinha para uma proposta, mas não, foi para criticar, para criticar, para criticar e, portanto, nós ficamos a saber que das Bancadas do PSD e do CDS a solução para os problemas da cidade é não fazer nada! -----

----- Os lisboetas também já perceberam! Os lisboetas também já perceberam isso há um ano, por isso é que os resultados foram aqueles que foram! É porque a solução é mesmo não fazer nada, nós não partilhamos essa visão! -----

----- Em relação ao Bloco de Esquerda, Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles, nós ouvimos bem aquilo que também já tinha afirmado há pouco! Que tinham apresentado ideias e propostas, nós o que temos pena é que não aproveitem o debate em sede de Assembleia Municipal para apresentar essas propostas, para que o debate seja enriquecedor! Naturalmente que optaram nas quatro intervenções do Bloco de Esquerda por ir pelo caminho mais destrutivo, apenas e só de criticar, eu terei todo o gosto um dia destes, talvez para o ano em que esta Assembleia possa debater e o Grupo Municipal do Partido Socialista possa também debater com o Bloco de Esquerda as ideias do Bloco de Esquerda para a cidade.-----

----- Termina Senhora Presidente dizendo que os Deputados Municipais dos diferentes Grupos Políticos têm falado tanto, mas tanto, hoje aqui do Vice-Presidente Fernando Medina que estão muito ansiosos para que ele seja o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, nós também estamos para que ele seja Presidente da Câmara, para que o António Costa seja Primeiro-Ministro porque estamos convencidos que ganhará Lisboa e ganhará a nível nacional!” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado Senhor Deputado Municipal. -----

----- Há mais um pedido de palavra para uma intervenção, o Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos, é para uma intervenção, suponho eu.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Era só uma intervenção, naturalmente que estes debates em princípio são debates sérios, não é? E estivemos aqui este tempo e naturalmente que apresentámos em relação aos documentos que são da Câmara e que vêm aqui para serem discutidos, não para serem emendados nem para apresentar proposituras de alteração! Ou já o Senhor

Deputado Municipal não sabe o que anda fazendo? É que nós podemos aprovar ou não aprovar, mas nunca propostas de emenda ou resultados aqui! Nós estamos a fazer a nossa tarefa!-----

----- E também dizer ao Senhor Deputado Municipal, se ainda não aprendeu, é que em cada crítica está sempre uma proposta de alternativa, é intrínseca à proposta! Por outro lado, oh Senhor Presidente Fernando viu a proposta que lhe fizemos? Era de apontar para a modificarmos, até lhe mostrámos disponibilidade para alterar a Lei das Finanças Locais, para alterar propostas conjuntas, temos trabalhado nessa matéria e também digam que mesmo nós votando contra ainda podemos dizer que nas taxas temos algumas sugestões que foram acolhidas por vocês, no tempo em que era de acolher, portanto, as propostas existiram, este tipo de intervenções retóricas e demagógicas e até às vezes quase semi-provocadoras ignorantes da nossa função é brincadeira! Não é aceitável perante o que estamos aqui a trabalhar de forma séria! E também naturalmente o senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente podem estar satisfeitos e sentados na sua esmagadora maioria assumirem todas as pesporrências e vontades, mas nos todos, mesmo a mais pequena oposição faz parte do grupo e se querem a lição, que é velha, para um quilo não é preciso só as 999 gramas, também a modesta grama também conta, e vai mal aquele que pesporrante se autossuficiente diz que não são precisos para nada, e nós dizemos que somos precisos e damos a nossa colaboração e mesmo nas críticas, mesmo que não sejam aceitáveis por vocês são naturalmente críticas que vocês... -----

----- E veja que eu não quis responder taco a taco ao Senhor Vice-Presidente, mas ele quando fez a intervenção inicial podíamos ter respondido ponto a ponto até porque ele percebi bem que organizou a sua intervenção na perspectiva das críticas e das várias sugestões que se tinham ouvido em sessões anteriores, fê-la bem-feita, mas podíamos ter respondido que algumas delas a gente diz que sim, vamos fazer obras de habitação em dois bairros, pois sim, pouquinho! Vamos dizer que vamos fazer a prevenção das cheias, pois, com pouco dinheirinho. Ah, também faremos repavimentação próxima, é pouquinho! -----

----- As áreas do futuro, pois as áreas do futuro é um novo ciclo de investimento num cinema, num cinema e numa praça em cada bairro, e ligamos, não vamos, é pouquinho! -----

----- O Orçamento, e depois terem este eufemismo “alguém que deixa de pagar impostos vejam o dinheiro que nós lhe demos”, quase como aquele outro, que alívio que eu tive depois de ter atirado a pedra que tinha sobre o pé. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado Senhor Deputado Municipal.-----

----- Senhores Deputados Municipais, não temos mais intervenções ou pedidos de palavra dos Senhores Deputados Municipais, a Mesa vai dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Eu vou pedir aos serviços que toquem lá fora o gong para mandar chamar todos os Senhores Deputados Municipais que possam estar lá fora, façam o favor de fazer isso para que venham estar aqui porque aproxima-se a parte final do nosso debate e as votações e a votação do Orçamento e do Plano e das taxas é naturalmente uma votação que carece da presença de todos.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.

----- Segui com bastante atenção este debate e queria naturalmente começar por felicitar o Senhor Vice-Presidente e a Direção Municipal de Finanças pela forma como foi

elaborado este documento, como foi um exercício particularmente difícil nas condições que o Município enfrenta.-----

----- No conjunto das intervenções da oposição elas sintetizam-se de uma forma simples, toda a receita é excessiva e toda a despesa é insuficiente, o problema é que esta equação torna as críticas reciprocamente anulam-se e não é só que se anulem as críticas do PCP pelas críticas do CDS, é que as críticas do CDS à receita anulam as críticas do CDS à despesa e as críticas do PCP à despesa anulam as críticas do PCP à receita e é por isso que não é possível discutir um orçamento nesta base de que toda a receita é excessiva e de que toda a despesa é insuficiente! -----

----- Há contudo três intervenções que eu gostaria de me deter um pouco mais, a primeira, esta última do líder da Bancada do PCP, para recordar ao PCP o seguinte: nunca foi entendimento deste Presidente de Câmara e desta maioria plural que a oposição do PCP não era precisa, mais, entendemos sempre mesmo que a ação do PCP na maioria municipal era precisa, e só não participa o PCP porque o PCP foge das responsabilidades como o diabo da cruz! Queira o PCP dar-se ao trabalho de assumir as responsabilidades e verá que tem muita responsabilidade para poder assumir! -----

----- O Senhor Vereador Victor Gonçalves conseguiu atingir um ponto de exasperação superior ao do seu colega Magalhães Pereira e já vê que depois de António Costa vem aí o dilúvio, esteja tranquilo, não é um excesso de humildade da minha parte, mas posso-lhe tranquilizar que comigo ou “sem migo” verificará que não há dilúvio e que tudo seguirá o seu bom rumo! Agora também não desespere nem antecipe o futuro, vamos ver, dê tempo ao tempo!... Mas pode ter confiança. -----

----- Agora há uma coisa que relativamente à qual não deve dizer, que a ideia de que este Governo tem beneficiado muito o Município de Lisboa, eu vou só dar-lhe uns pequenos números: Fundo de Apoio Municipal, o Município de Lisboa é esbulhado em 20 milhões de euros, 20 milhões de euros! A cláusula de salvaguarda quanto à participação das receitas do IRS foram-nos tirados 8 milhões de euros. Aumento do IVA só na iluminação são 2,6 milhões de euros por ano a mais que pagamos só no IVA com o aumento na iluminação. Os custos da avaliação extraordinária do IMI sabe quanto é que nos custou? Foram 5,3 milhões de euros. Reforço dos encargos com a ADSE e da comparticipação com a Caixa Geral de Aposentações em que pagávamos 10% e já vamos em 23%. Só de 2013 para 2014 foi um aumento de mais de 3 milhões de euros por ano. De IMT, com o anúncio da extinção do IMT isso vai custar-nos 100 milhões de euros, só deste ano, 100 milhões de euros, atendendo a um ano, atendendo que é um ano de crise, não, e atendendo a que é um ano de crise e a cereja no bolo é que depois de tanta referência à famosa vantagem que tínhamos com o ganharmos capacidade de endividamento, graças a termos vendido os terrenos do Aeroporto, pois então o que é que o Governo fez? Fez só isto: alterou na Lei os critérios para os limites de endividamento e sem termos mais um cêntimo de dívida nem menos um cêntimo de receita reduziu-nos a nossa capacidade de endividamento em 160 milhões de euros, portanto... Não, não é Troika! Já foi depois da Troika, foi já o ano passado! Já foi depois da Troika!... -----

----- Ou seja, entre a receita que nos tiraram, entre a despesa que nos aumentaram e entre aquilo que nos asfixiaram de capacidade de endividamento, oh Senhor Deputado, o que é que nós temos para agradecer? Nada, não temos nada a agradecer! -----

----- E o seu a seu dono, se há alguém a quem temos alguma coisa a agradecer é aos meus antecessores que não resolveram em tempo devido o problema que se arrastou desde o Presidente Abecasis até este meu mandato na venda dos terrenos do Aeroporto! E já lhe recordei várias vezes, um dos meus antecessores foi Ministro das Obras

Públicas, com tutela sobre o terreno do Aeroporto e tinha tido boa oportunidade de o resolver nessa altura.-----

----- O outro o meu antecessor passou para Primeiro-Ministro quando o meu antecessor que era Ministro das Obras Públicas voltou a ser Presidente da Câmara, tinham tido uma excelente oportunidade de resolver o problema e não foram capazes de resolver o problema. Sabe o que é que mudou? O que mudou não foi o Governo, o que mudou foi a Câmara e a capacidade desta Câmara negociar e resolver um problema que estava por resolver! -----

----- Não posso também deixar de manifestar muita solidariedade ao Senhor Deputado Sérgio Azevedo, de facto quem é Deputado nesta Assembleia Municipal e simultaneamente é Deputado de maioria na Assembleia de República deve ter estas dificuldades, à pressa ao sair de casa troca os discursos! E então pegou num discurso que ouviu na Assembleia da República, certamente de uma bancada de outra oposição e veio aqui dizer “Bom, os Senhores baixam o investimento, os Senhores aumentam os impostos, os Senhores aumentam o endividamento”, mas não, esse discurso era lá! Lá é que o orçamento de facto cortou no investimento, lá é que de facto o orçamento aumentou os impostos, lá é que de facto aumentou o endividamento, aqui não! Aqui o investimento aumentou, aqui os impostos baixaram e aqui sobretudo o endividamento têm-se reduzido e vai continuar a ser reduzido! Tocou os discursos Senhor Deputado! -

----- E a verdade é esta, é que se for comparar no Plano Plurianual de Investimento nós temos este para o ano, um aumento de 5% relativamente ao investimento deste ano, atingindo 184,6 milhões de euros. Se não atender só ao PPI mas ao conjunto do plano, o aumento é mesmo 7 e meio por cento com um investimento global de 421 milhões de euros, não tem muitos orçamentos das administrações públicas que se comparem ao esforço de investimento que este Município tem mantido continuamente ao longo destes anos, não obstante a quebra de receitas, não obstante a crise.-----

----- Ainda muito recentemente éramos indicados pelo Instituto Nacional de Estatística como a entidade pública com maior volume de investimento do conjunto do país, o que é absolutamente extraordinário e diz bem o grau de paralisação a que os outros Municípios foram conduzidos pela asfixia e a total paralisação que o corte de investimento por parte do Governo dotou o conjunto de organismos da Administração Central direta e indireta, só isso é que explica ser o Município de Lisboa a entidade pública que mais investimento está a realizar, mas ao contrário do que diz nós aumentamos o investimento e aumentamos o investimento, como sublinhou e bem o Senhor Vice-Presidente dando execução ao nosso programa do Governo, com investimento nos Direitos Sociais, com investimento nos serviços urbanos e com investimento num novo ciclo de investimentos da qualificação do espaço político, quer ao nível dos Bairros quer ao nível da Frente Ribeirinha, valorize continuando a valorizar essa parte essencial da cidade. -----

----- No que diz respeito aos impostos eu recorde: nós voltámos a ter a taxa mínima de IMI, voltámos a ter a taxa mais baixa de IRS de toda a Área Metropolitana e perante a situação que vivemos de imposição pela Lei da obrigatoriedade de mexermos na taxa de saneamento e na taxa de resíduos, conseguimos-lo fazer conseguindo ter uma taxa que é uma das taxas mais competitivas do conjunto da Área Metropolitana. -----

----- Nós somos relativamente à taxa de resíduos a oitava mais baixa da Área Metropolitana, em 18, e em saneamento a sétima em 18, a sétima mais baixa em 18, só para comparar com dois Concelhos completamente distintos, isso significa para um consumidor médio de 7,4 metros cúbicos por mês, nós iremos cobrar no conjunto destas taxas menos um euro do que Cascais e menos dois euros que o Barreiro, portanto, nós conseguimos fazer um esforço muito grande para manter o IMI baixo, o IRS baixo e

cumprimos a Lei que somos forçados a cumprir de uma forma que protege o mais possível as famílias na cidade de Lisboa, e de acordo com aquele critério que tínhamos definido de que iríamos continuar a reduzir os impostos que todos pagam compensando parcialmente com o aumento das receitas nas taxas que só alguns pagam ou que todos pagam mas em função dos consumos que fazem, isto é que me parece uma política fiscal justa, adequada sobretudo no tempo de crise que estamos a viver! -----

----- E a verdade é esta, é que conseguimos com isto não tirar com uma mão o que damos com a outra mão, porque aquilo que os Senhores Deputados da oposição, em particular o Senhor Deputado Sérgio Azevedo andou a dizer durante vários meses, é que nós íamos cobrar em taxas o que fingíamos devolver às pessoas em IMI e em IRS, ora a verdade não é essa, a verdade é que somando as reduções de IMI e de IRS com aquilo que fazemos nas taxas, todas elas pagas pelos Municípios de Lisboa, o que nós temos é no final deste mandato que os municípios de Lisboa terão poupado um total de 111 milhões de euros, 111 milhões de euros é a poupança total que os municípios vão ter no final deste mandato, esta é que é a diferença e isto significa uma redução efetiva dos impostos sobre os municípios de Lisboa. -----

----- Finalmente diz o Senhor Deputado sobre o endividamento, sobre o endividamento a comparação é muito diferente e muito clara entre o que se passa no Município de Lisboa e o que se passa no país, ao longo destes anos, no nosso mandato a dívida no Município de Lisboa baixou 38% ao longo dos últimos três anos a dívida do país aumentou 12%, a dívida no país aumentou nos últimos três anos 55 mil milhões de euros, a dívida na cidade de Lisboa baixou nestes 6 anos 330 milhões de euros. -----

----- Este ano de 2014 nós amortizámos no total das nossas dívidas 63,6 milhões de euros, para o ano vamos amortizar 66,3 milhões de euros e quando eu estou a dizer amortizar a dívida não estou a falar de refinanciamento da dívida, não estou a falar no reescalonamento da dívida, não estou a falar na renegociação da dívida, não, estou a falar de pagar a dívida, a dívida existia e foi paga e deixou de existir dívida! -----

----- E esta é que é a realidade, esta é que é a realidade que vos dói, é que nós não passamos o tempo a queixarmo-nos de herança e que herança tínhamos para nos queixar! Oh Senhor Deputado, o Senhor Deputado não estava cá! Mas vários daqueles Senhores estavam cá e sabem bem, só de dívidas de curto prazo a fornecedores no dia 1 de agosto de 2007 estavam 350 milhões de euros por pagar de dívidas a fornecedores, já nem um quilo de café nos fiavam para comprar, 350 milhões de euros só de dívidas a fornecedores! Agora, não passamos o tempo a queixarmo-nos do passado, não passamos o tempo a falar da herança, passamos é o tempo a fazer outra coisa que é resolver os problemas que herdámos, a concertarmo-nos em não deixar problemas para quem nos venha a suceder e a fazer aquilo que temos que fazer, que é investir na cidade e responder aos problemas e às expectativas dos lisboetas, que é para isso que servem as administrações, não é para serem aqui a queixarem-se mas é para resolverem os problemas que são chamados a resolver! -----

----- Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, creio por isso que devemos encarar o próximo ano com confiança e podemos-lo fazer em primeiro lugar porque tal como temos feito ao longo dos últimos 6 anos a consolidação das Finanças Municipais será prosseguida, continuaremos a reduzir a dívida, continuaremos a cumprir as nossas obrigações com os nossos fornecedores, continuaremos a fazer o investimento na capacidade, na medida da capacidade que temos para o fazer e continuaremos a manter como iremos manter até ao final deste mandato o IMI na taxa mínima, o IRS na taxa dos 2,5 e conseguimos fazer a reforma do sistema de taxas continuando a poupar aos municípios 111 milhões de euros no conjunto do mandato e isto é cumprir a palavra dada

e isto é cumprir aquilo que é necessário fazer, que é devolver capacidade e qualidade de vida aos lisboetas! Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- Senhores Deputados Municipais, vamos começar então agora as votações, peço a vossa atenção. Já se fez tocar a campainha para virem todos para a sala, penso que estamos em condições.-----

----- O que foi concertado em Conferência de Representantes foi que nós iríamos votar primeiro as propostas de Taxas e só no fim é que votamos a proposta 740, que é o ponto número 1, uma vez que se alguma das taxas porventura não for aprovada o Orçamento teria que ser reformulado e, portanto, vamos começar pelos pontos 2, 3, 4 e 5 e só depois disso é que iremos apreciar a proposta 740, votá-la aliás.-----

----- Dizer também que relativamente aos pareceres destas propostas, eu não dei essa informação há pouco mas dou agora, as Comissões que deveriam coparticipar nos pareceres assim o fizeram diretamente junto do Relator da 1ª. Comissão e, portanto, não há pareceres autónomos das restantes Comissões porque os contributos foram dados ao Senhor Relator da 1ª. Comissão.-----

----- Finalmente dizer-vos que sobre a proposta 743 há a Recomendação que o Bloco de Esquerda apresentou, que a Mesa tinha dito que eventualmente não aceitaria e que iria pôr à vossa consideração a sua admissão, mas atendendo ao adiantado da hora nós vamos admitir naturalmente a proposta, é mais simples e, portanto, é apresentada, aceitamos o apelo também do Bloco de Esquerda nesse sentido e será votada naturalmente e cada Grupo se pronunciará e decorrerá então o resultado da vossa votação.-----

----- Sendo assim, Senhores Deputados Municipais, a Mesa neste momento vai pôr à votação a proposta 741/2015, são os Tarifários dos Serviços de Águas Residuais e do Serviço de Gestão dos Resíduos Urbanos, que constituem....-----

----- Peço desculpa, o Senhor Deputado Municipal está-me a interromper, é uma Interpelação à Mesa. Faça o favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte Interpelação à Mesa:-----

----- “Obrigado Senhora Presidente, é uma interpelação à Mesa sobre a condução dos Trabalhos.-----

----- Visto que vamos entrar no ponto das votações propor que a proposta 740, sobre as Grandes Opções do Plano, o Orçamento, o Mapa de Pessoal possa ser dividida nos três documentos.-----

----- Sobre a nossa proposta de Recomendação dizer só que poderíamos ter tido a oportunidade de apresentá-la, mas dispensaremos essa apresentação visto que a justificação política já a fizemos nas declarações.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado Senhor Deputado Municipal, muito bem.-----

----- Vamos então pôr à vossa consideração a **Proposta nº. 741/2014**, eu estava a enunciar o seu conteúdo, é o **Tarifário dos Serviços de Águas Residuais e do Serviço de Gestão dos Resíduos Urbanos, que constituem respetivamente as seções III e IV do Projeto de Alteração do Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município.**-----

----- Portanto, a proposta tem estas várias componentes e nós vamos pô-la à votação. Votos contra? Do PCP; PSD, PEV, BE e CDS/PP. Votos de abstenção? Abstenções do PAN. Votos favoráveis do PS, MPT, PNP e 6IND. **A proposta nº 741/2014 está aprovada por maioria.**-----

----- Vamos pôr à votação a **Proposta nº. 742/2014- Taxa Municipal de Proteção Civil, constitui a secção V do Projeto de Alteração do Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município.**-----

----- Vamos, portanto, pôr à votação a proposta 742, quem vota contra? Votam contra o PSD; PCP, BE, CDS/PP, PEV e MPT. Abstencões? Não se registam abstencões. Votos favoráveis do PS, PAN, PNPN e 6 IND. **A proposta 742/2014 está aprovada por maioria.**-----

----- Vamos passar à **Proposta nº. 743/2014- Taxa Municipal Turística, que constitui a secção VI do Projeto de Alteração do Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município.**-----

----- Quem vota contra? Votos contra do PSD, PCP, BE, CDS/PP, PEV e MPT. Votos de abstenção? Não há abstencões. Votos favoráveis do PS, PAN, PNPN e 6 IND. **A proposta 743/2014 está aprovada por maioria.**-----

----- Vamos então pôr agora à votação, e eu vou ler a parte deliberativa, agora sim, a **Recomendação nº. 5/53 - Recomenda à Câmara Municipal que revogue e deliberação que aprovou a Proposta nº. 744/2014 (cria o Fundo de desenvolvimento Turístico de Lisboa)** apresentada pelo Bloco de Esquerda.-----

----- Quem vota contra? PS; MPT, PAN, PNPN e 6 IND. Quem se abstém? Não há abstencões. Votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS/PP e PEV. **A Recomendação nº. 5/53, não foi aprovada, não teve maioria.**-----

----- Vamos passar então à **Proposta 726/2014- Tabela de Taxas a vigorar para 2015, bem como a Alteração ao Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa, à exceção das secções III, IV, V e VI que já aprovamos com as outras propostas e eliminação da taxa Municipal de Conservação de Esgotos, bem como a prorrogação do Regime previsto no artigo 43 do Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa.**--

----- É isto que vamos votar, é isto que está na proposta. Proposta 726/2014, quem vota contra? Votos contra do PSD, PCP, CDS/PP, PEV e MPT. Votos de abstenção? Abstencões do Bloco de Esquerda. Votos favoráveis do PS, PAN, PNPN e 6 IND. **A Proposta 726/2014 foi aprovada por maioria.**-----

----- Agora estamos em condições de pôr à votação a **Proposta nº. 740 – Grandes Opções do Plano para o quadriénio de 215-2018, Orçamento e Mapa de Pessoas para 2015.**-----

----- Pedem a votação separada ou pode ser em conjunto? Uma coisa de cada vez, certo. A proposta tem 4 pontos deliberativos: a primeira é sobre as Opções do Plano e o Orçamento; a segunda é um pedido de autorização prévia para Compromissos Plurianuais inferiores a 100 mil euros nas condições aqui definidas; o ponto três é o Mapa de Pessoal e o ponto quatro é a autorização para a inscrição de rubricas de receita cuja necessidade de cobrança decorra durante a execução. Portanto, são quatro pontos e penso que estamos em condições de autonomizar o terceiro, que é o que diz efetivamente respeito ao Mapa de Pessoal.-----

----- A Mesa vai pôr à votação na **Proposta 740/2014 os pontos 1, 2 e 4.** Quem vota contra? O PSD, PCP, BE, CDS/PP, PEV e MPT. Abstencões? Não há abstencões. Votos favoráveis do PS, PAN, PNPN e 6 IND. **Estes pontos estão aprovados por maioria.** -

----- Vamos pôr então agora à votação o **Mapa de Pessoal, que é ponto 3 da Proposta 740/2014.** Quem vota contra? Voto contra do CDS/PP, PCP, PEV e MPT. Votos de abstenção? Abstencões do PSD e do BE. Votos favoráveis do PS, PAN, PNPN e 6 IND. **Este ponto 3 da Proposta 740/2014 está aprovado por maioria.**-----

----- Senhores Deputados Municipais, ainda temos duas propostas para aprovar hoje se quiserem realmente não ter a Sessão amanhã, são as duas propostas finais. **A Proposta**

n.º 745/2014 – Autorização para contrair um empréstimo de curto prazo, normalmente na Sessão em que se aprova o Orçamento há sempre uma proposta desta natureza, e a **Proposta n.º 746/2014 – Autorização de Abertura de dois procedimentos concursais**, de acordo com aquilo que já estava previsto e prometido pela Câmara até ao final do ano. -----

----- Quanto à **Proposta n.º 745/2014** pergunto à Câmara Municipal se quer fazer a apresentação da proposta ou se dispensa a apresentação, é um empréstimo a curto prazo. Dispensa a apresentação o Senhor Deputado Relator Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre. Há um erro material que o Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes verificou e, portanto, peço o microfone para o Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes para verificar onde é que está o erro.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente, é uma nota de atenção ao Senhor Vice-Presidente e à Mesa porque como este Plenário vai deliberar no ponto 2 sobre o Contrato nos termos da minuta constante do anexo 3, alertamos que a minuta do contrato tem uma duplicada cláusula terceira, na página 4, mas que será de fácil correção pela Câmara. Muito obrigado. É na página 4 da minuta. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“Fica registada a gralha. Eu aproveito para lembrar ao Senhor Vice-Presidente que há uma gralha para a qual eu já tinha chamado a atenção mas que não foi tomada em devida conta, na Proposta 742, o artigo 62 da alteração do regulamento tem lá uma tabela que é em função da área do estacionamento e depois fala em metros, não é metros, é metros quadrados. No artigo 62 têm que lá pôr “metros quadrados” para depois não sair errado em Boletim Municipal. -----

----- Corrigidas estas gralhas, não temos pedidos de palavra e vamos pôr à vossa consideração a **Proposta n.º 745 – Autorização para contrair, em 2015, um empréstimo de curto prazo na modalidade de conta corrente**. Quem vota contra? Não há votos contra. Quem se abstém? Abstencões do PSD, do CDS/PP e do MPT. Votos favoráveis do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNPN e 6 IND. **A proposta está aprovada por maioria.**-----

----- A **Proposta n.º 746/2014**, presumo que a Câmara também dispensa a sua apresentação, ela não baixou a nenhuma Comissão, é uma proposta relativamente simples, argumentário é semelhante a propostas da mesma natureza já aprovadas anteriormente e tem a ver com a **Autorização para a abertura de dois procedimentos concursais comuns, para a admissão de 15 trabalhadores da categoria de Assistente Operacional Coveiro e 11 trabalhadores da categoria de Assistente Operacional Tratador Apanhador de Animais**. Quem vota contra? Não há votos contra. Quem se abstém? Abstencões do PSD. Votos favoráveis do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6 IND. A proposta está aprovada por maioria.-----

----- Terminámos os nossos trabalhos. Desejo a todos os Senhores Deputados Municipais umas Boas Festas e um Bom Ano Novo, e aqueles que quiserem estar e puderem estar no almoço dos trabalhadores na quinta-feira, contaremos com a vossa presença. Muito obrigada”.-----

----- A sessão terminou, eram vinte horas e vinte minutos.-----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da

Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de
2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----
-----A PRESIDENTE-----